



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
Secretaria Executiva
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional



Banco Interamericano de Desenvolvimento

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR

**Documento 4
Relatório Final de
Avaliação Intermediária do Programa**

Contrato de Prestação de Serviços nº 25/2016
(Processo nº 00190.104600/2016-21)
Consultor: Jeová Silva Andrade

Brasília (DF), fevereiro de 2017



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
1 INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROGRAMA	8
2 O PROGRAMA.....	9
2.1 Descrição do Programa	9
2.1.1 Objetivo Geral.....	9
2.1.2 Objetivos Específicos	9
2.1.3 Componentes do Programa.....	9
2.1.4 Custo do Programa e Plano de Financiamento	11
2.2 Análise da Consistência do Desenho do Programa	12
2.2.1 Situação Problema a Ser Superada.....	12
2.2.2 Justificativa Geral do Programa	13
2.2.3 Objetivos e Resultados Esperados do Programa	13
2.3 Ameaças e Oportunidades Referentes ao Desenho do Programa	19
3 ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	28
3.1 Arranjo Institucional	28
3.2 Unidades Beneficiárias do Programa	29
4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	30
5 ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS	38
5.1 Análise de Indicadores de Impacto.....	38
5.2 Análise de Indicadores de Resultado	39
5.3 Análise dos Indicadores de Produtos	45
6 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	68
6.1 Análise de Fatores Críticos.....	68
6.2 Externalidades	68
6.3 Atuação do Mutuário/Agência Executora	71
6.4 Atuação do Banco.....	71
6.5 Cumprimento de Obrigações Contratuais	71
7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE	74
7.1 Análise de Fatores Críticos.....	74
7.2 Riscos Potenciais.....	74
7.3 Capacidade Institucional.....	82
8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	83
8.1 Indicadores de Monitoramento do PMR	84
8.2 Avaliação das Auditorias	89
9 LIÇÕES APRENDIDAS	94
10 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	99
10.1 Conclusões	99
10.2 Recomendações.....	99
11 PLANO DE AÇÃO DE CORREÇÃO E AJUSTES	101
ANEXOS	111



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Custo e Financiamento do Programa	11
Quadro 2	–	Desenho Lógico do Programa	15
Quadro 3	–	Relação Probabilidade e Impacto	20
Quadro 4	–	Matriz SWOT	21
Quadro 5	–	Matriz de “Probabilidade x Impacto”	22
Quadro 6	–	Matriz de Resposta aos Riscos	23
Quadro 7	–	Publicação da LOA x Aprovação dos Planos de Aquisição	26
Quadro 8	–	Desembolsos do Contrato de Empréstimo	30
Quadro 9	–	Recursos Disponibilizados na Implementação do Programa	30
Quadro 10	–	Demonstrativo da Execução Acumulada dos Recursos do Programa	32
Quadro 11	–	Demonstrativo da Execução Acumulada dos Recursos do Programa, por Produto	35
Quadro 12	–	Fatores Críticos e Medidas Corretivas Adotadas na Implementação do Programa	69
Quadro 13	–	Externalidades	70
Quadro 14	–	Cumprimento das Obrigações Contratuais	72
Quadro 15	–	Análise dos Fatores Críticos e Riscos Potenciais para a Sustentabilidade do Programa ...	75
Quadro 16	–	Análise da Sustentabilidade do Programa, por Produto	76
Quadro 17	–	Análise de Riscos Potenciais à Sustentabilidade do Programa	79
Quadro 18	–	Evolução dos Indicadores de Monitoramento e Situação Atual – Estágio 1	86
Quadro 19	–	Evolução dos Indicadores de Monitoramento e Situação Atual – Estágio 2	87
Quadro 20	–	Lições Aprendidas	95
Quadro 21	–	Lições Aprendidas, por Produto	96
Quadro 22	–	Produtos Concluídos e Descontinuados	100
Quadro 23	–	Ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades	102
Quadro 24	–	Plano de Ação de Correção e Ajustes	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Caracterização de Impacto e Probabilidade	19
Gráfico 2	–	Recursos Disponibilizados na Implementação do Programa	31
Gráfico 3	–	Evolução da Execução Financeira do Programa	33
Gráfico 4	–	Desembolsos realizados acumulados em relação ao valor do financiamento	88



SIGLAS E DEFINIÇÕES

SIGLA	DEFINIÇÃO
APF	Administração Pública Federal
Aporte Local	Recursos de contrapartida a serem aplicados no Programa
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
BI	Boletim Interno
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR-L1223	Documento de Projeto do PROPREVINE
CCE	Comitê de Coordenação Estratégica
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGP	Coordenador Geral do Programa
CGU	Controladoria Geral da União
CPI	Índice de Desempenho de Custo
CRG	Corregedoria-Geral da União
DGI	Diretoria de Gestão Interna
DIE	Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas
DIPLAD	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DSI	Diretoria de Sistemas e Informação
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
ESAF	Escola de Administração Fazendária
Financiamento	Recursos do financiamento a serem aplicados no Programa
GP	Gerentes de Projeto
LAI	Lei de Acesso a Informação
LMS	Resumo Financeiro Executivo do BID
LOA	Lei Orçamentária Anual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OD	Índice de performance que analisa o alcance dos objetivos de desenvolvimento do Programa
ODP	Observatório da Despesa Pública para Combater a Corrupção
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Ouvidoria-Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Aquisições
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PARI PASSU	Proporção de recursos do financiamento BID e da contrapartida local
PI	Índice de Performance que analisa o progresso da implementação do Programa
PMR	<i>Progress Monitoring Report</i> (Relatório de Monitoramento do Programa)
POA	Plano Operativo Anual
PRISM	Sistema de Registro de Contratos e Aquisições do BID
PROPREVINE	Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira
ROF	Registro de Operação Financeira no Banco Central do Brasil
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira da APF
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SPI	Índice de Desempenho de Programação
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STPC	Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção
SU	Índice de performance que analisa a sustentabilidade do Programa

Continua...



Conclusão...

SIGLA	DEFINIÇÃO
TCU	Tribunal de Contas da União
TDR	Termos de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UG	Unidade Gestora



APRESENTAÇÃO

O objetivo deste Relatório de Avaliação Intermediária é avaliar os resultados obtidos parcialmente pelo Programa, tanto em termos de produtos (*outputs*), como em termos de efeitos (*outcomes*), bem como, os respectivos impactos decorrentes da implementação do Programa.

Dessa forma, esta avaliação propõe:

- a) verificar a consistência do desenho do Programa para o alcance dos objetivos propostos;
- b) avaliar o grau de avanço dos indicadores definidos no Matriz de Resultados do Programa;
- c) avaliar o grau de avanço da execução orçamentária e financeira por componente;
- d) avaliar a capacidade institucional da Agência Executora nos processos de planejamento, desenvolvimento e execução das ações;
- e) avaliar o funcionamento atual do Programa e sua sustentabilidade;
- f) apresentar as lições aprendidas na implementação do Programa; e
- g) apresentar um plano de ação para eventuais correções e ajustes de ações.

Este relatório tem por objetivo, ainda, dar cumprimento ao disposto na alínea “c”, item “i”, da Cláusula 5.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR, abaixo transcrita:

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da execução do Projeto.

... (c) A avaliação do Projeto será efetuada por meio dos seguintes relatórios:

- (i) Um relatório de avaliação intermediária dentro de 60 (sessenta) dias contados a partir da data em que tiverem sido comprometidos 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Empréstimo ou na metade do período de desembolso, o que ocorrer primeiro.*

Embora ainda não tenham sido aplicados 50% dos recursos do empréstimo, o PROPREVINE alcançou a metade do seu período de execução em 30 de junho de 2016.

A elaboração do Relatório de Avaliação Intermediária do PROPREVINE considerou o levantamento de informações, a leitura e a análise dos seguintes documentos:

- a) **Documentos relacionados com a formalização da operação:** *Data da aprovação pelo Diretório; Data de efetividade do contrato; Data do Registro no Bacen (ROF); Data de Elegibilidade do primeiro desembolso; Data original do último desembolso; Data atual do último desembolso relativo ao período deste relatório;*
- b) **Documentos originários do Programa:** *Documento de Programa, Contrato de Empréstimo, Ajuda Memória da Oficina de Arranque, Matriz de Resultados (original e ajustes posteriores), Manual de Execução do Programa, Plano Operativo Anual – POA (original e ajustes posteriores), Plano de Aquisição – PA (original e ajustes posteriores);*
- c) **Documentos decorrentes da execução do Programa:** *Relatórios de Progresso, Relatório de Monitoramento do Programa (PMR), Demonstrações Financeiras Auditadas e Relatórios de Auditoria, Ajudas Memória de Missões de Administração, LMS1 e LMS10, outros documentos relativos à execução do Programa.*



A elaboração do Relatório considerou, ainda, as seguintes atividades:

- a) Realização de reuniões de trabalho com a equipe gestora do Programa;
- b) Avaliação dos resultados obtidos pelo Programa, tanto em termos de produtos (*outputs*), como efeitos (*outcomes*), e impactos;
- c) Avaliação de indicadores e o cumprimento de metas, bem como o grau de avanço do Programa;
- d) Identificação das externalidades positivas e negativas no campo institucional e no contexto de operação do Programa que afetaram o andamento das atividades;
- e) Avaliação da execução orçamentária e financeira do Programa;
- f) Elaboração e aplicação de questionário respondido pelos gestores do Programa;
- g) Avaliação da sustentabilidade do Programa, de tal forma que possa se diagnosticar as condições existentes e tomar oportunamente as ações necessárias para alcançar os efeitos (*outcomes*) e impactos esperados;
- h) Extrair lições aprendidas, tanto em termos da gestão orientada a resultados, como em termos de sustentabilidade dos produtos, de tal forma que estas possam ser aproveitadas para se melhorar a elaboração e a execução de operações futuras;
- i) Identificação das alternativas para melhorar a gestão e a execução do Programa e elaborar um plano de ação de correção e ajustes para cada componente previsto.

A estrutura deste Relatório é composta de oito capítulos descritos a seguir:

- O **primeiro** capítulo apresenta as informações básicas do Programa.
- O **segundo** capítulo descreve o Programa, a nível de contexto, objetivos e componentes; detalha o orçamento e as fontes de financiamento; analisa a consistência do desenho do Programa para o alcance dos objetivos propostos; e avalia as ameaças e oportunidades referentes ao desenho do programa
- O **terceiro** capítulo detalha a estratégia de execução do Programa, faz uma análise do arranjo institucional e relaciona as unidades beneficiárias.
- O **quarto** capítulo analisa a execução financeira do Programa.
- O **quinto** capítulo faz uma avaliação crítica dos resultados alcançados do ponto de vista físico e financeiro, por meio da análise dos indicadores de impacto, de resultado e de produtos.
- O **sexto** capítulo avalia os fatores críticos da implementação do Programa; suas externalidades; a atuação da Agência Executora e do Banco; e o cumprimento das obrigações contratuais.
- O **sétimo** capítulo avalia os fatores críticos, os riscos potenciais e a capacidade institucional da Agência Executora, sob o aspecto da sustentabilidade do Programa.
- O **oitavo** capítulo traz as informações sobre os resultados alcançados e uma perspectiva da evolução dos indicadores de monitoramento do PMR e a avaliação das auditorias.
- O **nono** capítulo apresenta as lições aprendidas na implementação do Programa.
- O **décimo** capítulo apresenta nossas conclusões e recomendações.
- O **décimo primeiro** capítulo apresenta um plano de ação para correção e ajuste de eventuais ações para cada componente.
- Anexo a este relatório são apresentados os questionários aplicados e os resultados da pesquisa realizada.

Este documento corresponde ao Documento 4 – Relatório Final de Avaliação Intermediária do Programa, previsto nos Termos de Referência e Contrato de Prestação de Serviços nº 25/2016, firmado com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, na data de 08 de dezembro de 2016.



1 INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROGRAMA

Título do Programa:

Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira - PROPREVINE

Mutuário:	República Federativa do Brasil
Agência Executora (AE):	Controladoria Geral da União - CGU
Nº Projeto:	BR-L1223
Empréstimo:	2919/OC/BR
Setor:	Reforma/Modernização do Estado – Reforma e Apoio ao Setor Público
Data da Aprovação pelo Diretório:	05/03/2013
Data de Assinatura do Contrato:	17/12/2013
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo:	17/12/2013
Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso:	01/04/2014
Meses em Execução (Até 30/06/2016):	
• Desde a aprovação:	40 meses
• Desde a efetividade do contrato:	30 meses
Períodos de Desembolso	
• Data Original de Último Desembolso:	17/12/2018
• Data Atual de Último Desembolso:	17/12/2018
• Extensão Acumulada (Meses):	0
Montante do Empréstimo	
• Montante Original:	US\$ 18.000.000,00
• Montante Atual:	US\$ 18.000.000,00
• Pari Passu:	60% BID e 40% Contrapartida
Desembolsos	
• Montante atual (Em 30/06/2016):	US\$ 3.132.637,88 (17,40% do montante original)
Custo total do Programa (estimativa original):	US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares)
Houve Redirecionamento de Recursos	NÃO
Investimento de Combate à Pobreza/Equidade Social	NÃO
Classificação Ambiental	N/A
Em estado de “Alerta no País”	NÃO

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

Classificação OD: analisa o alcance do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento(s) do Programa

Classificação PI: analisa o progresso da implementação do Programa

Classificação SU: analisa a sustentabilidade do Programa



2 O PROGRAMA

O Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira - PROPREVINE visa o fortalecimento das capacidades de controle interno da gestão pública federal brasileira com foco em três áreas estratégicas: o combate à corrupção; a melhoria da gestão e despesas públicas; e o fortalecimento da transparência e participação cidadã na administração pública.

O Programa será implementado de forma centralizada, não havendo, portanto, repasse de recursos financeiros a estados e municípios no âmbito do Programa. Com o fortalecimento institucional da Controladoria Geral da União (CGU), os gestores públicos setoriais receberão maior orientação e capacitação quanto ao manejo dos recursos públicos e a sociedade será beneficiada com atividades de conscientização sobre o combate à corrupção, a partir do uso de novas mídias, cartilhas e cursos à distância para organizações da sociedade civil e para a população. Estados e municípios também serão beneficiados por meio de capacitações, intercâmbio de tecnologias e de boas práticas, visando reforçar suas respectivas capacidades de controle interno.

O fortalecimento da transparência se reflete em todas as áreas do país. Esta operação de crédito é um forte impulso ao fortalecimento do controle interno, que é chave para prevenir a corrupção. Isto permitirá maior e melhor investimento público, e finalmente poderemos traduzir esses recursos em crescimento com desenvolvimento e inclusão. Para a CGU, além de investimentos em melhor estrutura tecnológica e aperfeiçoamento de mecanismos de controle social, esta operação vai apoiar também o trabalho com parceiros federais, estaduais e municipais.

2.1 Descrição do Programa

2.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional da CGU, visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

2.1.2 Objetivos Específicos

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- a) fortalecer a capacidade operacional interna da CGU;
- b) melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
- c) ampliar o controle da sociedade civil sobre a gestão dos recursos públicos;
- d) incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
- e) fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

2.1.3 Componentes do Programa

O Programa está estruturado em 4 (quatro) componentes, descritos a seguir:

Componente I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoal e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.



O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- a) desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- b) desenhar e implementar políticas de capacitação;
- c) mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- d) desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- e) implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;
- f) implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- g) implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.

Componente II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- a) desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais visando a lhes fornecer informação sobre melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- b) elaborar e distribuir um guia de orientação para a conduta dos servidores públicos;
- c) criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- d) desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

Componente III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

- a) publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- b) realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- c) desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- d) redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

Componente IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos estados e municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.



O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

- a) implantar portais de transparência nos governos subnacionais;
- b) apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- c) constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- d) distribuir publicações técnicas de apoio para a capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- e) realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- f) desenvolver e ministrar cursos à distância para os gestores das entidades subnacionais; e
- g) apoiar os governos subnacionais para a implementação de suas versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

Cada um dos Componentes foi desenhado para atingir objetivos específicos. Dessa forma, aquisições e contratações não constantes no conteúdo de cada componente (mencionados acima tal como constam no contrato de empréstimo) não poderão ser realizadas com recursos financeiros do Programa.

2.1.4 Custo do Programa e Plano de Financiamento

O custo total do Programa é estimado no equivalente a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares) financiados pelo Banco e US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares) de aporte local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no Quadro 1, apresentado a seguir:

Quadro 1
Custo e Financiamento do Programa

Em US\$ 1.000

Componentes	Banco	Aporte Local	Total
I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9.200	7.370	16.570
II. Apoio à melhoria da Gestão do Governo Federal	3.788	2.073	5.861
III. Promoção da Transparência e Controle Social	2.702	1.676	4.378
IV. Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos subnacionais	1.899	881	2.780
Gestão do Programa	296	-	296
Avaliações	115	-	115
Total	18.000	12.000	30.000

Fonte: Anexo Único do Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR



2.2 Análise da Consistência do Desenho do Programa

A compreensão do desenho de um programa passa pela análise da situação problema encontrada quando da fase de preparação do programa, destacando as principais dificuldades a serem enfrentadas e superadas. Na sequência deve ser analisada a proposta de intervenção do Programa, quais seus objetivos e ações propostas. Finalmente, os resultados esperados com a execução do Programa deverão ser avaliados. Desta forma, é possível visualizar, compreender e avaliar a lógica vertical do Programa.

Foi realizada uma análise crítica do conceito e desenho do Programa, partindo da problemática geral e específica apresentada como justificativa, assim como da estratégia de execução identificada para atender tal problemática. A análise contempla a relação entre os problemas identificados e pressupostos originalmente levantados e a proposta de intervenção do Programa, a partir dos seus objetivos, componentes, produtos e atividades. Também foi considerado o contexto e suas variações desde o início de execução do Programa, bem como, a reformulação realizada na Missão de Arranque, em maio de 2014.

A Missão de Arranque revisou a documentação operativa do Programa, incluindo o contrato de empréstimo, os documentos originais do Plano Operativo Anual (POA), do Plano de Aquisições (PA), da Matriz de Resultados e do plano financeiro do Programa. Examinou as alterações ocorridas na CGU e na administração pública brasileira desde a preparação do Programa até aquela data, a fim de justificar as propostas de alteração da Matriz de Resultados. Concordou que o objetivo geral, os objetivos específicos e o escopo do Programa permaneceram inalterados, e que as novas atividades e produtos propostos atualizam os meios para a consecução dos objetivos originais. Discutiu e acordou as novas atividades e produtos, assim como a atualização dos indicadores de impacto, resultados e produtos para avaliação a execução do Programa.

2.2.1 Situação Problema a Ser Superada

O Documento de Projeto BR-L1223 apresentou como problemas e desafios do Programa o cumprimento das obrigações derivadas do novo marco legal que exige que a CGU exerça novos papéis para os quais são requeridas novas capacidades institucionais, cujo desenvolvimento enfrenta dificuldades de várias naturezas.

A ampliação do conceito tradicional de controle interno, limitado à auditoria e fiscalização, requer mudanças culturais no âmbito da própria CGU e dos demais órgãos públicos federais e mais compartilhamento de informações. Adicionalmente, a participação da sociedade no exercício do controle social ainda é incipiente, o que dificulta a geração de insumos e a consolidação de uma demanda sustentável pelo fortalecimento das atividades de controle.

O país tem que enfrentar o importante desafio de dar mais transparência e acesso a informações públicas, particularmente no âmbito dos Estados e Municípios. Além disso, as debilidades existentes no controle interno exercido pelos governos estaduais e municipais demandam um papel de liderança da CGU na promoção da consolidação institucional dos órgãos de controle interno dos demais níveis de governo, tendo em vista o substantivo e crescente volume de recursos administrados por esses governos.



2.2.2 Justificativa Geral do Programa

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu que as atribuições de controle interno do Poder Executivo Federal, até então voltadas para o exame e validação dos aspectos de legalidade e formalidade da gestão pública, incorporassem o acompanhamento de programas de governo e da gestão dos administradores públicos. Em 2003, através da Lei Nº 10.683, a Controladoria-Geral da União (CGU) foi criada como órgão central do Sistema de Controle Interno para assistir ao Presidente da República na defesa do patrimônio público e no incremento da transparência, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, e ouvidoria. Cabe ainda à CGU incentivar a participação da sociedade no acompanhamento da gestão, além de garantir a responsabilização e punição dos agentes públicos federais envolvidos em atos de improbidade.

Ao definir o amplo conjunto de competências para a CGU, a legislação a estimulou a focar-se também na prevenção da corrupção, buscando atuar em interação com os gestores federais, orientando e auxiliando-os para a correção de fragilidades detectadas por meio das ações de auditoria e fiscalização. Como consequência, ao longo dos anos, a CGU vem ampliando o conceito de controle interno tradicional ao agregar funções estratégicas para uma boa governança pública, como promover a ética e a transparência, reduzir vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção, além desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar os processos decisórios.

Para cumprir sua missão, a CGU implementou parcerias com diversos órgãos, tais como Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União, Departamento da Polícia Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Adicionalmente, a instituição acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: as Convenções da ONU, da OEA e da OCDE.

Atualmente, a CGU trabalha no fortalecimento de seu papel de parceiro na melhoria da gestão pública, investindo em uma interação colaborativa com os gestores federais, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento dos programas de governo por eles conduzidos. Tal papel se baseia na oferta de informações e orientações preventivas que apoiem a identificação e adoção tempestiva de medidas corretivas, quando deficiências ou vulnerabilidades são detectadas. O BID começou a apoiar a CGU em ações dessa natureza por meio da operação BR-T1146 Apoio ao Observatório de Despesa Pública para Combater a Corrupção.

2.2.3 Objetivos e Resultados Esperados do Programa

Os objetivos geral e específicos, bem como, os quatro componentes são detalhados no subitem 2.1 deste Relatório, bem como, na Matriz de Resultados do Programa.

Os resultados mais relevantes esperados ao final do Programa são:

- (i) incremento substancial na capacidade operativa da CGU, refletida em uma melhoria no clima organizacional e no desempenho dos seus servidores;
- (ii) maior apoio da CGU à gestão governamental federal, a qual se expressará numa constante interação com os gestores públicos para a implantação de modelo de gestão que enfatize a prevenção de potenciais atos de corrupção ou de conflito de interesses;



- (iii) maior participação da sociedade civil no controle da aplicação dos recursos públicos refletida no aumento do número de cidadãos e entidades dedicadas ao controle social, incremento das parcerias estabelecidas pela CGU e ampliação quantitativa e qualitativa da oferta e do acesso a informações aos cidadãos; e
- (iv) maior consolidação institucional das unidades de controle interno no âmbito dos Governos Estaduais e Municipais.

Em caráter preliminar, foram identificados os seguintes indicadores e suas respectivas metas a serem alcançadas até 5 anos depois de iniciada a execução do Programa:

- (i) elevação da maturidade dos processos de gestão de TI da CGU do nível 2 para o nível 3, segundo a metodologia CobiT 4.1;
- (ii) ampliação de 36% para, pelo menos, 50% do percentual de servidores públicos federais que percebem os controles internos do Governo Federal como adequados em pesquisa realizada segundo metodologia desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais; e
- (iii) aumento de 2 para 10 do número de governos subnacionais apoiados diretamente pela CGU para implementação de ferramentas de gestão de informação que fortaleçam a transparência e o controle na gestão dos recursos públicos. Impactos.

O impacto mais importante do Programa deverá se dar na melhoria da gestão dos recursos públicos, evidenciada por uma redução da ocorrência de impropriedades identificadas no manejo dos recursos federais. A situação problema, a estrutura do Programa (proposta de intervenção: componentes, produtos e atividades) e os resultados esperados podem ser visualizados de forma consolidada na estrutura do Quadro 2, apresentado a seguir.

A partir desta análise, verifica-se que existe uma relação lógica entre a situação problema, as intervenções propostas e os resultados esperados do Programa, possibilitando confirmar que o Programa está estruturado de forma adequada para cumprir com o seu objetivo principal, qual seja: contribuir para a consolidação da capacidade institucional da Controladoria Geral da União (CGU), visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.



Quadro 2 Desenho Lógico do Programa

Componente	Objetivo do Componente	Resultados Esperados	
I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	Apoiar a adoção de modernas práticas de gestão de pessoas e o uso intensivo de novos recursos tecnológicos na CGU, visando melhorar o desempenho das suas diversas áreas.	Incremento substancial na capacidade operativa da CGU, refletida em uma melhoria no clima organizacional e no desempenho dos seus servidores;	
Situação Problema	Proposta de Intervenção (Componentes/Atividades)	Produtos	Indicadores de Resultado
As mudanças no perfil de atuação da CGU enfrentam obstáculos que vão desde a ausência de sistemas de informações modernos e alinhados com as novas prioridades institucionais até problemas relacionados à cultura e perfis profissionais, com reflexos no clima organizacional.	(i) desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;	Produto C1.P1: Proposta de política de comunicação (ASCOM)	Elevação da maturidade dos processos de gestão de TI da CGU do nível 2 para o nível 3, segundo a metodologia CobiT 4.1;
Necessidade de permanente desenvolvimento do capital humano, de melhoria dos processos de trabalho e de modernização dos instrumentos tecnológicos utilizados, de modo a aumentar a capacidade de resposta da CGU frente às crescentes demandas do Governo Federal e da sociedade.	(ii) desenhar e implementar políticas de capacitação;	Produto C1.P2: Reestruturação de salas de videoconferência (CRG)	
	(iii) mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;	Produto C1.P3: Proposta de modelo de gestão de pessoas (DGI)	
	(iv) desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;	Produto C1.P4: Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado (DGI)	
	(v) implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;	Produto C1.P5: Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística (DGI)	
	(vi) implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e	Produto C1.P6: Núcleos de especialização (DIE)	
	(vii) implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.	Produto C1.P7: Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE (DIE)	
		Produto C1.P8: Estrutura institucional de capacitação e modernização (DIPLAD)	
		Produto C1.P9: Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos (DSI)	
		Produto C1.P10: Processos de Governança de TI revisados e internalizados (DSI)	
		Produto C1.P11: Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal (OGU)	
		Produto C1.P12: Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria (OGU)	
		Produto C1.P13: Processos de auditoria e fiscalização mapeados e remodelados (SFC)	
		Produto C1.P14: Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC)	
		Produto C1.P15: Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle (SFC)	
		Produto C1.P16: Aparelhamento da Corregedoria Geral da União (CRG)	

Continua...



Continuação...

Componente	Objetivo do Componente	Resultados Esperados
II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	Aumentar a capacidade dos gestores públicos setoriais de exercer o controle primário do manejo dos recursos públicos. Com esse fim, o componente apoiará a geração de produtos, no âmbito da CGU, a serem utilizados pelos gestores setoriais na prevenção da ocorrência de impropriedades e no aumento da eficiência e eficácia da ação governamental.	Maior apoio da CGU à gestão governamental federal, a qual se expressará numa constante interação com os gestores públicos para a implantação de modelo de gestão que enfatize a prevenção de potenciais atos de corrupção ou de conflito de interesses;

Situação Problema	Proposta de Intervenção (Componentes/Atividades)	Produtos	Indicadores de Resultado
A ampliação do conceito tradicional de controle interno, limitado à auditoria e fiscalização, requer mudanças culturais no âmbito da própria CGU e dos demais órgãos públicos federais e mais compartilhamento de informações.	(i) desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais visando a lhes fornecer informação sobre melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;	Produto C2.P1: Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares (CRG)	Ampliação de 36% para, pelo menos, 50% do percentual de servidores públicos federais que percebem os controles internos do Governo Federal como adequados em pesquisa realizada segundo metodologia desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais
A ausência de uma satisfatória relação de parceria da CGU com os gestores públicos decorre de várias causas, entre as quais se destacam:	(ii) elaborar e distribuir um guia de orientação para a conduta dos servidores públicos;	Produto C2.P2: Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias (OGU)	
(i) desconfiança por parte dos gestores que continuam vendo os funcionários da CGU como fiscais com funções repressivas e legalistas e não de apoio à gestão;	(iii) criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses;	Produto C2.P3: Kits de apoio às atividades das ouvidorias (OGU)	
(ii) o novo modelo de ação ainda não está totalmente internalizado na CGU e menos ainda no restante da Administração Pública Federal (APF), e há poucas ferramentas para potencializar este modelo;	(iv) desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.	Produto C2.P4: Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web (OGU)	
(iii) incipiente sistema preventivo de identificação e gerenciamento de riscos de ocorrência de falhas, irregularidades e corrupção em atividades e processos.		Produto C2.P5: Cursos de capacitação em Ouvidoria (OGU)	
		Produto C2.P6: Publicações da OGU (OGU)	
		Produto C2.P7: Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal (SFC)	
		Produto C2.P8: Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (CGU)	
		Produto C2.P9: Sistema de conflito de interesses (STPC)	
		Produto C2.P10: Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (STPC)	
		Produto C2.P11: Encontro de Corregedorias (CRG)	
		Produto C2.P12: Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (CRG)	
		Produto C2.P13: Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	

Continua...



Continuação...

Componente	Objetivo do Componente	Resultados Esperados	
III. Promoção da Transparência e do Controle Social	Apoiar a CGU no fomento de uma maior transparência e participação da sociedade no controle sobre a aplicação dos recursos públicos.	Maior participação da sociedade civil no controle da aplicação dos recursos públicos refletida no aumento do número de cidadãos e entidades dedicadas ao controle social, incremento das parcerias estabelecidas pela CGU e ampliação quantitativa e qualitativa da oferta e do acesso a informações aos cidadãos;	
Situação Problema	Proposta de Intervenção (Componentes/Atividades)	Produtos	Indicadores de Resultado
A participação da sociedade no exercício do controle social ainda é incipiente, o que dificulta a geração de insumos e a consolidação de uma demanda sustentável pelo fortalecimento das atividades de controle.	(i) publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;	Produto C3.P1: Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação (OGU)	
Por sua vez, a ainda incipiente participação da sociedade no controle dos recursos públicos pode ser atribuída, entre outros fatores, a:	(ii) realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;	Produto C3.P2: Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria (OGU)	
(i) ausência de uma cultura cívica, de exercício pleno e contínuo da cidadania, que promova o papel da sociedade civil de garantidora da boa gestão dos recursos;	(iii) desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e	Produto C3.P3: Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação (STPC)	
(ii) desconhecimento dos instrumentos e procedimentos de acompanhamento dos gastos públicos à disposição dos cidadãos e pouca oferta de capacitações nesta área, em relação à demanda crescente por parte do público-alvo;	(iv) redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.	Produto C3.P4: Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD) (STPC)	
(iii) limitada oferta de informações e escassa disponibilização em linguagem acessível aos cidadãos; e		Produto C3.P5: Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto (STPC)	
(iv) um marco legal para promoção de acesso a informação incompleto e desatualizado.		Produto C3.P6: Novo Portal da Transparência (STPC)	
		Produto C3.P7: Portal do cidadão (STPC)	

Continua...



Conclusão...

Componente	Objetivo do Componente		Resultados Esperados
IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	Fortalecer as atividades da CGU destinadas a reduzir a incidência de impropriedades na gestão dos recursos públicos nos Estados e Municípios.		Maior consolidação institucional das unidades de controle interno no âmbito dos Governos Estaduais e Municipais.
Situação Problema	Proposta de Intervenção (Componentes/Atividades)	Produtos	Indicadores de Resultado
O país tem que enfrentar o importante desafio de dar mais transparência e acesso a informações públicas, particularmente no âmbito dos Estados e Municípios.	(i) implantar portais de transparência nos governos subnacionais;	Produto C4.P1: Unidades ODP estaduais (DIE)	(iii) aumento de 2 para 10 do número de governos subnacionais apoiados diretamente pela CGU para implementação de ferramentas de gestão de informação que fortaleçam a transparência e o controle na gestão dos recursos públicos.
As debilidades existentes no controle interno exercido pelos governos estaduais e municipais demandam um papel de liderança da CGU na promoção da consolidação institucional dos órgãos de controle interno dos demais níveis de governo, tendo em vista o substantivo e crescente volume de recursos administrados por esses governos.	(ii) apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;	Produto C4.P2: Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União (OGU)	
Ha evidencias de uma elevada incidencia de impropriedades e limitada transparência na gestão dos recursos públicos nos Estados e Municípios, devido a uma serie de causas, das quais se destacam:	(iii) constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;	Produto C4.P3: Cursos para gestores dos entes subnacionais (STPC)	
(i) insuficiente estrutura administrativa para a gestão dos recursos públicos;	(iv) distribuir publicações técnicas de apoio para a capacitação das administrações dos governos subnacionais;	Produto C4.P4: Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (STPC)	
(ii) baixa qualificação dos recursos humanos e insuficiente oferta de capacitações nas áreas de controle frente à demanda crescente por treinamento de servidores dos governos subnacionais; e	(v) realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;	Produto C4.P5: Sistema de gestão de ações de prevenção (STPC)	
(iii) estrutura das unidades de controle interno inexistente ou insuficiente em muitos Estados e Municípios.	(vi) desenvolver e ministrar cursos à distância para os gestores das entidades subnacionais; e	Produto C4.P6: Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção (CRG)	
	(vii) apoiar os governos subnacionais para a implementação de suas versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).		

Fonte: Documento de Projeto BR-L1223 e Matriz de Resultados e Produtos.



2.3 Ameaças e Oportunidades Referentes ao Desenho do Programa

As equipes do Banco e da CGU, com base nas informações disponíveis, analisaram os riscos do Projeto em um exercício conjunto, resultando em uma classificação de riscos baixa.

Para identificar claramente as ameaças, bem como as oportunidades que afetam as metas e os impactos do Programa, foram analisados os pontos fortes e as limitações no desenho dos instrumentos de intervenção aplicados para alcançar as mudanças propostas. Com esse propósito, foi elaborado um plano de gerenciamento de riscos para o PROPREVINE.

Em um primeiro momento foram definidos os cenários prováveis para períodos subsequentes identificando, por meio da Matriz SWOT, as forças (*Strengths*), as fraquezas (*Weaknesses*), as oportunidades (*Opportunities*) e as ameaças (*Threats*). A partir da análise conjunta dos ambientes interno e externo foram identificados subsídios para a tomada de decisões na definição das estratégias do Programa. O Quadro 4 apresenta a Matriz SWOT elaborada pela CGU.

Em uma segunda etapa a equipe da CGU elaborou a Matriz de Probabilidade x Impacto, a partir do conceito de que os riscos são medidos em termos de probabilidade e de impacto.

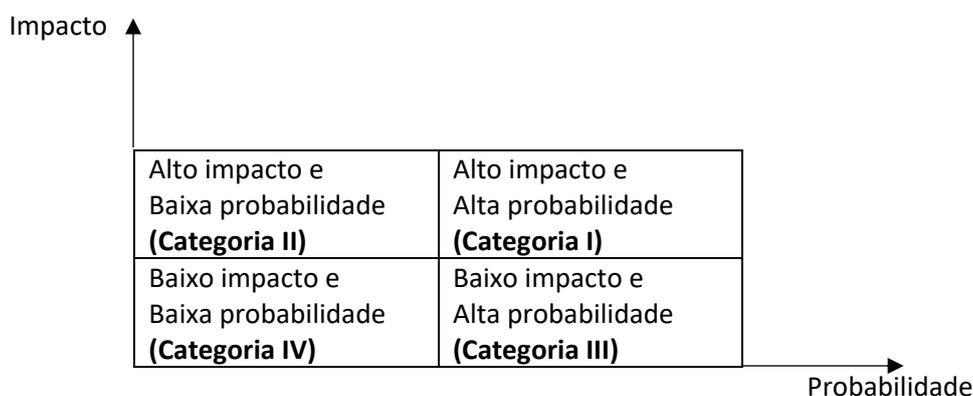
A probabilidade deve ser definida com base nas fraquezas e ameaças, identificadas na Matriz SWOT, além dos fatores (i) capacidade da fonte da ameaça; e (ii) existência e eficiência dos atuais controles.

A metodologia considera também três níveis de probabilidade: alto, médio e baixo, para determinar a probabilidade de a ameaça ter ou não sucesso em explorar uma vulnerabilidade.

Para a análise de impacto conceituou-se as perdas mais relevantes para o Programa como: (i) o não atingimento dos objetivos estratégicos; e (ii) a perda de credibilidade (imagem da instituição).

Assim, o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco foram caracterizados conforme Gráfico 1 e a relação probabilidade e impacto com os tipos de risco e possíveis respostas foram caracterizadas no Quadro 3 apresentados a seguir.

Gráfico 1
Caracterização de Impacto e Probabilidade



Fonte: Plano de Gerenciamento de Risco



Quadro 3 Relação Probabilidade e Impacto

Categoria	Relação Probabilidade e Impacto	Tipo de Risco	Possíveis Respostas
Categoria I	Alto impacto e alta probabilidade	Inaceitável: excedem o apetite ao risco.	Eliminar ou reduzir.
Categoria II	Alto impacto e baixa/média probabilidade	Inesperado: perdas esporádicas, mas com impactos extremos.	Eliminar ou reduzir.
Categoria III	Baixo/médio impacto e alta probabilidade	Provável: perdas frequentes, mas com baixo impacto.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução. Necessita medidas contingenciais.
Categoria IV	Baixo/médio impacto e baixa/média probabilidade	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.

Fonte: Plano de Gerenciamento de Risco

O Quadro 5 consolida a Matriz de “Probabilidade x Impacto”, tendo como base as informações descritas na Matriz SWOT, a partir da identificação dos seguintes riscos:

1. Atraso na aprovação do Plano de Aquisições
2. Não cumprimento integral ao PA
3. Atraso na aprovação e contratação de bens e serviços
4. Não alcance dos indicadores dos produtos ou componentes na matriz de resultados
5. Destinação indevida dos bens adquiridos
6. Erros procedimentais de aquisições
7. Eventual dificuldade na divisão de funções e atividades
8. Redução da eficiência operacional no âmbito interno da DIPLAD

Para a construção da “Matriz de Resposta aos Riscos”, apresentada no Quadro 6, foram considerados os seguintes conceitos:

- a) **Ações mitigadoras:** são ações de caráter preventivo que podem contribuir para eliminar ou reduzir o risco;
- b) **Medidas de contingência:** são medidas pré-definidas que serão adotadas caso o risco se concretize;
- c) **Mitigar os riscos:** consiste em tratá-los de forma a restringi-los a um nível aceitável, reduzindo as chances de ocorrência (probabilidade) e/ou impacto do evento de riscos; e
- d) **Eliminar o risco:** consiste na alteração do plano ou processo ou terminar a atividade que deu origem ao risco.



Quadro 4 Matriz SWOT

	FORÇAS (Strengths)	FRAQUEZAS (Weaknesses)
Ambiente Interno	1. Fortalecimento, integração, sinergia e comprometimento da equipe	F1. Possibilidade dos membros externos da Comissão Especial de Licitações estarem também envolvidos em outros trabalhos, nos momentos de alta demanda do Programa
	2. Clareza e compreensão das áreas demandantes quanto à disponibilidade de recursos	F2. Inadequação da estrutura organizacional e do espaço físico para promover melhor interação das atividades e funções
	3. Alinhamento das unidades quanto aos objetivos do programa	F3. Perfil de controle de alguns servidores da CGU que compõem a CEL que, eventualmente, podem retardar as decisões de gestão
	4. Agilidade e definição adequada dos fluxos de contratação direta, inscrições, comparação de preços e adesão de atas	F4. Possibilidade de redução da capacidade operacional da equipe diante da existência de possível vacância de membros da equipe
	5. Eficácia na definição de líderes e respectivos substitutos pelas ações do PROPREVINE	F5. Ausência de qualificações específicas e experiência nas modalidades: SBQC, SBQ, licitações internacionais, bem como, de experiência em gestão
	6. Equipe com qualificação geral e experiência em outras áreas.	
	OPORTUNIDADES (Opportunities)	AMEAÇAS (Threats)
Ambiente Externo	1. Fortalecimento da CGU como instituição	A1. Ausência de previsão de substituto para gerentes de projetos
	2. Apoio da ASJUR nos esclarecimentos necessários	A2. Dificuldade inicial da DGI de realização das demandas de contratação modelo BID
	3. Auditorias anuais do TCU possibilitando corrigir eventuais falas e implementar melhorias	A3. Existência de demandas com prazo exíguo para atendimento
	4. Apoio do BID nas capacitações específicas (SBQC, etc)	A4. Conflitos entre a Matriz de Resultados definida e as prioridades das áreas beneficiárias
	5. Implementação de forma permanente de cultura de planejamento	A5. Demora na aprovação da LOA, possível contingenciamento orçamentário e eventual solicitação de demandas de recursos do PROPREVINE não totalmente alinhadas aos objetivos originais do Programa
		A6. O orçamento do PROPREVINE não seja incremental em relação aos orçamentos anteriores (série histórica) da CGU concorrendo para que outras demandas e necessidades anteriores do OGU tendam a ser absorvidas pelo Programa
		A7. A sistemática orçamentária que pressiona para uma execução total do orçamento podendo eventualmente comprometer produtos e componentes a serem entregues nos anos seguintes
		A8. Falta de tempestividade nas respostas do BID
		A9. Dificuldade das áreas em priorizar recursos considerando as obrigações de cumprir os indicadores dos produtos e componentes
		A10. Alteração da estrutura da CGU impactando nos responsáveis por produtos e componentes
		A11. Mudança de diretriz em caso de troca da Alta Administração
		A12. Redução da capacidade operacional da CGU
		A13. Destinação indevida de bem adquirido

Fonte: Plano de Gerenciamento de Risco.



Quadro 5
Matriz de “Probabilidade x Impacto”

Ordem	Risco	Relação com as Fraquezas e Ameaças	Probabilidade		Impacto				Categorização	Tipo	Tratamento Geral
			Nível	Consolidado	Imagem	Objetivo	Financeiro	Consolidado			
1	Atraso na aprovação do Plano de Aquisições	A4	Médio	Médio	Baixo	Médio	NA	Médio	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
		A5	Médio								
		A6	Alto								
		A10	Alto								
		A11	Baixo								
2	Não cumprimento integral ao PA	A4	Médio	Médio	Baixo	Médio	NA	Médio	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
		A9	Médio								
3	Atraso na aprovação e contratação de bens e serviços	F1	Alto	Alta	Baixo	Médio	NA	Médio	Categoria III	Provável: perdas frequentes, mas com baixo impacto.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução. Necessita medidas contingenciais.
		F3	Alto								
		F4	Médio								
		F5	Alto								
		A1	Alto								
		A2	Alto								
		A8	Baixo								
A12	Médio										
4	Não alcance dos indicadores dos produtos ou componentes na matriz de resultados	A4	Médio	Médio	Alto	Alto	NA	Alto	Categoria III	Inesperado: perdas esporádicas, mas com impactos extremos.	Eliminar ou reduzir.
		A5	Médio								
		A6	Alto								
		A7	Médio								
		A9	Médio								
A10	Alto										
5	Destinação indevida dos bens adquiridos	A13	Baixo	Baixo	Baixo	Alto	NA	Médio	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
6	Erros procedimentais de aquisições	A3	Médio	Médio	Baixo	Baixo	NA	Baixo	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
7	Eventual dificuldade na divisão de funções e atividades	F2	Médio	Médio	Baixo	Baixo	NA	Baixo	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
8	Redução da eficiência operacional no âmbito interno da DIPLAD	F1	Alto	Médio	Baixo	Baixo	NA	Baixo	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.
		F3	Alto								
		F4	Baixo								

Fonte: Plano de Gerenciamento de Risco.



Quadro 6
Matriz de Resposta aos Riscos

Ordem	Risco	Categoria	Tipo	Tratamento Geral	Ações Mitigadoras (antes do evento)		Medidas de Contingência (durante o evento)	
					Descrição	Áreas Responsáveis	Descrição	Áreas Responsáveis
1	Atraso na aprovação do Plano de Aquisições	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Apresentar a versão preliminar do PA 15 dias após a aprovação da LOA Aprovação do PA 20 dias após a aprovação da LOA	DIPLAD Comitê de Coordenação Estratégica	Não se aplica	
2	Não cumprimento integral ao PA	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Estabelecer rol de prioridades no PA, segregando as compras em (i) projetos estruturantes; (ii) matriz de produtos e componentes; (iii) obrigações remanescentes do ano anterior; e (iv) demais itens. Aprovar os "demais itens" caso as demais categorias tenham sido atendidas ou a área indique que poderá atingir itens das categorias anteriores de outra forma (sem a aquisição) Monitorar os processos nas diversas fases da execução da despesa. Realizar instruções com os gerentes de projetos a fim de evidenciar a lógica de construção do PA.	DIPLAD e áreas demandantes DIPLAD DIPLAD DIPLAD	Caso a área não obedeça o fluxo, o processo será restituído à área demandante	DIPLAD

Continua...



Continuação...

Ordem	Risco	Categoria	Tipo	Tratamento Geral	Ações Mitigadoras (antes do evento)		Medidas de Contingência (durante o evento)	
					Descrição	Áreas Responsáveis	Descrição	Áreas Responsáveis
3	Atraso na aprovação e contratação de bens e serviços	Categoria III	Provável: perdas frequentes, mas com baixo impacto.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução. Necessita medidas contingenciais.	Mensurar e divulgar para todas as áreas o prazo médio que o processo de compra permanece em análise em cada área por tipo de compra e por tipo de recurso.	DIPLAD	Realizar mutirão força-tarefa entre as áreas envolvidas: demandante, COUC, CEL e CGCON.	A DIPLAD coordenará a força-tarefa ainda que as atividades sejam compartilhadas.
					Promover capacitações no âmbito da CGU para as compras que exijam conhecimento específico da legislação BID.	DIPLAD		
					Aumentar a quantidade de servidores nas seguintes áreas: COUC e CGCON.	Alta Administração		
					Apenas receber processos que contenham discriminados gerentes de projetos e responsável técnico ou respectivos substitutos.	DIPLAD		
					Designar substitutos dos gerentes de projetos.	Alta Administração		
					Realizar instruções com os gerentes de projetos a fim de evidenciar os prazos médios de compras.	DIPLAD		
4	Não alcance dos indicadores dos produtos ou componentes na matriz de resultados	Categoria II	Inesperado: perdas esporádicas, mas com impactos extremos.	Eliminar ou reduzir.	Estabelecer rol de prioridades no PA, segregando as compras em (i) projetos estruturantes; (ii) matriz de produtos e componentes; (iii) obrigações remanescentes do ano anterior; e (iv) demais itens.	DIPLAD	Buscar alcançar os indicadores no ano subsequente após renegociar com o BID.	DIPLAD
					Aprovar os "demais itens" caso as demais categorias tenham sido atendidas ou a área indique que poderá atingir itens das categorias anteriores de outra forma (sem a aquisição).	DIPLAD		
					Solicitar medições intermediárias dos indicadores dos produtos e dos componentes.	DIPLAD		
					Realizar instruções com os gerentes de projetos a fim de evidenciar a lógica de construção do PA e das medições.	DIPLAD		

Continua...



Conclusão...

Ordem	Risco	Categoria	Tipo	Tratamento Geral	Ações Mitigadoras (antes do evento)		Medidas de Contingência (durante o evento)	
					Descrição	Áreas Responsáveis	Descrição	Áreas Responsáveis
5	Destinação indevida dos bens adquiridos	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Incluir nos processos de compras no estágio do pagamento de que os bens sejam destinados especificamente à área beneficiada.	DIPLAD	Promover a destinação correta do bem alocado em local diverso para área beneficiária.	Área demandante
					Realizar verificações semestrais por amostragem da destinação dos bens.	DIPLAD		
					Realizar inventário anual.	DIPLAD		
					Patrimonialização diferenciada dos bens do PROPREVINE.	DIPLAD		
6	Erros procedimentais de aquisições	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Atualização do Manual.	DIPLAD	Não aceitar ou repactuar o tempo de entrega caso o tempo médio de análise completa do processo inviabilizar a compra.	DIPLAD
					Garantir o tempo mínimo para cada análise sem desprezar o tempo máximo a partir do levantamento prévio do tempo médio.	DIPLAD		
					Promover capacitações no âmbito da CGU para as compras que exijam conhecimento específico da legislação BID.	DIPLAD		
7	Eventual dificuldade na divisão de funções e atividades	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Estabelecer que os gerentes de projetos ou servidor que elaborou o PB ou TR não atuem como fiscal de contratos no âmbito do PROPREVINE.	DIPLAD	Propor a substituição do fiscal de contrato.	DIPLAD e Área Responsável
8	Redução da eficiência operacional no âmbito interno da DIPLAD	Categoria IV	Aceitável: perdas baixas, podendo ser menor do que o custo de mitigá-las.	Poderão ser aceitos e monitorados, por precaução.	Identificar membros prestes a solicitar vacância e buscar a reposição.	DIPLAD	Repór o membro após a vacância.	DIPLAD
					Buscar outros servidores (além dos que já existem na DIPLAD) que possam se dedicar exclusivamente à atividade de CEL nos momentos de demanda elevado.	DIPLAD	Acordar com a área a disponibilização do servidor nesse período crítico.	DIPLAD

Fonte: Plano Gerenciamento de Riscos



A partir do levantamento de informações obtidas junto à CGU foi realizada uma análise da Matriz de Resposta aos Riscos com vistas a verificar o grau de implementação das ações mitigadoras e das medidas de contingência predefinidas em função dos fatos ocorridos ao longo da execução do projeto (17/12/2013 a 30/06/2016).

Quanto ao Risco 1 – Atraso na aprovação do Plano de Aquisições

Como resposta ao risco em questão a matriz definiu duas ações mitigadoras: que a DIPLAD deveria apresentar a versão preliminar do PA 15 dias após a aprovação da LOA; e que o Comitê de Coordenação Estratégica aprovasse o PA 20 dias após a aprovação da LOA.

De acordo com os documentos apresentados pela CGU, constatou-se a seguinte situação:

Quadro 7
Publicação da LOA x Aprovação dos Planos de Aquisição

Exercício	Publicação da LOA (A)	Apresentação ao CCE (B)	Diferença em dias (B – A)	Aprovação pelo CCE (C)	Diferença em dias (C – A)
2014	20/01/2014	11/06/2014	142	11/06/2014	142
2015	20/04/2015	13/05/2015	23	13/05/2015	23
2016	14/01/2016	12/04/2016	89	12/04/2016	89

Fonte: Normativos Internos

Verifica-se, a partir dos fatos apresentados, que o prazo médio decorrido entre a publicação da LOA e a aprovação do PA pelo CCE é de 85 dias. Percebe-se, ainda que, os maiores hiatos ocorreram quando a publicação da LOA se deu no mês de janeiro.

A análise desta documentação não permite identificar as causas que levaram ao atraso ocorrido. No entanto, sugere-se que a construção do PA se inicie ao final do ano anterior ao de referência do PLOA, a partir de uma avaliação do PA do exercício, com base no orçamento proposto no Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício seguinte e seja revisado após a publicação da LOA, considerando, caso necessário, eventuais ajustes.

Quanto ao Risco 2 – Não cumprimento integral ao PA

A partir de documentação e informações levantadas junto à DIPLAD, verificou-se que foram adotadas as ações mitigadoras previstas, por meio da divulgação de “Informes PROPREVINE” aos gerentes de projetos, com o propósito de estabelecer rol de prioridades no PA, segregando compras em projetos estruturantes, matriz de produtos e componentes, obrigações remanescentes do ano anterior; monitorar os processos de licitação nas diversas fases da execução da despesa; e instruir os gerentes de projetos a respeito da lógica de construção do PA.

Quanto ao Risco 3 – Atraso na aprovação e contratação de bens e serviços

Verificou-se que houve a realização de capacitações, no âmbito da CGU para as compras que exijam conhecimento específico da legislação BID; que foram designados os substitutos dos gerentes de projetos; bem como, que foram realizadas instruções com os gerentes de projetos a fim de evidenciar os prazos médios de compras.



Quanto ao Risco 4 – Não alcance dos indicadores dos produtos ou componentes na matriz de resultados

A partir de documentação e informações levantadas junto à DIPLAD, verificou-se que foram adotadas as ações mitigadoras previstas, por meio da divulgação de “Informes PROPREVINE” aos gerentes de projetos, com o propósito de estabelecer rol de prioridades no PA, segregando compras em projetos estruturantes, matriz de produtos e componentes, obrigações remanescentes do ano anterior; monitorar os processos de licitação nas diversas fases da execução da despesa; e instruir os gerentes de projetos a respeito da lógica de construção do PA.

Quanto ao Risco 5 – Destinação indevida dos bens adquiridos

A DIPLAD orientou aos gerentes de projetos a respeito da necessidade de realizar inventário anual dos bens adquiridos no âmbito do PROPREVINE, bem como, a respeito da utilização desses bens conforme previsão original.

Quanto ao Risco 6 – Erros procedimentais de aquisições

O Manual de Execução do PROPREVINE estabelece os procedimentos de licitação com regras nacionais e os procedimentos de seleção com regras do BID. Além do mais, foram realizadas capacitações para os gerentes de projetos, contemplando as políticas de aquisição do BID.

Quanto ao Risco 7 – Eventual dificuldade na divisão de funções e atividades

Ao longo do trabalho de levantamento de informações e análise dos documentos disponibilizados, não foi verificada a necessidade de implementação de nenhuma ação mitigadora para este risco.

Quanto ao Risco 8 – Redução da eficiência operacional no âmbito interno da DIPLAD

Ao longo do trabalho de levantamento de informações e análise dos documentos disponibilizados, não foi verificada a necessidade de implementação de nenhuma ação mitigadora para este risco.



3 ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Arranjo Institucional

O Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR tem como Mutuário a República Federativa do Brasil e a Controladoria Geral da União (CGU), como Órgão Executor. O Anexo Único do Contrato de Empréstimo estabelece para a execução do PROPREVINE que:

- o Programa é coordenado pelo Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), o qual foi estabelecido por Portaria do Ministro de Estado Chefe da CGU, presidido pelo Secretário Executivo e integrado pelos máximos diretores das áreas envolvidas;
- a coordenação técnica e administrativa do Projeto se apoia na estrutura organizacional da Secretaria Executiva da CGU e conta com um Coordenador Geral nomeado pelo Secretário Executivo;
- o Coordenador Geral do Programa conta com o apoio técnico de uma comissão especial de licitação formada especificamente para a execução do Programa;
- a execução orçamentária e financeira do Programa é levada a cabo pela Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento da DGI; e
- cada uma das unidades envolvidas na execução do Programa conta com pelo menos um Gerente de Projeto responsável pelo planejamento e monitoramento da execução e dos resultados das atividades, os quais se reportam ao Coordenador Geral.

A Portaria nº 1.309, de 15 de julho de 2013, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União-Interino, alterada pela Portaria nº 1.421, de 2 de julho de 2014, aprovou a realização do PROPREVINE e instituiu a estrutura administrativa necessária para seu funcionamento:

- I. Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), presidido pelo Secretário-Executivo e composto pelos dirigentes máximos da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), da Corregedoria-Geral da União (CRG), da Ouvidoria-Geral da União (OGU), da Diretoria de Gestão Interna (DGI), da Diretoria de Sistemas e Informação (DSI) e da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD);
- II. Coordenador Geral do Programa, exercido pelo Diretor da DIPLAD, apoiado por um substituto e por uma equipe de apoio;
- III. Gerentes de Projeto, indicados pelos dirigentes máximos das unidades contempladas com projetos no PROPREVINE; e
- IV. Comissão Especial de Licitação (CEL), a ser designada pelo Secretário-Executivo.

Ao **Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)** compete:

- I. assegurar o compromisso e o envolvimento das unidades participantes, para que contribuam de forma oportuna e tempestiva na operacionalização das atividades previstas em cada etapa do Programa;
- II. supervisionar e promover a orientação estratégica do Programa;
- III. revisar e aprovar o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Aquisições (PA) e os relatórios anuais e semestrais, assim como modificações substantivas de seus conteúdos;
- IV. analisar e manifestar-se sobre as avaliações intermediária e final do Programa; e
- V. deliberar quanto a questões não previstas.



Ao **Coordenador Geral do Programa (CGP)** incumbe gerenciar o PROPREVINE e representar a CGU junto ao BID e aos órgãos governamentais envolvidos.

Aos **Gerentes de Projeto (GP)** incumbe atuar como representantes das respectivas Unidades da CGU junto ao Coordenador Geral do Programa, no que se refere ao planejamento, à execução e ao acompanhamento dos projetos sob sua responsabilidade.

À **Comissão Especial de Licitação (CEL)** compete realizar os procedimentos relativos às aquisições de bens e contratação de serviços e consultoria, quando aplicáveis as regras específicas estabelecidas pelo BID (GN-2349 e GN-2350).

Três servidores da DIPLAD atuarão como equipe exclusiva de apoio e deverão acompanhar a execução do Programa com as seguintes atribuições:

- **Especialista em Aquisições** – acompanhar os procedimentos referentes à contratação de todos os bens, serviços e consultorias, necessários à execução do Programa, realizados pela CGRL e pela CEL;
- **Especialista Financeiro** - elaborar as solicitações de desembolso de recursos para a STN assim como as prestações de contas e dos demonstrativos financeiros com suas respectivas notas explicativas, além de acompanhar o pagamento de juros e comissões de crédito;
- **Especialista em Monitoramento e Avaliação** - monitorar o progresso do PROPREVINE, auxiliando na elaboração dos relatórios semestrais e anuais, e avaliar o Programa com relação ao atingimento de seus objetivos.

A Portaria nº 2.032, de 5 de setembro de 2014, estabeleceu as atribuições e competências necessárias para a execução do Programa.

Dessa forma, entendemos que a estrutura administrativa instituída para a execução do PROPREVINE atende à conformação prevista no Contrato de Empréstimo.

3.2 Unidades Beneficiárias do Programa

As unidades administrativas da Controladoria-Geral da União beneficiadas pelo PROPREVINE são as seguintes:

- I. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
- II. Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas – DIE
- III. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – DIPLAD
- IV. Diretoria de Gestão Interna – DGI
- V. Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, antiga Diretoria de Sistemas e Informação – DSI
- VI. Secretaria Federal de Controle Interno – SFC
- VII. Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção – STPC
- VIII. Corregedoria-Geral da União – CRG
- IX. Ouvidoria-Geral da União – OGU



4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

Conforme informado no item 2.1.4 deste Relatório, o custo total do Programa é estimado no equivalente a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares) financiados pelo Banco e US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares) de aporte local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no Quadro 1, apresentado no item 2.1.4 deste relatório.

A análise da execução financeira do Programa considerou a evolução do uso das fontes de financiamento, quais sejam: os desembolsos do Contrato de Empréstimo BID e os recursos do orçamento da União, a título de contrapartida local.

Durante o período de referência deste relatório (17/12/2013 a 30/06/2016) foram realizados dois desembolsos do financiamento os quais somaram US\$ 3.132.637,88 e representaram 17,40% do valor total do Contrato de Empréstimo. Assim, o saldo a desembolsar do empréstimo em 30/06/2016 era de US\$ 14.867.362,12, conforme detalhado a seguir:

Quadro 8
Desembolsos do Contrato de Empréstimo
(Período: 17/12/2013 a 30/06/2016)

Em US\$

Nº DO PEDIDO	Nº LMS	DATA DO DESEMBOLSO	VALOR	%	SALDO DO EMPRÉSTIMO	% A DESEMBOLSAR
					18.000.000,00	100,00%
01/2014	201430547	08/07/2014	2.166.323,22	12,04%	15.833.676,78	87,96%
03/2015	201559979	18/12/2015	966.314,66	5,37%	14.867.362,12	82,60%
TOTAL			3.132.637,88	17,40%		

Fonte: LMS 10.

Também foram disponibilizados recursos equivalentes a US\$ 2.145.271,70 a título de contrapartida local. Dessa forma, o montante dos recursos aportados para a execução do Programa até 30/06/2016 correspondeu a US\$ 5.277.909,58. O Quadro 9 e o Gráfico2, apresentados a seguir, detalham essas informações:

Quadro 9
Recursos Disponibilizados na Implementação do Programa
(Período: 17/12/2013 a 30/06/2016)

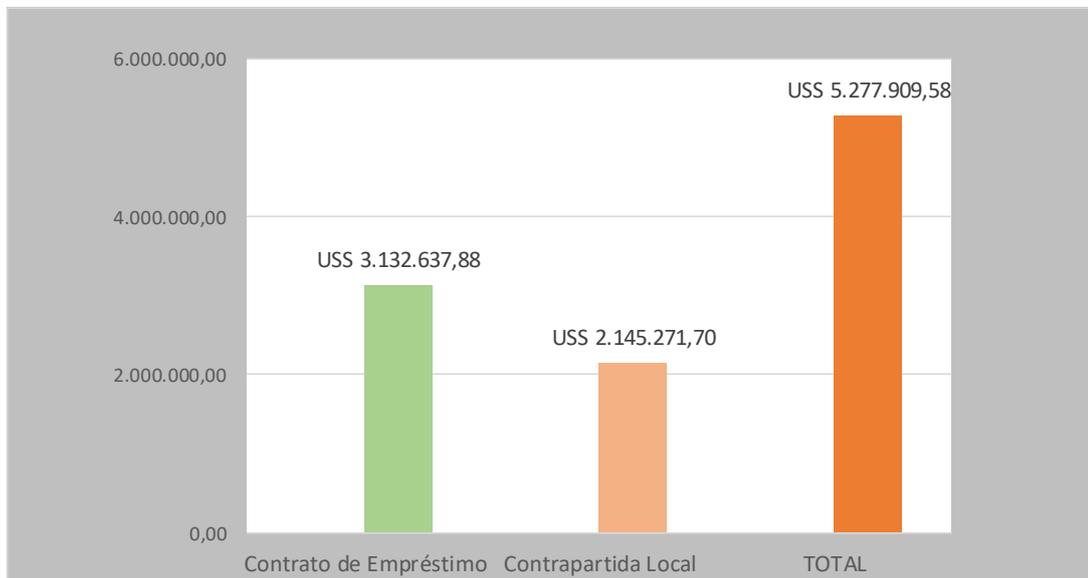
Em US\$

FONTE	2013/2014	2015	2016	TOTAL	%
Contrato de Empréstimo	2.166.323,22	966.314,66	-	3.132.637,88	59,35%
Contrapartida Local	663.119,98	1.009.887,34	472.264,38	2.145.271,70	40,65%
TOTAL	2.829.443,20	1.976.202,00	472.264,38	5.277.909,58	100,00%

Fonte: LMS 10 e Relatórios de Progresso.



Gráfico 2
Recursos Disponibilizados na Implementação do Programa
(Período: 17/12/2013 a 30/06/2016)



Fonte: LMS 10 e Relatórios de Progresso.

Dos recursos aportados para a implementação do Programa, US\$ 4.892.608,13 foram executados e comprovados até 30/06/2016, sendo US\$ 2.747.336,46 oriundos do Contrato de Empréstimo e US\$ 2.145.271,70 da contrapartida local, conforme detalhado no Quadro 10 e Gráfico 2, apresentados a seguir.

O Quadro 10 demonstra o grau de execução financeira global do Programa, por componente e por fonte de financiamento, comparando o orçamento vigente e o volume de recursos executado.

Da análise do Quadro 10 e do Gráfico 2, considerando se tratar de avaliação intermediária do PROPREVINE, pode-se inferir que o Programa teve um índice de execução baixo, uma vez que já se passou metade de seu período de implementação e o índice de execução financeira auferido foi de apenas 16,31% para o total dos recursos, 15,26% para os recursos do financiamento e 17,88% para os recursos da contrapartida local.

Em relação ao Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU, observa-se que o índice de execução financeira total foi da ordem de 21,38%, sendo 21,28% para os recursos do financiamento e 21,51% para os recursos da contrapartida local.

Quanto ao Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal, verifica-se um baixo índice de execução financeira global (2,87%), sendo 1,72% para os recursos do Contrato de Empréstimo e 4,97% para os recursos da contrapartida local.

No Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social, demonstra-se um índice de execução financeira total da ordem de 19,43%, com uma participação maior da contrapartida local (24,81%) em relação aos recursos do financiamento (16,10%).



Quadro 10
Demonstrativo da Execução Acumulada dos Recursos do Programa
(Período: 17/12/2013 a 30/06/2016)

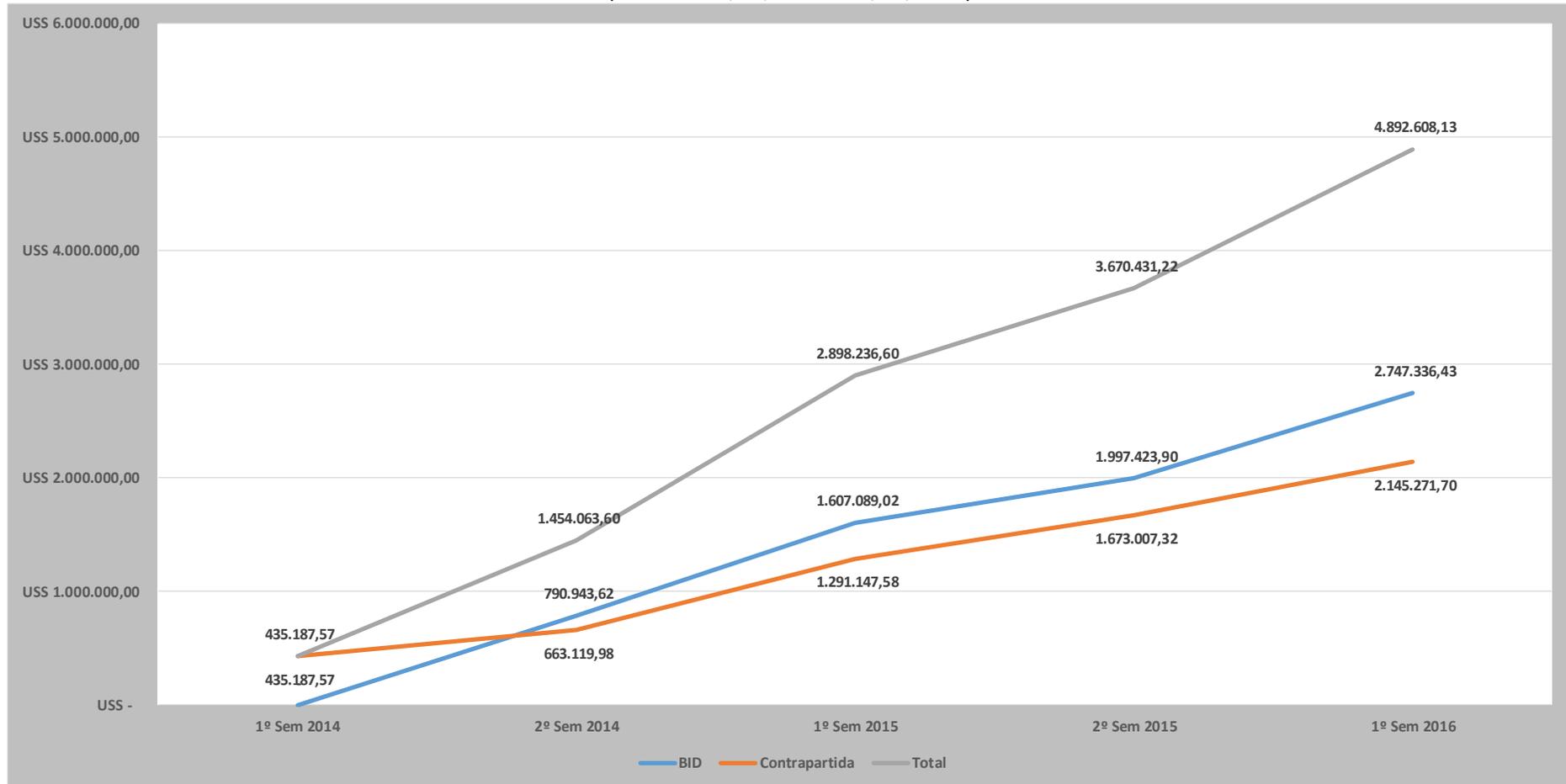
Em US\$

Componentes	Orçamento			Realizado Até 30/06/2016			Saldo a Realizar			% Realizado/Orçamento		
	Banco	Aporte Local	Total	Banco	Aporte Local	Total	Banco	Aporte Local	Total	Banco	Aporte Local	Total
I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9.200.000,00	7.370.000,00	16.570.000,00	1.957.508,63	1.585.082,67	3.542.591,30	7.242.491,37	5.784.917,33	13.027.408,70	21,28%	21,51%	21,38%
II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	3.788.000,00	2.073.000,00	5.861.000,00	65.265,59	103.005,76	168.271,35	3.722.734,41	1.969.994,24	5.692.728,65	1,72%	4,97%	2,87%
III - Promoção da Transparência e do Controle Social	2.702.000,00	1.676.000,00	4.378.000,00	434.912,49	415.765,56	850.678,05	2.267.087,51	1.260.234,44	3.527.321,95	16,10%	24,81%	19,43%
IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	1.899.000,00	881.000,00	2.780.000,00	15.323,57	41.417,71	56.741,28	1.883.676,43	839.582,29	2.723.258,72	0,81%	4,70%	2,04%
Gestão do Projeto	296.000,00	-	296.000,00	274.326,15	-	274.326,15	21.673,85	-	21.673,85	92,68%	0,00%	92,68%
Avaliações	115.000,00	-	115.000,00	-	-	-	115.000,00	-	115.000,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	18.000.000,00	12.000.000,00	30.000.000,00	2.747.336,43	2.145.271,70	4.892.608,13	15.252.663,57	9.854.728,30	25.107.391,87	15,26%	17,88%	16,31%
Pari Passu da Execução	60,00%	40,00%	100,00%	56,15%	43,85%	100,00%						

Fonte: Relatórios de Progresso.



Gráfico 3
Evolução da Execução Financeira do Programa
(Período: 17/12/2013 a 30/06/2016)



Fonte: Relatórios de Progresso.



Para o Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais, registrou-se o menor índice de execução financeira dentre todos os componentes do Programa. O índice global foi de 2,04%, o dos recursos do financiamento foi apenas de 0,81% e o da contrapartida local registrou 4,70%.

Destaca-se que o índice de execução verificado para o Componente Gestão do Projeto já alcançou 92,68% do orçamento previsto, o que sugere a provável necessidade de um ajuste ao orçamento original.

Para o Componente Avaliações não foram realizados registros de despesa.

Salienta-se que os índices de execução financeira verificados para os componentes II e IV (2,87% e 2,04%, respectivamente), merecem atenção especial visando o incremento das ações destes componentes.

O pari-passu da execução financeira demonstra que 56,15% dos recursos utilizados foram aportados pela fonte BID e 43,85% pela fonte local. Significa dizer que a CGU está utilizando menos recursos da fonte BID e mais recursos de contrapartida do que o originalmente previsto (60%-40%). Tal descompasso nos parece razoável neste momento de avaliação intermediária, mas deverá merecer ajustes até o final da execução do Programa visando atingir a proporção previamente estabelecida.

A seguir, no Quadro 11, apresenta-se um demonstrativo da execução financeira detalhada por produto.



Quadro 11 Demonstrativo da Execução Acumulada dos Recursos do Programa, por Produto

Componentes/Produtos	Progresso	Execução Financeira					Total	% A/P
		2014	2015	2016	2017	2018		
Componente I Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	P	2.036.959,93	3.633.259,96	3.633.259,96	3.633.259,96	3.633.260,18	16.569.999,99	21,38%
	P(a)	2.036.959,93	2.816.202,82	4.305.681,36	4.305.681,36	4.305.681,54	17.770.207,01	
	A	836.752,91	1.729.480,22	976.358,18	-	-	3.542.591,31	
Produto C1.P1: Proposta de política de comunicação (ASCOM)	P	31.702,51	59.782,70	59.782,70	59.782,70	59.782,72	270.833,33	1,57%
	P(a)	31.702,51	5.615,38	88.405,98	88.405,98	88.405,99	302.535,84	
	A	-	4.250,94	-	-	-	4.250,94	
Produto C1.P2: Reestruturação de salas de videoconferência (CRG)	P	62.957,38	16.552,32	16.552,32	16.552,32	16.552,33	129.166,67	62,03%
	P(a)	62.957,38	85.500,14	13.426,03	13.426,03	13.426,03	188.735,61	
	A	3.388,44	76.737,01	-	-	-	80.125,45	
Produto C1.P3: Proposta de modelo de gestão de pessoas (DGI)	P	36.775,17	167.889,54	167.889,54	167.889,54	167.889,54	708.333,33	11,92%
	P(a)	36.775,17	90.870,00	205.821,11	205.821,11	205.821,11	745.108,50	
	A	-	34.561,53	49.905,83	-	-	84.467,36	
Produto C1.P4: Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado (DGI)	P	295.280,77	77.221,47	77.221,47	77.221,47	77.221,49	604.166,67	4,66%
	P(a)	295.280,77	18.041,21	195.318,00	195.318,00	195.318,02	899.276,00	
	A	171,44	13.875,12	14.090,31	-	-	28.136,87	
Produto C1.P5: Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística (DGI)	P	4.060,05	31.276,65	31.276,65	31.276,65	31.276,67	129.166,67	21,28%
	P(a)	4.060,05	30.769,23	32.799,14	32.799,14	32.799,16	133.226,72	
	A	-	-	27.491,04	-	-	27.491,04	
Produto C1.P6: Núcleos de especialização (DIE)	P	-	119.791,66	119.791,66	119.791,66	119.791,69	479.166,67	0,60%
	P(a)	-	-	159.722,22	159.722,22	159.722,23	479.166,67	
	A	-	-	2.853,80	-	-	2.853,80	
Produto C1.P7: Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE (DIE)	P	77.812,50	115.963,54	115.963,54	115.963,54	115.963,55	541.666,67	50,85%
	P(a)	77.812,50	181.148,96	111.360,85	111.360,85	111.360,87	593.044,03	
	A	26.435,14	27.655,23	221.351,71	-	-	275.442,08	
Produto C1.P8: Estrutura institucional de capacitação e modernização (DIPLAD)	P	146.979,17	292.213,54	292.213,54	292.213,54	292.213,54	1.315.833,33	21,02%
	P(a)	146.979,17	239.220,26	336.747,39	336.747,39	336.747,40	1.396.441,61	
	A	66.370,89	151.470,21	58.785,25	-	-	276.626,35	
Produto C1.P9: Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos (DSI)	P	186.847,95	192.871,34	192.871,34	192.871,34	192.871,36	958.333,33	8,85%
	P(a)	186.847,95	81.036,15	292.432,39	292.432,39	292.432,40	1.145.181,28	
	A	-	31.599,40	53.255,84	-	-	84.855,24	
Produto C1.P10: Processos de Governança de TI revisados e internalizados (DSI)	P	349.326,25	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,46	5.000.000,00	19,87%
	P(a)	349.326,25	459.475,23	1.370.876,63	1.370.876,63	1.370.876,64	4.921.431,38	
	A	427.894,87	301.111,47	264.726,98	-	-	993.733,32	
Produto C1.P11: Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal (OGU)	P	-	39.583,33	39.583,33	39.583,33	39.583,34	158.333,33	10,12%
	P(a)	-	18.315,00	46.672,77	46.672,77	46.672,79	158.333,33	
	A	-	13.634,65	2.392,45	-	-	16.027,10	
Produto C1.P12: Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria (OGU)	P	-	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,34	133.333,33	0,00%
	P(a)	-	15.384,62	39.316,23	39.316,23	39.316,25	133.333,33	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C1.P13: Processos de auditoria e fiscalização mapeados e remodelados (SFC)	P	141.637,09	454.174,06	454.174,06	454.174,06	454.174,06	1.958.333,33	15,12%
	P(a)	141.637,09	277.752,93	524.091,53	524.091,53	524.091,53	1.991.664,61	
	A	108.305,81	187.849,68	-	-	-	296.155,49	
Produto C1.P14: Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC)	P	-	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	62.500,00	0,00%
	P(a)	-	-	20.833,33	20.833,33	20.833,34	62.500,00	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C1.P15: Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle (SFC)	P	703.581,09	824.104,72	824.104,72	824.104,72	824.104,75	4.000.000,00	34,09%
	P(a)	703.581,09	1.301.832,79	831.326,96	831.326,96	831.326,97	4.499.394,77	
	A	204.186,32	881.213,80	278.315,04	-	-	1.363.715,16	
Produto C1.P16: Aparelhamento da Corregedoria Geral da União (CRG)	P	-	30.208,33	30.208,33	30.208,33	30.208,34	120.833,33	7,21%
	P(a)	-	11.240,92	36.530,80	36.530,80	36.530,81	120.833,33	
	A	-	5.521,18	3.189,93	-	-	8.711,11	

Continua...



Continuação...

Componentes/Produtos	Progresso	Execução Financeira					Total	% A/P
		2014	2015	2016	2017	2018		
Componente II Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	P	290.015,59	1.392.746,07	1.392.746,07	1.392.746,07	1.392.746,22	5.861.000,02	2,87%
	P(a)	290.015,59	328.973,01	1.833.802,19	1.833.802,19	1.833.802,33	6.120.395,31	
	A	30.620,30	57.955,44	79.695,61	-	-	168.271,35	
Produto C2.P1: Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares (CRG)	P	62.250,00	119.854,16	119.854,16	119.854,16	119.854,19	541.666,67	11,65%
	P(a)	62.250,00	56.413,48	151.544,29	151.544,29	151.544,31	573.296,37	
	A	30.620,30	31.745,83	735,54	-	-	63.101,67	
Produto C2.P2: Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias (OGU)	P	-	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	150.000,00	13,50%
	P(a)	-	-	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00	
	A	-	-	20.247,98	-	-	20.247,98	
Produto C2.P3: Kits de apoio às atividades das ouvidorias (OGU)	P	864,58	34.825,52	34.825,52	34.825,52	34.825,53	140.166,67	0,00%
	P(a)	864,58	-	46.722,22	46.722,22	46.722,23	141.031,25	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C2.P4: Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web (OGU)	P	142.369,31	224.824,34	224.824,34	224.824,34	224.824,34	1.041.666,67	1,69%
	P(a)	142.369,31	90.594,15	317.024,17	317.024,17	317.024,18	1.184.035,98	
	A	-	1.647,11	15.915,32	-	-	17.562,43	
Produto C2.P5: Cursos de capacitação em Ouvidoria (OGU)	P	-	156.250,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	625.000,00	3,06%
	P(a)	-	26.153,85	199.615,38	199.615,38	199.615,39	625.000,00	
	A	-	10.657,51	8.459,95	-	-	19.117,46	
Produto C2.P6: Publicações da OGU (OGU)	P	-	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00	7,20%
	P(a)	-	2.307,69	82.564,10	82.564,10	82.564,11	250.000,00	
	A	-	13.904,99	4.099,27	-	-	18.004,26	
Produto C2.P7: Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal (SFC)	P	62.917,12	192.604,05	192.604,05	192.604,05	192.604,06	833.333,33	1,96%
	P(a)	62.917,12	28.846,15	268.162,39	268.162,39	268.162,40	896.250,45	
	A	-	-	16.332,90	-	-	16.332,90	
Produto C2.P8: Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (CGU)	P	-	218.750,00	218.750,00	218.750,00	218.750,00	875.000,00	0,00%
	P(a)	-	-	291.666,66	291.666,66	291.666,68	875.000,00	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C2.P9: Sistema de conflito de interesses (STPC)	P	21.614,58	130.013,02	130.013,02	130.013,02	130.013,03	541.666,67	2,03%
	P(a)	21.614,58	40.209,38	167.152,43	167.152,43	167.152,43	563.281,25	
	A	-	-	11.007,98	-	-	11.007,98	
Produto C2.P10: Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (STPC)	P	-	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00	0,00%
	P(a)	-	56.756,00	147.748,00	147.748,00	147.748,00	500.000,00	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C2.P11: Encontro de Corregedorias (CRG)	P	-	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67	0,00%
	P(a)	-	-	55.555,55	55.555,55	55.555,57	166.666,67	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C2.P12: Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (CRG)	P	-	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67	0,00%
	P(a)	-	25.384,62	47.094,01	47.094,01	47.094,03	166.666,67	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C2.P13: Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	P	-	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,69	29.166,67	9,93%
	P(a)	-	2.307,69	8.952,99	8.952,99	8.953,00	29.166,67	
	A	-	-	2.896,67	-	-	2.896,67	
Componente III Promoção da Transparência e do Controle Social	P	698.240,15	919.939,93	919.939,93	919.939,93	919.940,06	4.378.000,00	19,43%
	P(a)	698.240,15	557.768,16	1.165.367,97	1.165.367,97	1.165.368,03	4.752.112,28	
	A	324.127,87	408.954,31	117.595,87	-	-	850.678,05	
Produto C3.P1: Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso à Informação (OGU)	P	-	52.083,33	52.083,33	52.083,33	52.083,34	208.333,33	0,00%
	P(a)	-	12.307,69	65.341,88	65.341,88	65.341,88	208.333,33	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C3.P2: Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria (OGU)	P	-	21.583,33	21.583,33	21.583,33	21.583,34	86.333,33	0,00%
	P(a)	-	-	28.777,77	28.777,77	28.777,79	86.333,33	
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C3.P3: Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação (STPC)	P	96.366,12	142.575,13	142.575,13	142.575,13	142.575,16	666.666,67	64,71%
	P(a)	96.366,12	282.535,57	128.043,70	128.043,70	128.043,70	763.032,79	
	A	-	384.050,73	47.378,32	-	-	431.429,05	
Produto C3.P4: Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD) (STPC)	P	13.833,33	184.041,66	184.041,66	184.041,66	184.041,69	750.000,00	0,37%
	P(a)	13.833,33	2.568,36	248.509,87	248.509,87	248.509,88	761.931,31	
	A	1.902,02	837,31	-	-	-	2.739,33	
Produto C3.P5: Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto (STPC)	P	57.213,59	79.446,60	79.446,60	79.446,60	79.446,61	375.000,00	8,46%
	P(a)	57.213,59	67.469,62	102.510,12	102.510,12	102.510,14	432.213,59	
	A	-	3.680,57	28.034,26	-	-	31.714,83	
Produto C3.P6: Novo Portal da Transparência (STPC)	P	530.827,11	179.793,22	179.793,22	179.793,22	179.793,23	1.250.000,00	30,78%
	P(a)	530.827,11	192.886,92	244.962,41	244.962,41	244.962,41	1.458.601,26	
	A	322.225,85	20.385,70	42.183,29	-	-	384.794,84	
Produto C3.P7: Portal do cidadão (STPC)	P	-	260.416,66	260.416,66	260.416,66	260.416,69	1.041.666,67	0,00%
	P(a)	-	-	347.222,22	347.222,22	347.222,23	1.041.666,67	
	A	-	-	-	-	-	-	

Continua...



Conclusão...

Componentes/Produtos	Progresso	Execução Financeira					Total	% A/P
		2014	2015	2016	2017	2018		
Componente IV Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	P	100.094,20	669.976,43	669.976,43	669.976,43	669.976,50	2.779.999,99	
	P(a)	100.094,20	92.018,68	894.472,97	894.472,97	894.473,04	2.875.531,86	2,04%
	A	4.562,33	3.651,69	48.527,26	-	-	56.741,28	
Produto C4.P1: Unidades ODP estaduais (DIE)	P	-	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00	
	P(a)	-	-	83.333,33	83.333,33	83.333,34	250.000,00	2,43%
	A	-	3.651,69	2.426,61	-	-	6.078,30	
Produto C4.P2: Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União (OGU)	P	37.177,08	24.247,39	24.247,39	24.247,39	24.247,42	134.166,67	
	P(a)	37.177,08	5.403,29	41.400,35	41.400,35	41.400,35	166.781,42	3,40%
	A	4.562,33	-	-	-	-	4.562,33	
Produto C4.P3: Cursos para gestores dos entes subnacionais (STPC)	P	-	239.583,33	239.583,33	239.583,33	239.583,34	958.333,33	
	P(a)	-	-	319.444,44	319.444,44	319.444,45	958.333,33	0,00%
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C4.P4: Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (STPC)	P	62.917,12	67.604,05	67.604,05	67.604,05	67.604,06	333.333,33	
	P(a)	62.917,12	38.461,54	98.290,59	98.290,59	98.290,61	396.250,45	0,00%
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C4.P5: Sistema de gestão de ações de prevenção (STPC)	P	-	145.833,33	145.833,33	145.833,33	145.833,34	583.333,33	
	P(a)	-	46.153,85	179.059,82	179.059,82	179.059,84	583.333,33	0,00%
	A	-	-	-	-	-	-	
Produto C4.P6: Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção (CRG)	P	-	130.208,33	130.208,33	130.208,33	130.208,34	520.833,33	
	P(a)	-	2.000,00	172.944,44	172.944,44	172.944,45	520.833,33	8,85%
	A	-	-	46.100,65	-	-	46.100,65	
Outros Custos	P	246.000,00	50.000,00	58.000,00	-	57.000,00	411.000,00	
	P(a)	246.000,00	12.000,00	66.666,60	8.666,60	65.666,61	398.999,81	66,75%
	A	258.000,19	16.325,96	-	-	-	274.326,15	
Gestão do Projeto	P	246.000,00	50.000,00	-	-	-	296.000,00	
	P(a)	246.000,00	12.000,00	8.666,60	8.666,60	8.666,61	283.999,81	92,68%
	A	258.000,19	16.325,96	-	-	-	274.326,15	
Avaliação Intermediária e Final	P	-	-	58.000,00	-	57.000,00	115.000,00	
	P(a)	-	-	58.000,00	-	57.000,00	115.000,00	0,00%
	A	-	-	-	-	-	-	
Total Geral	P	3.371.309,87	6.665.922,39	6.673.922,39	6.615.922,39	6.672.922,96	30.000.000,00	
	P(a)	3.371.309,87	3.806.962,67	8.265.991,09	8.207.991,09	8.264.991,55	31.917.246,27	16,31%
	A	1.454.063,60	2.216.367,62	1.222.176,92	-	-	4.892.608,14	

Fonte: PMR 1º Semestre de 2016.

Observação: Os valores destacados em amarelo indicam a necessidade de ajustes do PMR nas previsões anuais dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 para a situação **Previsto Ajustado P(a)**, de forma que o valor total coincida com o valor total da situação Previsto (P). Da mesma forma, há que se considerar a necessidade de ajustes da situação **Previsto Ajustado P(a)** para os exercícios 2014, 2015 e 2016 de forma que o valor de P(a) coincida com o valor da situação Alcançado (A).



5 ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS

A Matriz de Resultados estabelece as metas a serem atingidas ao longo da execução do Programa. Estão previstos indicadores de impacto, de resultado e de produtos que auxiliam a medir o avanço da execução e eventuais desvios, o grau de evolução dos produtos no nível dos componentes e o alcance dos objetivos de desenvolvimento.

Assim, a seguir são apresentados os avanços dos indicadores do Programa observados a partir de uma análise comparativa das metas a serem alcançadas com a linha de base, com as informações registradas nos Relatórios Semestrais de Progresso e nos *Progress Monitoring Report* - PMR's, bem como nas respostas aos questionários aplicados.

5.1 Análise de Indicadores de Impacto

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO (OD)									
Contribuir para a consolidação da capacidade institucional da Controladoria Geral da União (CGU), visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.									
Indicador Chave de Efeito Direto									
Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados.									
Meio de Verificação									
MonitorWeb/SFC reportado ao Banco através de Relatório de Progresso									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Percentual	2012	18,43	P	20,00	24,00	27,00	31,00	36,00	36,00
			P(a)	20,00	24,00	27,00	31,00	36,00	36,00
			A	28,20	26,30	26,30			
Análise do Indicador Físico									
Verifica-se que a meta definida para o exercício de 2014 foi superada em 8,20 pontos percentuais. No exercício de 2015, apesar de se verificar uma queda de 1,9 pontos percentuais em relação ao resultado obtido em 2014, o resultado alcançado neste exercício superou a meta estabelecida em 2,30 pontos percentuais. Em 2016 verifica-se que não houve alteração do resultado obtido no exercício anterior (2015). Dessa forma, o resultado obtido até 30/06/2016 não alcançou ainda a meta pretendida. Cumpre destacar, ainda, que o resultado obtido no primeiro semestre de 2016 representou um crescimento da ordem de 42% em relação à linha de base verificada em 2012. Em face dos resultados alcançados até 30 de junho de 2016 pode-se inferir que é muito provável que o Programa atinja o seu objetivo de desenvolvimento.									
OBSERVAÇÃO: Conforme DESPACHO DC para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312563, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar os valores aferidos (A) referentes aos exercícios 2014, 2015 e 2016 para 26,3; 30,5; e 27, respectivamente.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	3.371.309,87	6.665.922,39	6.673.922,39	6.615.922,39	6.672.922,96	30.000.000,00			
P(a)	3.371.309,87	3.806.962,67	8.265.991,09	8.207.991,09	8.264.991,55	31.917.246,27			
A	1.454.063,60	2.216.367,62	1.222.176,92	-	-	4.892.608,14			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira do objetivo de desenvolvimento, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 16.711.154,65 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 30.000.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 4.892.608,13, o que representa 29,28% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 16,31% do montante programado até o final do projeto. Do ponto de vista financeiro, considera-se pouco provável que se execute a totalidade dos recursos do Programa, uma vez que até a metade do período de execução do projeto só foram executados 16,31% dos recursos, restando 83,69% a serem executados durante a segunda metade do período de execução do projeto.									
Classificação do Objetivo de Desenvolvimento (OD):									
<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)			<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)			<input type="checkbox"/> Pouco Provável (LP)		<input type="checkbox"/> Improvável (I)	



5.2 Análise de Indicadores de Resultado

COMPONENTE 1									
Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU									
Objetivo do Componente:									
Apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoal e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.									
Indicador de Resultado 1:									
Índice de clima organizacional (DGI)									
Meio de Verificação:									
Pesquisa interna (DGI)									
Observações:									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Índice	2011	2,54	P	2,54	2,54	2,20	1,90	1,60	1,60
			P(a)	2,54	2,54	2,20	1,90	1,60	1,60
			A	2,54	2,54	2,54			
Análise do Indicador de Resultado 1									
Verifica-se que não houve evolução deste indicador desde o ano base. A resposta ao questionário observa que o indicador foi bastante sensível à descontinuidade da gestão.									
Observação 1: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, as informações levantadas a partir do questionário aplicado são divergentes para a medição relativa ao ano de 2016 (-).									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme DESPACHO GAB CGDOC para a COPAV, de 24/03/2017 (Documento SEI nº 0311884, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se a retirada da informação relativa à medição intermediária do ano de 2016, uma vez que "O indicador só poderá ser aferido após o mês de março de 2017, relativo ao ano de 2016", conforme informado no questionário.									
Indicador de Resultado 2:									
Índice de retrabalho – Média de revisões por ação de controle (SFC)									
Meio de Verificação:									
Sistema novo ativa (SFC)									
Observações:									
Para cada 100 ações de controle do exercício de 2012, 44 revisões foram realizadas. Fonte: Sistema Ativa e Novo Ativa (SFC).									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Índice	2012	0,44	P	0,44	0,44	0,44	0,40	0,35	0,35
			P(a)	0,44	0,44	0,44	0,40	0,35	0,35
			A	0,46	0,52	0,52			
Análise do Indicador de Resultado 2									
A meta pretendida é diminuir o índice de retrabalho da SFC de 0,44 no ano base para 0,35 ao final do Programa. Verifica-se que houve um aumento do índice de retrabalho em relação à linha de base e à meta definida para o exercício de 2014 da ordem de 0,02 pontos percentuais. No exercício de 2015, ocorreu novo aumento do índice em 0,06 pontos percentuais em relação ao resultado obtido em 2014. O resultado alcançado até junho de 2016 manteve-se igual ao exercício de 2015, porém inferior à meta estabelecida em 0,08 pontos percentuais. Cumpre destacar, ainda, que o resultado obtido no primeiro semestre de 2016 representou um aumento do índice de retrabalho da ordem de 18,18% em relação à linha de base verificada em 2012.									
Observação 1 : As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, as informações levantadas a partir do questionário aplicado são divergentes para a medição relativa ao ano de 2016 (0,47).									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme DESPACHO DC para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312563, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar o valor aferido (A) referentes ao exercício 2016 para 0,47.									



Indicador de Resultado 3:

Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT 4.1 (DSI)

Meio de Verificação:

Metodologia CobiT 4.1

Observações:

A pesquisa inicial de diagnóstico foi financiada pelo Banco com a contratação de uma empresa externa. As avaliações posteriores já serão feitas com capacidades próprias da CGU.

Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Índice	2011	2,00	P	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00
			P(a)	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00
			A	2,00	2,00	2,00			

Análise do Indicador de Resultado 3

O questionário relativo a este indicador de resultado não foi respondido. A análise foi realizada com base no questionário do Produto C1.P10, conforme orientação da CGU. A meta deste indicador é o aumento de maturidade do nível 2 do COBIT para o nível 3 em 15 processos de TI. Já foram planejados, desenhados e estão sendo implementados 12 processos. Também foram adquiridos e implementadas as soluções de Gestão de Serviços de TI – ITSM, servidores de redes, solução de backup, balanceadores de carga, firewall, análise de dados – Qlikview e a realização de treinamentos. Verifica-se, no entanto, que não houve evolução deste indicador desde o ano base.

Observação: A unidade de medida do indicador identificada no PMR (Índice) é diferente da unidade de medida prescrita na Matriz de Resultados (Nível Cobit).

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	2.036.959,93	3.633.259,96	3.633.259,96	3.633.259,96	3.633.260,18	16.569.999,99
P(a)	2.036.959,93	2.816.202,82	4.305.681,36	4.305.681,36	4.305.681,54	17.770.207,01
A	836.752,91	1.729.480,22	976.358,18	-	-	3.542.591,31

Análise do Indicador Financeiro do Componente 1

A programação da execução financeira do componente 1, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 9.303.479,85 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 16.569.999,99 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 3.542.591,31, o que representa 38,08% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 21,38% do montante programado até o final do projeto.



COMPONENTE 2									
Apoio à melhoria da gestão do governo federal									
Objetivo do Componente:									
Fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.									
Indicador de Resultado 1:									
Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU									
Meio de Verificação:									
Relatório de Gestão da CGU									
Observações:									
Em bilhões de R\$ (reais), segundo metodologia de qualificação de eficiência da despesa aprovada na CGU.									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
R\$	2012	2,33	P	2,30	2,30	2,50	2,70	3,00	3,00
			P(a)	2,30	2,30	2,50	2,70	3,00	3,00
			A	7,54	2,38	2,384			
Análise do Indicador de Resultado 1									
Verifica-se que a meta definida para o exercício de 2014 foi superada em mais que 3 vezes, ultrapassando em R\$ 5,24 bilhões a meta prevista. No exercício de 2015, apesar de se verificar uma queda substancial em relação ao resultado obtido em 2014, o resultado alcançado superou a meta estabelecida em R\$ 80 milhões. Em 30/06/2016 verifica-se que houve um pequeno aumento em relação ao resultado obtido no exercício de 2015 (R\$ 4 milhões). No entanto, este resultado não havia alcançado a meta daquele ano. O resultado obtido no primeiro semestre de 2016 representou um crescimento da ordem de 2,32% em relação à linha de base verificada em 2012.									
Observação: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (P), P(a) e (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, registre-se que tais informações são divergentes daquelas originárias da Matriz de Resultados do Programa para (P).									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme DESPACHO DC para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312563, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar os valores previstos (P) e aferidos (A), conforme quadro abaixo:									
	Progresso	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)			
	P	2,33	2,33	2,50	2,75	3,00			
	A	7,54	2,38	2,84					
Indicador de Resultado 2:									
Percentual de gestores públicos federais que consideram a atuação da Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho (SFC)									
Meio de Verificação:									
Pesquisa									
Observações:									
A pesquisa leva o desempenho da Controladoria Geral da União (CGU) como relevante quando o gestor, assim a considera em pelo menos 5 das 6 linhas de ação apresentadas. A CGU realizará a pesquisa ao final dos anos 3 e 5. Ver detalhes no Plano de Monitoração.									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Percentual	2011	52,73	P			55,00		60,00	60,00
			P(a)			55,00		60,00	60,00
			A	52,73	52,73	52,73			
Análise do Indicador de Resultado 2									
Verifica-se que não houve evolução deste indicador desde o ano base, embora não tenha sido estabelecida nenhuma meta para os exercícios de 2014 e 2015. A meta estabelecida para o exercício de 2016 não havia sido atingida até 30/06/2016.									
Observação: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (P), P(a) e (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, registre-se que tais informações são divergentes daquelas originárias da Matriz de Resultados do Programa para (P) e do questionário aplicado para (P), P(a) e (A).									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme DESPACHO DC para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312563, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar os valores previstos (P) e aferidos (A), conforme quadro abaixo:									
	Progresso	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)			
	P	52,73	52,73	55	55	60			
	A	52,73	52,73	79,1					



Indicador de Resultado 3:									
Quantidade de Ouvidorias Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov (OGU)									
Meio de Verificação:									
Relatório OGU									
Observações:									
Atividades para a Ouvidoria Geral da União (OGU). Não foram planejadas na fase de preparação da operação, porém, atualmente os trabalhos da OGU é prioridade da CGU, recomendam que as atividades para OGU sejam efetuadas.									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Ouvidorias	2013	0,00	P				50,00	100,00	100,00
			P(a)				50,00	100,00	100,00
			A		76,00	76,00			
Análise do Indicador de Resultado 3									
O questionário relativo a este indicador de resultado não foi respondido. A análise foi realizada com base no questionário do Produto C2.P4, conforme orientação da CGU. A meta geral já foi alcançada, com mais de 320 ouvidorias acessíveis. Destaca-se que o resultado obtido em 2015 já supera a meta estabelecida para 2017.									
Observações: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, as informações levantadas a partir do questionário são divergentes na medida em que indicam 320 ouvidorias acessíveis.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	290.015,59	1.392.746,07	1.392.746,07	1.392.746,07	1.392.746,22	5.861.000,02			
P(a)	290.015,59	328.973,01	1.833.802,19	1.833.802,19	1.833.802,33	6.120.395,31			
A	30.620,30	57.955,44	79.695,61	-	-	168.271,35			
Análise do Indicador Financeiro do Componente 2									
A programação da execução financeira do componente 2, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 3.075.507,73 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 5.861.000,02 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 168.271,35, o que representa 5,47% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 2,87% do montante programado até o final do projeto.									



COMPONENTE 3									
Promoção da transparência e do controle social									
Objetivo do Componente:									
Desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.									
Indicador de Resultado 1:									
Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão (STPC)									
Meio de Verificação:									
Acesso à ferramenta de colaboração on-line para o controle social (Portal do Cidadão) ampliado									
Observações:									
(Milhares)									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Número de acessos	2013	0,00	P		20,00	30,00	40,00	50,00	50,00
			P(a)		20,00	30,00	40,00	50,00	50,00
			A						
Análise do Indicador de Resultado 1									
O questionário relativo a este indicador de resultado não foi respondido. Não houve evolução do indicador até 30/06/2016. O Indicador não será considerado em função da descontinuação do Produto C3.P7.									
Indicador de Resultado 2:									
Quantidade de acessos ao Portal da Transparência (STPC)									
Meio de Verificação:									
Estatísticas de acesso ao Portal da Transparência (Google Analytics)									
Observações:									
Média mensal em milhares de acessos. Quantidade de acessos em 2014: 14.608.603.									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Número de acessos	2013	921,00	P	950,00	970,00	1.000,00	1.050,00	1.151,00	1.151,00
			P(a)	950,00	970,00	1.000,00	1.050,00	1.151,00	1.151,00
			A	1.217,40	1.361,00	1.361,00			
Análise do Indicador de Resultado 2									
Verifica-se que a meta definida para o exercício de 2014 foi superada em 28,15%, com 267 acessos superiores ao previsto. O resultado alcançado em 2014 representa um aumento do número de acessos verificados no ano base da ordem de 32%. No exercício de 2015, verifica-se um aumento do número de acessos registrados em 2014 da ordem de 11,83%, número que foi 40,31% maior que a meta estabelecida para o ano de 2015. Em relação ao resultado obtido até 30/06/2016, verifica-se que o resultado obtido foi 36,10% superior à meta estabelecida para aquele ano, sem, contudo, haver alteração do resultado apresentado no ano anterior. O resultado obtido no primeiro semestre de 2016 representou um crescimento da ordem de 47,77% em relação à linha de base verificada em 2013. Destaca-se que os resultados verificados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 são bem superiores às metas estabelecidas para aqueles anos.									
Observação 1: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, as informações levantadas a partir do questionário aplicado são divergentes para o exercício de 2016.									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme disposto no Despacho STPC para a COPAV, de 27/03/2017, (Documento SEI nº 0312908, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar o valor aferido (A) no ano de 2016 para 1.464,71.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	698.240,15	919.939,93	919.939,93	919.939,93	919.940,06	4.378.000,00			
P(a)	698.240,15	557.768,16	1.165.367,97	1.165.367,97	1.165.368,03	4.752.112,28			
A	324.127,87	408.954,31	117.595,87	-	-	850.678,05			
Análise do Indicador Financeiro do Componente 3									
A programação da execução financeira do componente 3, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 2.538.120,01 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 4.378.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 850.678,05, o que representa 33,52% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 19,43% do montante programado até o final do projeto.									



COMPONENTE 4									
Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais									
Objetivo do Componente:									
Ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos estados e municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.									
Indicador de Resultado 1:									
UFs com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC)									
Meio de Verificação:									
Mapa da Transparência									
Observações:									
Distrito Federal e 19 Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins)									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Unidades	2014	20,00	P	20,00	20,00	24,00	27,00	27,00	27,00
			P(a)	20,00	20,00	24,00	27,00	27,00	27,00
			A	20,00	24,00	24,00			
Análise do Indicador de Resultado 1									
O planejado era atingir 24 UFs com LAI regulamentada em 2016. Segundo informações extraídas do questionário aplicado, foram atingidas 26 UFs (apenas o estado do Amapá não possui LAI regulamentada). O alcançado, portanto, superou o planejado.									
Observação 1: As informações relativas às medições intermediárias do indicador para a situação de progresso (A) foram extraídas do PMR relativo ao 1º semestre de 2016. No entanto, as informações levantadas a partir do questionário aplicado são divergentes para o exercício de 2016.									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme disposto no Despacho STPC para a COPAV, de 27/03/2017, (Documento SEI nº 0312908, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar o valor aferido (A) no ano de 2016 para 26.									
Indicador de Resultado 2:									
Percentual de municípios com mais de 100 mil habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC)									
Meio de Verificação:									
Mapa da Transparência									
Observações:									
Com relação aos municípios, acima de 100 mil habitantes, 30% (incluindo capitais) foi localizada regulamentação da Lei de Acesso à Informação.									
Unidade de Medida	Ano Base	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral
				2014	2015	2016	2017	2018	
Percentual	2014	24,00	P	24,00	24,00	30,00	40,00	45,00	45,00
			P(a)	24,00	24,00	30,00	40,00	45,00	45,00
			A	30,00	45,00	45,00			
Análise do Indicador de Resultado 2									
A meta estabelecida originalmente era atingir 30% dos municípios com mais de 100 mil habitantes com LAI regulamentada em 2016. Os resultados indicados no PMR informar que 45% dos municípios com mais de 100 mil habitantes regulamentaram a LAI até 30/06/2016. De acordo com informações extraídas do questionário aplicado, há divergência entre os percentuais informados no quadro de medições intermediárias (53%) e o texto da análise do indicador (59,3%). Em qualquer situação, o alcançado superou o planejado. Destaca-se que os resultados verificados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 são bem superiores às metas estabelecidas para aqueles anos.									
OBSERVAÇÃO 2: Conforme disposto no Despacho STPC para a COPAV, de 27/03/2017, (Documento SEI nº 0312908, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): solicita-se retificar o valor aferido (A) no ano de 2016 para 53.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	100.094,20	669.976,43	669.976,43	669.976,43	669.976,50	2.779.999,99			
P(a)	100.094,20	92.018,68	894.472,97	894.472,97	894.473,04	2.875.531,86			
A	4.562,33	3.651,69	48.527,26	-	-	56.741,28			
Análise do Indicador Financeiro do Componente 4									
A programação da execução financeira do componente 4, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 1.440.047,06 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 2.779.999,99 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 56.741,28, o que representa 3,94% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 2,04% do montante programado até o final do projeto.									



5.3 Análise dos Indicadores de Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)									
Componente 1: Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU									
Custo total do Componente 1: US\$ 16.570.000,00			Empréstimo BID: US\$ 9.200.000,00			Contrapartida Local: US\$ 7.370.000,00		Desembolso BID: 21,27%	
Indicadores Chaves de Produto:									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P1 - Proposta de política de comunicação (ASCOM)	Proposta	P				1		1	Publicação de norma em B.I.
		P(a)				1		1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Este produto tem meta estabelecida para o exercício de 2017. De acordo com as informações extraídas do questionário aplicado, houve mudança de chefia da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), em janeiro de 2016. A atual gestão não participou da definição do produto. A definição do produto "C1.P1 - Política de Comunicação" é muito genérica. A principal dificuldade encontrada na implementação é a falta de capacidade operacional (recursos humanos) para gerir corretamente e tempestivamente os recursos de planejamento do PROPREVINE. A gestão é feita pela própria chefia em concomitância com as demais demandas finalísticas de comunicação interna e externa de todo o órgão.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	31.702,51	59.782,70	59.782,70	59.782,70	59.782,72	270.833,33			
P(a)	31.702,51	5.615,38	88.405,98	88.405,98	88.405,99	302.535,84			
A	-	4.250,94	-	-	-	4.250,94			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 151.267,91 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 270.833,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 4.250,94, o que representa 2,81% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 1,57% do montante programado até o final do projeto.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P2 - Reestruturação de salas de videoconferência (CRG)	Salas	P			4			4	Salas reestruturadas
		P(a)			4			4	
		A			4			4	
Análise do Indicador Físico									
De acordo com as informações extraídas do questionário aplicado, a meta física foi alcançada com antecipação de um ano e investimento inferior ao montante planejado. Produto concluído. O serviço de videoconferência fortalece a capacidade operacional da CGU ao permitir a comunicação efetiva entre unidades regionais da CGU, evitar custos com deslocamentos e diárias, além de ser uma das principais bases das oitivas conduzidas pela Corregedoria no âmbito de processos disciplinares. Na esfera correccional, além dos ganhos em celeridade na instrução processual, alocação dos recursos humanos e acompanhamento à distância, pelo acusado, dos atos processuais; a utilização da videoconferência permitiu a economia de cerca de 2,7 milhões de reais apenas no triênio 2012-2015.									
Observação: As informações dos indicadores de progresso P(a) e A, para os exercícios 2015 e 2016, informadas na resposta ao questionário (Anexo I), divergem das informações do PMR 1º Sem 2016.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	62.957,38	16.552,32	16.552,32	16.552,32	16.552,33	129.166,67			
P(a)	62.957,38	85.500,14	13.426,03	13.426,03	13.426,03	188.735,61			
A	3.388,44	76.737,01	-	-	-	80.125,45			



Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 96.062,02 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 129.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 80.125,45, o que representa 83,41% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 62,03% do montante programado até o final do projeto.

O produto foi concluído com recursos inferiores aos programados. Em função disso, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P3 - Proposta de modelo de gestão de pessoas (DGI)	Proposta	P					1	1	Portaria de Formalização do Modelo
		P(a)					1	1	
		A							

Análise do Indicador Físico

Não houve a avaliação do indicador por parte do DGI ao responder o questionário. No entanto, a DGI informou que o cronograma do acordo de cooperação técnica entre a UFPA e a CGU para implantação do modelo de gestão por competências, previa as seguintes etapas: 1) Análise Documental da Instituição; 2) Oficina sobre Mapeamento de Competências para servidores da CGU; 3) Identificação de competências essenciais da instituição; 4) Identificação das competências setoriais: gerenciais e técnicas; 5) Avaliação das lacunas de competências; 6) Entrega do relatório final de Mapeamento de competências da CGU e 7) Entrega e Treinamento do GestCom. As etapas 1, 2, 3 foram entregues no ano de 2015; a etapa 4 entregue em junho/2016 e as etapas 5, 6 e 7 entre agosto e dezembro/2016.

A meta estabelecida para este produto está prevista para o exercício de 2018. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão sendo realizadas.

Observação: As informações dos indicadores de progresso P e P(a) para o exercício 2018, informadas na resposta ao questionário (Anexo I), divergem das informações do PMR 1º Sem 2016.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	36.775,17	167.889,54	167.889,54	167.889,54	167.889,54	708.333,33
P(a)	36.775,17	90.870,00	205.821,11	205.821,11	205.821,11	745.108,50
A	-	34.561,53	49.905,83	-	-	84.467,36

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 372.554,25 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 708.333,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 84.467,36, o que representa 22,67% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 11,92% do montante programado até o final do projeto.

Observação: As informações financeiras informadas na resposta ao questionário (Anexo I) divergem das informações do PMR 1º Sem 2016.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P4 - Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado (DGI)	Sistema	P					1	1	Sistema implantado e validado
		P(a)					1	1	
		A							

Análise do Indicador Físico

A implantação do produto deveria dar-se pela implementação de sistemas informatizados voltados para as atividades de gestão interna do Ministério, a biblioteca virtual da CGU e a aquisição para licenças da ferramenta CAD. No caso da Biblioteca Digital, não houve desvios entre o planejado e executado. Tampouco houve dificuldades encontradas na implementação do produto. Entretanto, o número de acessos aos acervos é considerado baixo. Acredita-se que tal fato se deve à pouca divulgação do produto para seus usuários.

A meta estabelecida para este produto está prevista para o exercício de 2018. Diante dos fatos levantados no questionário aplicado, entendemos que as ações para a implementação do produto estão sendo realizadas.



Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	295.280,77	77.221,47	77.221,47	77.221,47	77.221,49	604.166,67
P(a)	295.280,77	18.041,21	195.318,00	195.318,00	195.318,02	899.276,00
A	171,44	13.875,12	14.090,31	-	-	28.136,87

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 449.723,71 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 604.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 28.136,87, o que representa 6,26% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 4,66% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P5 - Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística (DGI)	Proposta	P			1			1	Metodologia implantada e validade
		P(a)			1			1	
		A							

Análise do Indicador Físico

Até 30 de junho de 2016, a equipe de pesquisadores do CDT/UNB realizou visitas técnicas em todas as áreas finalísticas da CGU, reunindo-se com interlocutores indicados pelas próprias áreas, para coleta de informações necessárias à elaboração da metodologia. Como o Órgão passou por diversas mudanças no período do projeto, houve necessidade de realizar um aditivo ao Termo de Execução Descentralizada - TED, prorrogando o prazo inicialmente previsto para a entrega dos produtos. A metodologia foi entregue em 23 de setembro de 2016. Os demais produtos (Taxonomia, Código de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos) foram entregues em dezembro do mesmo ano. Embora tenha sido necessária a prorrogação do prazo para a entrega do produto, não houve necessidade de se alterar a medição do indicador, pois o produto foi entregue dentro do ano previsto.

Apesar deste relatório ter por referência o período compreendido entre o início do projeto até 30/06/2016, o questionário utilizado para o levantamento das informações foi efetivamente respondido em janeiro e fevereiro de 2017, apontando resultados que ultrapassam o período de referência. No caso específico do Produto C1.P5, de acordo com o conteúdo do questionário (Anexo I), a meta estabelecida foi cumprida no tempo proposto.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	4.060,05	31.276,65	31.276,65	31.276,65	31.276,67	129.166,67
P(a)	4.060,05	30.769,23	32.799,14	32.799,14	32.799,16	133.226,72
A	-	-	27.491,04	-	-	27.491,04

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 66.613,35 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 129.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 27.491,04, o que representa 41,27% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 21,28% do montante programado até o final do projeto.

Há que se considerar que a nossa análise tem por referência o PMR do 1º Semestre de 2016, ou seja, contempla os gastos realizados até 30/06/2016. No entanto, ao considerar as informações disponibilizadas no questionário, verifica-se que os produtos previstos foram entregues em dezembro de 2016, o que deve provocar o crescimento dos índices de execução financeira em decorrência dos pagamentos correspondentes.

O produto foi concluído com recursos inferiores aos programados. Em função disso, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P6 - Núcleos de especialização (DIE)	Núcleos	P				1	1	2	Núcleos de Especialização criados
		P(a)				1	1	2	
		A							



Análise do Indicador Físico									
A meta física definida para o produto prevê a criação de dois núcleos de especialização, um em 2017 e outro em 2018. Durante o exercício de 2016 foram desenvolvidas algumas atividades de capacitação necessárias para implementação dos núcleos. No entanto, conforme explicado no questionário, nenhum dos 23 cursos planejados foram executados por conta de restrições orçamentárias. Logo, o alcance da meta de criação de um núcleo ainda em 2017 está em risco.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	119.791,66	119.791,66	119.791,66	119.791,69	479.166,67			
P(a)	-	-	159.722,22	159.722,22	159.722,23	479.166,67			
A	-	-	2.853,80	-	-	2.853,80			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa uma execução do montante de US\$ 239.583,32 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 479.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 2.853,80, o que representa 1,19% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 0,60% do montante programado até o final do projeto.									
OBSERVAÇÃO: Conforme o disposto no DESPACHO DIEGP para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312640, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): "O indicador financeiro no exercício 2016 (até 30/06/16) é US\$ 1.426,90, e não US\$ 2.853,80, como está registrado".									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P7 - Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE	Atividades	P		2	3	4	4	13	Número de operações de inteligência realizadas por ano
		P(a)		2	3	4	4	13	
		A		2	3				
Análise do Indicador Físico									
A meta definida para o produto prevê a realização de um total de 4 (quatro) operações de inteligência, com a seguinte distribuição temporal:									
	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Meta Geral				
Quantidade Prevista	2	1	1		4				
No exercício de 2015 e no de 2016 foram executadas as atividades previstas no produto C1.P7, portanto, o andamento do projeto está em conformidade com o cronograma planejado.									
Observação: A meta geral do indicador para a situação de progresso (P) e P(a) diverge da meta geral prevista na matriz de resultados e do questionário respondido pela DIE, mas acompanha a meta geral prevista no PMR, verificando-se uma divergência de números entre os três documentos.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	77.812,50	115.963,54	115.963,54	115.963,54	115.963,55	541.666,67			
P(a)	77.812,50	181.148,96	111.360,85	111.360,85	111.360,87	593.044,03			
A	26.435,14	27.655,23	221.351,71	-	-	275.442,08			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 309.739,58 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 541.666,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 275.442,08, o que representa 88,93% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 50,85% do montante programado até o final do projeto.									
OBSERVAÇÃO: Conforme o disposto no DESPACHO DIEGP para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312640, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): "O indicador financeiro no exercício 2016 (até 30/06/16) é US\$ 103.178,82, e não US\$ 221.351,71, como está registrado".									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P8 - Estrutura institucional de capacitação e modernização (DIPLAD)	Proposta	P					1	1	Divulgação e amplo acesso a todos os servidores da CGU
		P(a)					1	1	
		A							

Análise do Indicador Físico

A meta física para este produto está prevista para o Ano 5 (2018). No entanto, no âmbito deste produto a instituição executora realizou ações nos eixos de capacitação e modernização institucional:

Capacitação: foram realizadas diversas capacitações para os servidores que abrangeram cursos de curta-duração, especialização, mestrado e doutorado em instituições nacionais e internacionais, tais como: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Lavras, Centro Universitário de Brasília, *George Washington University*, *International Anti-Corruption Academy* entre outras instituições.

Modernização institucional: houve o desenvolvimento do Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2019 (Portaria nº 50.223/2015) estabelecendo objetivos estratégicos, que foram definidos em consonância com a Visão da CGU e que deverão ser alcançados até o ano de 2023.

Este produto tem permitido oferecer capacitações que elevam o nível técnico de uma grande quantidade de servidores da CGU, que por sua vez propicia disseminação de conhecimentos atualizados; reflexão e uso das boas práticas nas suas áreas de atuação; melhora do clima organizacional.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	146.979,17	292.213,54	292.213,54	292.213,54	292.213,54	1.315.833,33
P(a)	146.979,17	239.220,26	336.747,39	336.747,39	336.747,40	1.396.441,61
A	66.370,89	151.470,21	58.785,25	-	-	276.626,35

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 731.406,25 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 1.315.833,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 276.626,35, o que representa 37,82% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 21,02% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P9 - Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos (DSI)	Unidades	P		29	41	25		95	Número de unidades
		P(a)		29	41	25		95	
		A		17	41			58	

Análise do Indicador Físico

Apesar do projeto estar com o indicador um pouco abaixo da meta (58 unidades), prevê-se atingir, em 2017, todas as unidades, pois foi implementado um projeto de outsourcing de impressoras na SEDE, que possuem scanners acoplados aos equipamentos, facilitando a transformação de documentos físicos em digitais, evitando assim a aquisição de scanners de pequeno porte. Outro ponto importante foi a aquisição de certificados digitais em 2016 e a implantação de mais de 78 processos no SEI.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	186.847,95	192.871,34	192.871,34	192.871,34	192.871,36	958.333,33
P(a)	186.847,95	81.036,15	292.432,39	292.432,39	292.432,40	1.145.181,28
A	-	31.599,40	53.255,84	-	-	84.855,24

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 572.590,63 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 958.333,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 84.855,24, o que representa 14,82% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 8,85% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P10 (DSI) - Processos de Governança de TI revisados e internalizados	Processos	P				7	8	15	Número de processos
		P(a)				7	8	15	
		A							
Análise do Indicador Físico									
A meta deste produto é o aumento de maturidade do nível 2 do COBIT para o nível 3 em 15 processos de TI. Já foram planejados, desenhados e estão sendo implementados 12 processos. Também foram adquiridos e implementadas as soluções de Gestão de Serviços de TI – ITSM, servidores de redes, solução de backup, balanceadores de carga, firewall, análise de dados – Qlikview e a realização de treinamentos. A meta estabelecida para este produto está prevista para os exercícios de 2017 e 2018. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	349.326,25	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,46	5.000.000,00			
P(a)	349.326,25	459.475,23	1.370.876,63	1.370.876,63	1.370.876,64	4.921.431,38			
A	427.894,87	301.111,47	264.726,98	-	-	993.733,32			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 2.674.663,11 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 5.000.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 993.733,32, o que representa 37,15% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 19,87% do montante programado até o final do projeto.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P11 - Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal (OGU)	Instrumento	P					1	1	Relatório
		P(a)					1	1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Trata-se de criar condições para a estruturação e gestão das informações produzidas no exercício da competência de instância recursal da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública federal. Durante o período, foram adquiridos computadores (Ano 2) e licenças para o software Adobe Pro XI (Ano 3). A primeira ação dotou a área de infraestrutura para a produção de conhecimento; já a segunda permitiu que a área disponibilizasse em meio web os pareceres produzidos. A utilização de recursos para melhoria dos processos de trabalho, em especial na agregação de inteligência nos processos de triagem, distribuição e análise de precedentes também se encontram no escopo do produto. A meta estabelecida para este produto está prevista para o exercício de 2018. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	39.583,33	39.583,33	39.583,33	39.583,34	158.333,33			
P(a)	-	18.315,00	46.672,77	46.672,77	46.672,79	158.333,33			
A	-	13.634,65	2.392,45	-	-	16.027,10			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 79.166,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 158.333,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 16.027,10, o que representa 20,24% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 10,12% do montante programado até o final do projeto.									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P12 - Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria (OGU)	Sistema	P			1			1	Relatório
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

Análise do Indicador Físico

O projeto previa a criação de sistema que permitisse a automação do projeto Coleta OGU, que buscava agregar dados sobre o perfil das ouvidorias federais. O projeto evoluiu a medida que a integração das ouvidorias federais também o fez, de tal forma que parte das informações coletadas passaram a ser prescindíveis na medida em que as ouvidorias aderiam ao sistema e-Ouv. Adicionalmente, houve contratação de fábrica de software para a criação de um sistema que permitisse tal coleta, o qual seria integrado no e-Ouv. Tal contratação, todavia, **não utilizou recursos do PROPREVINE**. Já outras informações complementares passaram a ser coletadas por meio de formulários temáticos desenvolvidos por meio do LimeSurvey. Dessa forma, a OGU considera que, embora não tenham sido utilizados recursos do PROPREVINE para a execução deste produto, a entrega do ano 3 (sistema Coleta) foi executada. Quanto ao indicador do componente 1, o produto repercute sobre o nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,34	133.333,33
P(a)	-	15.384,62	39.316,23	39.316,23	39.316,25	133.333,33
A	-	-	-	-	-	-

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 66.666,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 133.333,33 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que a implementação deste produto não utilizou recursos do PROPREVINE. O produto foi concluído sem utilizar os recursos do PROPREVINE. Em função disso, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P13 - Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados (CGU)	Processos	P					32	32	Número de processos
		P(a)					32	32	
		A							

Análise do Indicador Físico

A meta física para este produto está prevista para o Ano 5 (2018). Desde 2015, a CGU adota o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos. Atualmente, o SEI está sendo plenamente utilizado pelas diversas unidades da CGU. O processo de trabalho relacionado ao tratamento das denúncias recebidas pela CGU teve o desenvolvimento de sistema próprio, que permite a apuração de denúncias de maneira simultânea pelas unidades, além da existência das informações estruturadas para as análises sobre o tema. Prevê-se ainda contratações visando o aperfeiçoamento da gestão de processos. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	141.637,09	454.174,06	454.174,06	454.174,06	454.174,06	1.958.333,33
P(a)	141.637,09	277.752,93	524.091,53	524.091,53	524.091,53	1.991.664,61
A	108.305,81	187.849,68	-	-	-	296.155,49

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 1.049.985,21 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 1.958.333,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 296.155,49, o que representa 28,21% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 15,12% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P14 - Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC)	Metodologia comparada	P				2		2	Comparativo de metodologias utilizadas em outros países
		P(a)				2		2	
		A							

Análise do Indicador Físico

A metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle foi normatizada na Portaria CGU 2.379/2012 que institui sistemática de quantificação e registro dos benefícios do Controle Interno e dos prejuízos identificados. Recentemente o processo previsto na portaria foi revisado e começou a ser implantado em sistema informatizado, com previsão de conclusão em março de 2017. O indicador prevê que a metodologia desenvolvida seja revista por meio de comparação com outras metodologias similares utilizadas em outros países. Os recursos previstos seriam utilizados para condução de visitas a outras unidades de auditoria interna visando aprimoramento da metodologia da CGU. Durante o processo de revisão da portaria observou-se que os principais pontos que necessitavam de ajustes poderiam ser realizados apenas por meio de revisão documental, assim as visitas a outros países não foram priorizadas. Por estas razões, o produto foi descontinuado.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	62.500,00
P(a)	-	-	20.833,33	20.833,33	20.833,34	62.500,00
A	-	-	-	-	-	-

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 31.250,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 62.500,00 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016). O produto foi descontinuado. Em função disso, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P15 - Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle (SFC)	Processos	P				9	9	18	Número de processos
		P(a)				9	9	18	
		A							

Análise do Indicador Físico

Apesar da defasagem na execução financeira associada diretamente a este produto (50%), a SFC vem conduzindo esforços na priorização de ações que impactem não apenas esse indicador, mas contribuam para o resultado do projeto, mensurado por meio dos indicadores de componente e do próprio projeto. Considerando que alguns dos processos a serem incorporados necessitam de ações de capacitação e disseminação de forma ampla para sua implementação na cultura organizacional, e não apenas o desenvolvimento metodológico e de sistemas de suporte, faz-se necessário priorizar os investimentos relacionados visando o atingimento das metas estabelecidas. A meta estabelecida para este produto está prevista para os exercícios de 2017 e 2018. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	703.581,09	824.104,72	824.104,72	824.104,72	824.104,75	4.000.000,00
P(a)	703.581,09	1.301.832,79	831.326,96	831.326,96	831.326,97	4.499.394,77
A	204.186,32	881.213,80	278.315,04	-	-	1.363.715,16

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 2.351.790,53 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 4.000.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 1.363.715,16, o que representa 57,99% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 34,09% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C1.P16 - Aparelhamento da Corregedoria Geral da União (CRG)	Equipamento	P					1	1	Verificação de execução orçamentária e recebimento dos bens adquiridos
		P(a)					1	1	
		A							

Análise do Indicador Físico

O aparelhamento da CRG contemplou conjunto de aquisições de equipamentos e soluções de tecnologia, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, além da realização, em outubro de 2016, do 1º Encontro dos servidores das Unidades Regionais da CGU nas atividades de correição, que reuniu em Brasília 23 servidores de 18 unidades regionais deste Ministério para discussões técnicas acerca das ações correicionais por elas diretamente executadas. A meta estabelecida para este produto está prevista para o exercício de 2018. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	30.208,33	30.208,33	30.208,33	30.208,34	120.833,33
P(a)	-	11.240,92	36.530,80	36.530,80	36.530,81	120.833,33
A	-	5.521,18	3.189,93	-	-	8.711,11

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 60.416,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 120.833,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 8.711,11, o que representa 14,42% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 7,21% do montante programado até o final do projeto.

Observa-se até o Ano 3 (2016) baixa execução do montante planejado (inferior a 10% do total previsto para os 5 anos de execução do Programa), em razão dos sucessivos cortes orçamentários sofridos no período. Ainda assim, os produtos executados atendem plenamente aos parâmetros de verificação definidos como meta de progresso físico.



PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)									
Componente 2:									
Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal									
Custo total do Componente 2: US\$ 5.861.000,00			Empréstimo BID: US\$ 3.788.000,00			Contrapartida Local: US\$ 2.073.000,00		Desembolso BID: 1,72%	
Indicadores Chaves de Produto:									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P1 - Cursos de Capacitação em Procedimentos Disciplinares (CRG)	Servidores Capacitados	P	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000	Verificação da lista de presença no curso
		P(a)	1.000	955	1.000	1.000	1.000	4.955	
		A	1.045	1.199				2.244	
Análise do Indicador Físico									
De acordo com informações do PMR referente ao 1º semestre de 2016, as metas fixadas para os 2 primeiros anos foram superadas. Segundo informações colhidas a partir dos questionários aplicados, o terceiro ano (2016: 1.140) também superou a meta daquele exercício.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	62.250,00	119.854,16	119.854,16	119.854,16	119.854,19	541.666,67			
P(a)	62.250,00	56.413,48	151.544,29	151.544,29	151.544,31	573.296,37			
A	30.620,30	31.745,83	735,54	-	-	63.101,67			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 301.958,32 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 541.666,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 63.101,67, o que representa 20,90% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 11,65% do montante programado até o final do projeto.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P2 - Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias (OGU)	Sistema	P			1			1	Sistema implantado
		P(a)			1		1		
		A			1		1		
Análise do Indicador Físico									
Trata-se de desenvolvimento de sistema web que permita integrar as Ouvidorias federais. A integração plena através de um único sistema de ouvidoria somente seria possível por meio de norma que obrigasse as unidades de ouvidoria de outros órgãos a aderirem a tal sistema. Na inexistência de um Decreto que crie o Sistema Federal de Ouvidorias, tal norma não parece possível em um horizonte próximo. A solução foi, portanto, adotar estratégias complementares, utilizando-se das prerrogativas dadas pelo Decreto 824/2013 e 8.910/2016, a fim de que tal integração viesse por meio da obrigação de informar que as ouvidorias possuem em relação à OGU. Nesse sentido, a integração plena deverá ocorrer somente em 2017. Este produto repercute percentualmente em todos os indicadores do componente: ao ampliar a oferta de informações à CGU, amplia, potencialmente, os benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos desta instituição; amplia, igualmente, a proporção de gestores que qualificam como relevante a atuação da CGU e amplia, finalmente, os acessos às ouvidorias federais. Apesar de se verificar no PMR referente ao 1º semestre de 2016 que a meta do produto em referência já havia sido alcançada (A), a OGU julga conveniente ampliar o escopo do produto, a fim de abarcar as ações de integração (barramento, integração de bases), o que, inicialmente, não se encontrava no horizonte do projeto.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	150.000,00			
P(a)	-	-	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00			
A	-	-	20.247,98			20.247,98			



Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 75.000,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 150.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 20.247,98, o que representa 27,00% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 13,50% do montante programado até o final do projeto.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P3 - Kits de apoio às atividades das ouvidorias (OGU)	Kits	P			26			26	Kits entregues
		P(a)			26			26	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Inicialmente, previa-se a criação de kits com equipamentos necessários ao atendimento efetuado pelas ouvidorias (mesas, cadeiras, computadores). Esta proposta surgiu como resultado do relatório produzido pela UFMG a pedido do MJ sobre a precarização das ouvidorias federais. Contudo, ao longo do tempo, a proposta perdeu sentido na medida em que a situação de precarização inicialmente relatada naturalmente se reverteu. Por tal motivo, solicitou-se, em 2016, a descontinuação deste produto .									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	864,58	34.825,52	34.825,52	34.825,52	34.825,53	140.166,67			
P(a)	864,58	-	46.722,22	46.722,22	46.722,23	141.031,25			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
Em função da decisão de se descontinuar a execução deste produto, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P4 - Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web (OGU)	Portal	P				1		1	Portal implantado
		P(a)				1		1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Este produto encontra profunda complementaridade com o C2.P2, de tal forma que o histórico de implantação é o mesmo. Enquanto naquele caso o produto diz respeito às integrações de sistemas, neste, o que se busca é o desenvolvimento de sistemas. Em 2014, com o lançamento do e-Ouv, iniciou-se o processo de criação de soluções tecnológicas para ouvidorias públicas. Em 2016, além da plataforma de recebimento de manifestações, também se desenvolveu a Sala de Ouvidorias – plataforma de monitoramento. Este componente consumiu recursos oriundos do PROPREVINE para a aquisição de licenças de software para QlikView, bem como para equipamentos. Neste mesmo ano, desenvolveu-se o Banco de Denúncias, sistema para tratamento desta espécie de manifestação de ouvidoria. Em paralelo ao sistema, foi desenvolvido o site www.ouvidorias.gov.br, que se tornou o maior portal brasileiro sobre o tema. Atualmente, o desafio é ampliar o engajamento no site. O portal conta com a lista das ouvidorias federais, bem como a lista de ouvidoras-gerais estaduais e daquelas ouvidorias aderentes ao Programa de Fortalecimento de Ouvidorias. A meta de implantação do portal foi alcançada, no entanto, em vista das evoluções do sistema e do portal, a unidade sugere a realocação da meta do produto para o exercício de 2018.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	142.369,31	224.824,34	224.824,34	224.824,34	224.824,34	1.041.666,67			
P(a)	142.369,31	90.594,15	317.024,17	317.024,17	317.024,18	1.184.035,98			
A	-	1.647,11	15.915,32	-	-	17.562,43			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 592.017,99 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 1.041.666,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 17.562,43, o que representa 2,97% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 1,69% do montante programado até o final do projeto.									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P5 - Cursos de Capacitação em Ouvidoria (OGU)	Cursos	P		14	17	20	17	68	1 relatório elaborado ao final de cada evento realizado
		P(a)		14	17	20	17	68	
		A		20	16			36	

Análise do Indicador Físico

As informações verificadas no PMR referente ao 1º semestre de 2016 demonstram o alcance satisfatório das metas previstas. Da mesma forma, as informações levantadas por meio do questionário aplicado também demonstram o alcance das metas. No entanto, as informações são divergentes quanto ao número de eventos realizados, indicando a necessidade de atualização das informações do PMR.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	156.250,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	625.000,00
P(a)	-	26.153,85	199.615,38	199.615,38	199.615,39	625.000,00
A	-	10.657,51	8.459,95	-	-	19.117,46

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 312.500,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 625.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 19.117,46, o que representa 6,12% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 3,06% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P6 - Publicações da OGU (OGU)	Publicações	P		1	2	3	2	8	Publicações produzidas
		P(a)		1	2	3	2	8	
		A		2	2			4	

Análise do Indicador Físico

A OGU produziu e publicou material com orientações e entendimentos da CGU em assuntos de ouvidoria e acesso à informação no âmbito das ouvidorias públicas. Em 2016 foram publicados os seguintes materiais: “Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU” – 1.000 (mil) exemplares; “Manual de Ouvidoria Pública, edição revisada e ampliada da Coleção OGU” – 2.000 (dois mil) exemplares; “Coletânea de Acesso à Informação, 3ª edição, revista e ampliada” – 2.000 (dois mil) exemplares – outubro/2016; Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal – 4.000 (quatro mil) exemplares – agosto/2016.

As publicações da OGU em matéria de ouvidoria e acesso à informação têm se consolidado como principais referências neste tema na Administração Pública Federal, esgotando-se rapidamente após seu lançamento. Este alcance contribui para o indicador de % de gestores públicos federais que consideram a atuação da CGU relevante em pelo menos 5 linhas de ação. Verifica-se, no entanto, divergências entre as informações levantadas por meio dos questionários, indicando a necessidade de atualização das informações do PMR.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00
P(a)	-	2.307,69	82.564,10	82.564,10	82.564,11	250.000,00
A	-	13.904,99	4.099,27	-	-	18.004,26

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 125.000,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 250.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 18.004,26, o que representa 14,40% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 7,20% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P7 - Módulos de serviços da CGU para os gestores implantados no Portal (SFC)	Módulos	P			1	2	1	4	1. Monitoramento 2. Solicitação de informações 3. Encaminhamento de relatórios 4. Execução das Auditorias
		P(a)			1	2	1	4	
		A			1			1	

Análise do Indicador Físico

O produto a ser entregue é um sistema informatizado que registrará todas as fases do processo de auditoria e fiscalização permitindo a participação direta dos gestores em todas as etapas. Em 2015 foi implantado o sistema Monitor que abrange o processo de follow-up das recomendações, o primeiro dos módulos implantados que permite a interação direta com os gestores. Em 2016, o projeto foi reestruturado buscando atender as necessidades de convergência com as normas internacionais de auditoria, geradas a partir dos aprimoramentos dos processos componentes do Produto C1.P15, incorporando ao mesmo uma visão abrangente. Em função da busca de compatibilização dos produtos, suas etapas foram redefinidas. O projeto agora conta com as fases de Planejamento das Auditorias (Universo Auditável, Gestão de Risco e Plano Anual de Auditoria), Execução (Check lists, Relatórios e Papéis de Trabalho), Monitoramento (follow-up) e Divulgação de Resultados a sociedade. Em 2017, o desenvolvimento da etapa de planejamento da auditoria será levado para priorização no Comitê de TI da CGU. As entregas atualmente estão dentro do cronograma previsto.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	62.917,12	192.604,05	192.604,05	192.604,05	192.604,06	833.333,33
P(a)	62.917,12	28.846,15	268.162,39	268.162,39	268.162,40	896.250,45
A	-	-	16.332,90			16.332,90

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 448.125,22 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 833.333,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 16.332,90, o que representa 3,64% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 1,96% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P8 - Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (APF) (CGU)	Plataforma	P					1	1	Modelo validado
		P(a)					1	1	
		A							

Análise do Indicador Físico

A meta física para este produto está prevista para o Ano 5 (2018). No entanto, a CGU vem desenvolvendo ações em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), visando a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas a gestão de riscos, controles internos e governança. As orientações foram publicadas por meio da Instrução Normativa nº 01, de 10.05.2016. Com base nos conceitos estabelecidos pela IN nº 01, será necessário o prosseguimento nas demais fases quer sejam de capacitação sobre o tema, consultoria aos gestores, bem como no de disponibilização de sistema para utilização pelos órgãos da Administração Federal. Esse desenvolvimento em parceria será essencial para a incorporação da cultura de gestão de riscos pela Administração Pública, proporcionando maior alcance dos objetivos e melhoria nos serviços prestados a sociedade. O MP iniciou o desenvolvimento do sistema por meio de recursos próprios. Espera-se que a CGU, por meio do Proprevine, possa vir a suportar financeiramente o desenvolvimento do projeto, tendo em vista as restrições orçamentárias impostas pelo contexto de ajuste fiscal que poderão atrasar ou impossibilitar o alcance pretendido. A implementação da gestão de riscos pelos gestores fortalecerá a melhoria da Integridade, bem como fomentará o ganho de eficiência na aplicação de recursos públicos, permitindo aos gestores a tomada de decisões com informações mais qualificadas bem como uma atuação tempestiva em eventos que possam prejudicar o atingimento dos objetivos. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.



Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	218.750,00	218.750,00	218.750,00	218.750,00	875.000,00
P(a)	-	-	291.666,66	291.666,66	291.666,68	875.000,00
A	-	-	-	-	-	-

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 437.500,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 875.000,00 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros do PROPREVINE, uma vez que as despesas realizadas até o período de referência deste relatório (30/06/2016), foram suportadas pelo Ministério do Planejamento.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P9 - Sistema de conflito de interesses (STPC)	Sistema	P			1			1	Acesso ao sistema mediante site institucional da CGU
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

Análise do Indicador Físico

O Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) começou a ser desenvolvido em 2013, a fim de permitir que os agentes públicos sujeitos à Lei nº12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) pudessem ter os seus questionamentos sobre a existência de situações de conflito de interesses respondidos de maneira rápida e simples. O sistema foi inaugurado em 9 de julho de 2014, tendo recebido, desde então, mais de 2.500 consultas. Em 2016, a fim de aprimorar o sistema, resolvendo algumas deficiências e trazendo novas funcionalidades, foi solicitado que o SeCI passasse por uma nova etapa de desenvolvimento. Além disso, também em 2016, foram desenvolvidas ações complementares que tem em vista o aprimoramento da sistemática de prevenção do conflito de interesses. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento de um curso para capacitar o pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal responsável por fazer a análise preliminar das consultas, além de ações de divulgação do sistema e da temática de conflito de interesses para os agentes públicos sujeitos à referida Lei. A meta de 2016 foi alcançada.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	21.614,58	130.013,02	130.013,02	130.013,02	130.013,03	541.666,67
P(a)	21.614,58	40.209,38	167.152,43	167.152,43	167.152,43	563.281,25
A	-	-	11.007,98	-	-	11.007,98

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 281.640,62 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 541.666,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 11.007,98, o que representa 3,91% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 2,03% do montante programado até o final do projeto. O produto foi concluído com recursos inferiores aos programados. Em função disso, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P10 - Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (STPC)	Proposta	P				1		1	Metodologia disponível para consulta no site institucional da CGU
		P(a)				1		1	
		A							

Análise do Indicador Físico

O objetivo inicial do projeto consistia no desenvolvimento de uma proposta de metodologia que pudesse avaliar de que maneira o tema da integridade estava sendo tratado nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A partir de estudos preliminares, percebeu-se que, mais que avaliar os sistemas de integridade, era necessário promover esse tema na administração pública federal. Assim, a partir de 2016, optou-se por uma atuação que tivesse como objetivo promover a adoção de planos de integridade por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A esse programa foi dado o nome de PROFIP (Programa de Fomento da Integridade Pública), cuja meta de ter a sua metodologia concluída e divulgada está prevista para 2017. Não houve desvio entre a meta planejada e alcançada, dado que a entrega da metodologia está prevista para 2017. Diante dos fatos levantados, entendemos que as ações para a implementação do produto estão em bom estágio de avanço.



Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
P(a)	-	56.756,00	147.748,00	147.748,00	147.748,00	500.000,00
A	-	-	-	-	-	-

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 250.000,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 500.000,00 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016).

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P11 - Encontro de Corregedorias (CRG)	Encontros	P			1		1	2	Realização do encontro
		P(a)			1		1	2	
		A							

Análise do Indicador Físico

No exercício das competências de Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a Corregedoria-Geral da União (CRG) promove a articulação entre as diversas unidades correccionais que integram o Sistema, sempre com vistas à disseminação de conhecimentos e ao alinhamento de entendimentos. É neste contexto que se inserem os Encontros de Corregedoria, conferência bienal que promove o debate dos principais temas da área correccional com expoentes nas diversas esferas de atuação pública.

De acordo com o PMR referente ao 1º semestre de 2016 não houve evolução do indicador. No entanto, a partir do levantamento realizado por meio de questionário, verificou-se que a quarta edição do evento foi realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2016, reunindo 300 representantes de 74 órgãos e entidades do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal e de 6 Governos Estaduais e Municipais. Assim, de acordo com o questionário, houve o cumprimento da meta afixada para o Ano 3 (2016) do Programa, posterior à data de referência deste relatório.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67
P(a)	-	-	55.555,55	55.555,55	55.555,57	166.666,67
A	-	-	-	-	-	-

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 83.333,32 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 166.666,67 até o final do projeto. Não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016). No entanto, de acordo com as informações complementares levantadas junto à CRG, após a entrega da primeira versão do Relatório Final de Avaliação Intermediária, foram realizados desembolsos para o atingimento das metas no segundo semestre de 2016, ocorridos após a data de referência deste relatório.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P12 - Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (CRG)	Eventos	P		1		1		2	Eventos realizados
		P(a)		1		1		2	
		A			1				



Análise do Indicador Físico									
<p>A partir da entrada em vigor da Lei nº 12.846/2013 (Lei da Empresa Limpa - LEL), os diversos entes de todas as esferas da federação passaram a ter a responsabilidade de, caso seja detectado algum indício de ato contra a administração pública envolvendo alguma empresa, proceder à responsabilização desta. Assim, o presente produto tem como objetivo realizar eventos a fim de que todas as partes envolvidas na LEL (órgãos e entidades públicos e empresas privadas) estejam conscientes do papel que devem cumprir para que a referida Lei seja efetiva.</p> <p>A meta de realização de um evento em 2015 para a divulgação da LEL foi postergada para o ano de 2016, quando ocorreu sua efetiva realização. Tal situação decorreu da necessidade redefinição das diretrizes estratégicas de divulgação da Lei, tendo em vista as diversas mudanças ocorridas na alta direção desta Pasta Ministerial.</p> <p>Assim, de acordo com o questionário, houve o cumprimento da meta afixada para o Ano 2 (2015) no Ano 3 (2016). No entanto, o PMR referente ao 1º semestre de 2016 não registrou a realização desta meta.</p>									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67			
P(a)	-	25.384,62	47.094,01	47.094,01	47.094,03	166.666,67			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
<p>A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 83.333,32 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 166.666,67 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016).</p>									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C2.P13 - Kits da Corregedoria entregue nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	Kits	P		250	250	250	250	1.000	Kits entregues
		P(a)		250	250	250	250	1.000	
		A		698	125				
Análise do Indicador Físico									
<p>A Corregedoria-Geral da União edita e mantém atualizado conjunto de manuais que representam fonte de referência na matéria correcional, citados inclusive na jurisprudência das cortes do país. Para disseminar o material, confeccionou pen-card com a coleção de manuais em meio eletrônico (possibilitando a busca por termos e a citação de trechos dos documentos). Vale ressaltar que os kits já incluíram o Manual de Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica, lançado em outubro de 2016.</p> <p>No Ano 2 (2015) foram confeccionados um total de 698 pen-cards, os quais foram distribuídos, no Ano 3 (2016), aos participantes do IV Encontro de Corregedorias e às Controladorias Regionais da União para disseminação em todos os Estados da Federação. Para o último biênio do Programa, prevê-se a revisão do kit, agregando inovações ao material. Verifica-se, assim, o cumprimento da meta afixada para os Anos 2 e 3 (2015-2016) do Programa com investimento inferior ao montante planejado.</p> <p>Observação 1: As informações colhidas por meio do questionário aplicado sugerem a necessidade de atualização do PMR, uma vez que as informações relativas à situação Alcançada (A), no exercício de 2016, estão divergentes.</p> <p>OBSERVAÇÃO 2: Conforme DESPACHO CGPAC para a COPAV, de 27/03/2017 (Documento SEI nº 0312758, referente ao Processo nº 00190.106327/2016-70): "Ao contrário do constante no Relatório de Avaliação Preliminar, apenas foram confeccionados 698 kits, no ano de 2015. Em 2016 não ocorreu confecção de kits, havendo apenas a entrega daqueles confeccionados em 2015, conforme consta dos Processos SEI 00190.106159/2016-12 e 00190.111105/2016-79. Dessa forma, não procede a informação de outros 125 kits para o ano de 2016, uma vez que se tratam dos mesmos informados para a meta de 2015."</p>									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,69	29.166,67			
P(a)	-	2.307,69	8.952,99	8.952,99	8.953,00	29.166,67			
A	-	-	2.896,67	-	-	2.896,67			
Análise do Indicador Financeiro									
<p>A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 14.583,32 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 29.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 2.896,67, o que representa 19,86% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 9,93% do montante programado até o final do projeto.</p>									



PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)									
Componente 3: Promoção da Transparência e do Controle Social									
Custo total do Componente 3: US\$ 4.378.000,00			Empréstimo BID: US\$2.702.000,00			Contrapartida Local: US\$ 1.676.000,00		Desembolso BID: 16,10%	
Indicadores Chaves de Produto:									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P1 - Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso à Informação (OGU)	Estudos	P		2	1	1		4	Relatório de acompanhamento de eventos realizados
		P(a)		2	1	1		4	
		A							
Análise do Indicador Físico									
O produto visava a produção de estudo/consultoria acerca da atuação das autoridades garantes da Lei de Acesso à Informação no âmbito internacional. Tal estudo e monitoramento acabaram sendo objeto de Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA, com recursos obtidos por aquela organização junto ao Programa EuroSociAL II. A Rede desenvolveu modelo de medição de indicadores de implantação da LAI nos países da América Latina, bem como um mecanismo de monitoramento anual do qual o Brasil faz parte. Em vista do exposto, o produto foi descontinuado.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	52.083,33	52.083,33	52.083,33	52.083,34	208.333,33			
P(a)	-	12.307,69	65.341,88	65.341,88	65.341,88	208.333,33			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 104.166,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 208.333,33 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016).									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P2 - Terminais de recebimento de manifestação de ouvidoria (OGU)	Terminais	P				30		30	Relatório de acompanhamento
		P(a)				30		30	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Inicialmente, o produto previa a criação de terminais eletrônicos de atendimento em locais públicos. Tal produto foi descontinuado.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	21.583,33	21.583,33	21.583,33	21.583,34	86.333,33			
P(a)	-	-	28.777,77	28.777,77	28.777,79	86.333,33			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
Em função da decisão de se descontinuar a execução deste produto, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P3 - Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação (STPC)	Proposta	P				1		1	Conteúdos e instrumentos de monitoramento da LAI disponíveis no site institucional: www.acessoinformacao.gov.br
		P(a)				1		1	
		A							

Análise do Indicador Físico

Foram desenvolvidas diversas ações relativas à política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação, relacionadas com eventos de capacitação de órgão (quatro encontros RedeSIC); publicações (produção ou atualização de publicações relativas à Lei de Acesso à Informação); e monitoramento da Lei de Acesso à Informação (análise de relatórios estatísticos do e-SIC e de pesquisa de satisfação do requerente; atendimento aos pedidos, a partir de denúncias, reclamações ou durante a avaliação do recurso de 3ª instância; avaliação da qualidade das respostas dadas aos requerimentos; e criação de formulário online que possa ser preenchido pelos órgãos com informações sobre o cumprimento das obrigações de transparência ativa. Diante dos fatos levantados, a partir do questionário aplicado, entendemos que as ações para a implementação do produto estão sendo realizadas a contento.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	96.366,12	142.575,13	142.575,13	142.575,13	142.575,16	666.666,67
P(a)	96.366,12	282.535,57	128.043,70	128.043,70	128.043,70	763.032,79
A	-	384.050,73	47.378,32	-	-	431.429,05

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 381.516,38 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 666.666,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 431.429,05, o que representa 113,08% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 64,71% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P4 - Cursos de Ensino à Distância em transparência e controle social (EAD) (STPC)	Cursos	P				7		7	Acesso à plataforma da Escola Virtual mediante site institucional da CGU
		P(a)				7		7	
		A							

Análise do Indicador Físico

Por parte da STPC, está prevista a elaboração de um curso no âmbito do Programa Um Por Todos e Todos Por Um. Empresa especializada no desenvolvimento de cursos à distância será contratada para a implementação do produto.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	13.833,33	184.041,66	184.041,66	184.041,66	184.041,69	750.000,00
P(a)	13.833,33	2.568,36	248.509,87	248.509,87	248.509,88	761.931,31
A	1.902,02	837,31	-	-	-	2.739,33

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 381.916,65 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 750.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 2.739,33, o que representa 0,72% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 0,37% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P5 - Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na parceria para o Governo Aberto (STPC)	Modelo	P			1			1	Conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional: www.cgu.gov.br/go/vernoaberto
		P(a)			1			1	
		A							

Análise do Indicador Físico

A principal entrega relativa ao Produto C3.P5 no ano de 2016 foi a materialização do processo de elaboração do 3º Plano de Ação Nacional na OGP. Dessa forma, o 3º Plano de Ação foi concluído em dezembro de 2016 e 16 compromissos, os quais envolvem 40 órgãos do Governo Federal (incluindo TSE, Procuradoria-Geral Eleitoral e Câmara dos Deputados), 07 representantes de Governos Estaduais, 03 representantes de Governos Municipais, 55 da sociedade civil e 01 do setor privado. Este relatório tem por referência o período compreendido entre o início do projeto até 30/06/2016. No entanto, o questionário utilizado para o levantamento das informações foi efetivamente respondido em janeiro e fevereiro de 2017, apontando resultados que ultrapassam o período de referência, como no caso específico do Produto C3.P5.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	57.213,59	79.446,60	79.446,60	79.446,60	79.446,61	375.000,00
P(a)	57.213,59	67.469,62	102.510,12	102.510,12	102.510,14	432.213,59
A	-	3.680,57	28.034,26		-	31.714,83

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 216.106,79 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 375.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 31.714,83, o que representa 14,68% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 8,46% do montante programado até o final do projeto.

Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P6 - Novo Portal da Transparência (STPC)	Portal	P			1			1	Acesso ao Portal da Transparência mediante site oficial: www.portaldatransparência.gov.br
		P(a)			1			1	
		A							

Análise do Indicador Físico

Tendo em vista as informações descritas no questionário, com base na estimativa de esforço prevista para cada uma das ações, entende-se que 50% do produto foi desenvolvido até o momento.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	530.827,11	179.793,22	179.793,22	179.793,22	179.793,23	1.250.000,00
P(a)	530.827,11	192.886,92	244.962,41	244.962,41	244.962,41	1.458.601,26
A	322.225,85	20.385,70	42.183,29		-	384.794,84

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 890.413,55 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 1.250.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 384.794,84, o que representa 43,22% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 30,78% do montante programado até o final do projeto.



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C3.P7 - Portal do Cidadão (STPC)	Portal	P				1		1	Acesso ao portal mediante site institucional da CGU
		P(a)				1		1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Não foi feita a análise do indicador uma vez que o produto será descontinuado , conforme informado no Relatório de Progresso do 1º Semestre de 2016.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	260.416,66	260.416,66	260.416,66	260.416,69	1.041.666,67			
P(a)	-	-	347.222,22	347.222,22	347.222,23	1.041.666,67			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
Em função da decisão de se descontinuar a execução deste produto, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária dos recursos não utilizados.									



PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)									
Componente 4:									
Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais									
Custo total do Componente 4: US\$ 5.861.000,00		Empréstimo BID: US\$ 3.788.000,00			Contrapartida Local: US\$ 2.073.000,00			Desembolso BID: 0,81%	
Indicadores Chaves de Produto:									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P1 - Unidades ODP estaduais (DIE)	Unidades	P			1	1	1	3	Quantidade de ODPs instalados nos Estados
		P(a)			1	1	1	3	
		A			7				
Análise do Indicador Físico									
Atualmente, são signatários do Acordo de Cooperação Técnica e implantaram unidades ODP estaduais os Estados do Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, além dos municípios de Recife e São Paulo, o que demonstra a superação da meta originalmente estabelecida. A informação originária do questionário indica que 13 estados já implantaram unidades ODP, o que demonstra que a meta prevista foi ultrapassada. Destaca-se a grande diferença entre a meta e o resultado obtido em 2016.									
Observação: As medições intermediárias e a meta geral do indicador para a situação de progresso (P) e P(a) divergem da situação proposta na matriz de resultados, mas acompanha as medições intermediárias e a meta geral prevista no PMR, verificando-se uma divergência de números entre os dois documentos.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00			
P(a)	-	-	83.333,33	83.333,33	83.333,34	250.000,00			
A	-	3.651,69	2.426,61	-	-	6.078,30			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa uma execução do montante de US\$ 125.000,00 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 250.000,00 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 6.078,30, o que representa 4,86% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 2,43% do montante programado até o final do projeto.									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P2 - Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União (OGU)	Kits	P		8	9	9		26	Relatório de Acompanhamento
		P(a)		8	9	9		26	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Trata-se de ação que visa a fortalecer o controle nos governos estaduais e municipais. A atuação da OGU busca apoiar a implantação das ouvidorias estaduais e municipais por meio do Programa de Fortalecimento de Ouvidorias, bem como replicar a experiência acumulada como órgão garante da Lei de Acesso à Informação no âmbito federal. Nesse sentido, as superintendências atuam como agentes multiplicadores, de tal forma que a ação repercute diretamente nos indicadores do componente 4. Até o presente, a ação tem sido executada de forma pouco ordenada. Em 2017, pretende-se executar projeto que, de forma sistemática, possa dotar as superintendências de material de apoio e de condições para exercício de atividades de ouvidoria previstas nos planos operacionais do biênio 2017-2018. Verifica-se, a partir das informações levantadas por meio dos questionários aplicados, que não foram alcançadas as metas estabelecidas para os exercícios de 2015 e 2016.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	37.177,08	24.247,39	24.247,39	24.247,39	24.247,42	134.166,67			
P(a)	37.177,08	5.403,29	41.400,35	41.400,35	41.400,35	166.781,42			
A	4.562,33	-	-	-	-	4.562,33			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 85.671,86 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 134.166,67 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 4.562,33, o que representa 5,33% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 3,40% do montante programado até o final do projeto.									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P3 - Cursos para gestores dos entes subnacionais (STPC)	Cursos	P			7			7	Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância
		P(a)			7			7	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Por parte da STPC, está prevista a elaboração de um curso sobre controles internos para governos estaduais e municipais. Uma empresa especializada no desenvolvimento de cursos à distância será contratada para a implementação do produto.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	239.583,33	239.583,33	239.583,33	239.583,34	958.333,33			
P(a)	-	-	319.444,44	319.444,44	319.444,45	958.333,33			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 479.166,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 958.333,33 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016).									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P4 - Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (STPC)	Sistema	P				1		1	Acesso à ferramenta mediante site institucional da CGU
		P(a)				1		1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
Produto em fase de desenvolvimento.									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	62.917,12	67.604,05	67.604,05	67.604,05	67.604,06	333.333,33			
P(a)	62.917,12	38.461,54	98.290,59	98.290,59	98.290,61	396.250,45			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 198.125,22 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 333.333,33 até o final do projeto. No entanto, não se verificou evolução dos indicadores financeiros uma vez que não foram realizados gastos até o período de referência deste relatório (30/06/2016).									
Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P5 - Sistema de gestão de ações de prevenção (STPC)	Sistema	P			1			1	Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional
		P(a)			1			1	
		A							
Análise do Indicador Físico									
O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária (STPC).									
Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total			
P	-	145.833,33	145.833,33	145.833,33	145.833,34	583.333,33			
P(a)	-	46.153,85	179.059,82	179.059,82	179.059,84	583.333,33			
A	-	-	-	-	-	-			
Análise do Indicador Financeiro									
Em função da possibilidade de se descontinuar a execução deste produto, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária para fazer uso de recursos não utilizados.									



Produto	Unidade de Medida	Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Meta Geral	Meios de Verificação
C4.P6 - Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção (CRG)	Cursos	P			10	10	20	40	Relatório da CRG
		P(a)			10	10	20	40	
		A			5				

Análise do Indicador Físico

Em 2016 foram realizados cursos em 14 capitais brasileiras, capacitando mais de 780 representantes de governos estaduais e municipais. Verifica-se, assim, a superação da meta afixada para o Ano 3 (2016) do Programa com investimento inferior ao montante planejado.

Observação: A medição intermediária para a situação de progresso (A) registrada no PMR, divergem da situação verificada no questionário do produto, sugerindo a necessidade de atualização do PMR.

Progresso	2014	2015	2016	2017	2018	Total
P	-	130.208,33	130.208,33	130.208,33	130.208,34	520.833,33
P(a)	-	2.000,00	172.944,44	172.944,44	172.944,45	520.833,33
A	-	-	46.100,65			46.100,65

Análise do Indicador Financeiro

A programação da execução financeira para este produto, apresentada no Quadro 10, previa originalmente (P) uma execução do montante de US\$ 260.416,66 até o final do exercício de 2016 e de US\$ 520.833,33 até o final do projeto. No entanto, até o período de referência deste relatório (30/06/2016) foi realizado o montante de US\$ 46.100,65, o que representa 17,70% do montante programado até o final do exercício de 2016 e 8,85% do montante programado até o final do projeto.

Maiores detalhes sobre a análise da implementação de cada produto poderão ser obtidos no Anexo I deste Relatório, a partir da leitura dos questionários aplicados.

OBSERVAÇÃO:

Os valores destacados em amarelo nos quadros de indicadores financeiros indicam a necessidade de ajustes no PMR nas previsões anuais dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 para a situação Previsto Ajustado P(a), de forma que o valor total coincida com o valor total da situação Previsto (P).

Classificação do Progresso da Implementação do Programa (PI):

Muito Provável (MP) Provável (P) Pouco Provável (LP) Improvável (I)



6 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

6.1 Análise de Fatores Críticos

O Quadro 12 apresenta, de forma consolidada, os fatores críticos e as medidas corretivas adotadas pelos gestores do Programa, relatados nos cinco relatórios de progresso semestrais apresentados no período deste relatório (17/12/2013 a 30/06/2016).

Os principais fatores críticos citados pelos gestores do Programa estão relacionados com os processos de planejamento das aquisições (POA e PA) e de realização das licitações decorrentes, observando-se que, como medidas corretivas, foram realizadas reuniões de alinhamento com as unidades internas visando priorizar as principais aquisições e estabelecer prazos e comprometimento de cada unidade no desenvolvimento das ações necessárias para a realização das aquisições.

6.2 Externalidades

O Quadro 13 consolida as externalidades verificadas pelos gestores do Programa e registradas nos relatórios de progresso elaborados durante o período de referência deste relatório.

Verifica-se que as externalidades positivas estão principalmente relacionadas ao fato de que a Lei Orçamentária Anual foi aprovada sem alterações, conforme PLOA encaminhado, apesar dos atrasos verificados nesse processo.

Como externalidades negativas, os gestores registraram, principalmente, o tempo decorrido entre a assinatura do contrato de empréstimo até a sua elegibilidade; a demora na aprovação dos planos de aquisição por parte do Banco; e o atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual no exercício de 2015.

No entanto, entendemos que as citações destacadas em amarelo no Quadro 13 não indicam ser externalidades à implementação do Programa, uma vez se tratar de fatos relacionados a fatores internos da CGU.



Quadro 12
Fatores Críticos e Medidas Corretivas Adotadas na Implementação do Programa

Implementação	1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016
Análise dos Fatores Críticos: Problemas detectados durante a execução	Dos principais fatores críticos, tivemos o custo operacional para organização interna, considerando os normativos elaborados e os novos fluxos de trabalho definidos.	Dos principais fatores críticos, houve necessidade de aprimoramento da organização interna, considerando os novos fluxos de trabalho definidos com a implementação do Programa na CGU.	Foi detectado tempo excessivo para a conclusão dos processos de aquisição e contratação quando realizados pela regra nacional, em virtude da grande demanda de aquisições e contratações.	Foi detectado tempo excessivo para a conclusão dos processos de aquisição e contratação quando realizados pela regra nacional, considerando as etapas (internas e externas) dos processos licitatórios.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.
	Outro fator crítico a ser considerado foi o tempo decorrido entre a elaboração e aprovação pelo Banco dos documentos de planejamento estabelecidos pelo BID como o Plano Operativo Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA).	Outro fator crítico a ser considerado foram as necessárias alterações efetuadas no Plano de Aquisições do Programa durante o ano de 2014.	Importante destacar que será feita uma reavaliação de alguns produtos relacionados à Ouvidoria Geral da União (OGU). Essas atualizações serão realizadas posteriormente junto ao BID, visando atender as atuais necessidades da CGU.		
Medidas Corretivas Adotadas	Foram realizadas reuniões, inclusive a "Missão de Arranque", entre a equipe do PROPREVINE e do BID, com o objetivo de aprovar as adequações no Plano de Aquisições (PA) e no Plano Operativo Anual (POA). Com a organização interna definida e os documentos de planejamento aprovados em junho de 2014, o desenvolvimento do projeto se tornou mais eficiente.	Com a organização interna definida e o aprendizado da equipe envolvida com o Programa, o desenvolvimento do projeto se tornou mais eficiente.	Foram realizadas reuniões de alinhamento com as unidades internas que participam em alguma etapa dos processos de aquisição e contratação, a fim de estabelecer prazos e compromissos no trâmite dos procedimentos internos. Dessa forma, foi criado um cronograma em relação às principais aquisições do Programa, com o objetivo de concluir todas as aquisições e contratações até o fim do exercício de 2015.	Foram realizadas reuniões de alinhamento com as unidades internas que participam em alguma etapa dos processos de aquisição e contratação, a fim de estabelecer prazos e compromissos no trâmite dos procedimentos internos.	
		Buscou-se iniciar o planejamento das aquisições e contratações para o ano de 2015 com antecedência, para que haja uma maior discussão interna e consequentemente, menos alterações no Plano de Aquisições 2015.			

Fonte: Relatórios de Progresso.



Quadro 13
Externalidades

Externalidades	1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016
Positivas	O orçamento para o primeiro ano do PROPREVINE foi aprovado conforme programado.	O orçamento para o primeiro ano do PROPREVINE foi aprovado conforme programado, não havendo mudanças durante o primeiro ano de execução.	Aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015 de acordo com a proposta encaminhada.	Aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015 de acordo com a proposta encaminhada.	Adoção Integral do processo digital nas aquisições.
		Aumento do conhecimento da equipe envolvida diretamente na execução do Programa.			Aperfeiçoamento dos controles internos administrativos no âmbito do Programa.
Negativas	Houve lapso temporal desde assinatura do contrato (17/12/2013) até sua elegibilidade (01/04/2014).	Lapso temporal desde assinatura do contrato (17/12/2013) até sua elegibilidade (01/04/2014).	Demora na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, que ocorreu somente em 20/04/2015, acarretando atraso na execução do Programa.	Demora na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, que ocorreu somente em 20/04/2015, acarretando atraso na execução do Programa.	Atraso na aprovação do Plano de Aquisições, que ocorreu em 02/05/2016.
		Após isso, a aprovação da primeira versão do Plano de Aquisições 2014 se deu em junho de 2014, o que também contribuiu para que o início das atividades de execução do Programa fosse iniciado de forma tardia.	Mudança de alguns dirigentes que compõem o Comitê de Coordenação Estratégica do Programa, gerando a necessidade de reavaliar produtos, metas e consequentemente a Matriz de Resultados.		
		Necessidade de estabelecer um fluxo de processamento das demandas que igualmente atendesse os trâmites internos da CGU e a sincronização entre as áreas demandantes e executantes. Após um período de necessário aprendizado, a execução passou a se tornar mais eficiente.			

Fonte: Relatórios de Progresso.



6.3 Atuação do Mutuário/Agência Executora

Desde o início da execução do Programa, a equipe responsável pela implementação do PROPREVINE se manteve relativamente estável, verificando-se somente uma alteração na Coordenação Geral e duas na equipe de gerentes de projetos até 30/06/2016.

Apesar do relativo atraso no prazo de execução, entendemos que a equipe do Programa alcançou uma maturidade robusta e que doravante a implementação do PROPREVINE deverá ser mais expedita e diligente na direção do alcance dos resultados pretendidos.

6.4 Atuação do Banco

O apoio da Equipe do Banco foi fundamental para a concepção, estruturação, implementação do Programa e para o alcance dos resultados até então obtidos, bem como, possibilitou aprendizado à equipe da CGU quanto às políticas de aquisição e de desembolso do BID e na execução das atividades relacionadas ao gerenciamento do PROPREVINE.

6.5 Cumprimento de Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais estabelecidas no acordo de empréstimo foram totalmente cumpridas, conforme demonstrado Quadro 14.



Quadro14 Cumprimento das Obrigações Contratuais

Requisito Contratual	Objeto	1º Semestre 2014			2º Semestre 2014			1º Semestre 2015			2º Semestre 2015			1º Semestre 2016		
		Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID
Das Disposições Especiais:																
Cláusula 1.06 (b)	Pagamento de Juros	15/06/2014	Não houve cobrança	N/A	15/12/2014 1ª Parcela	OB800094, de 01/12/2014, no valor de US\$ 10.635,76.	N/A	15/06/2015 2ª Parcela	OB800065, de 15/06/2015, no valor de US\$ 19.737,87	N/A	15/12/2015 3ª Parcela	OB de /12/2015, no valor de US\$	N/A	15/06/2016 4ª Parcela	Responsabili-dade da STN	N/A
Cláusula 1.08	Pagamento de Comissão de Crédito	15/06/2014 1ª Parcela	OB800002, de 11/06/2014, no valor de US\$ 14.794,52.	N/A	15/12/2014 2ª Parcela	OB800093, de 01/12/2014, no valor de US\$ 20.187,59.	N/A	15/06/2015 3ª Parcela	OB800065, de 15/06/2015, no valor de US\$ 12.391,96	N/A	15/12/2015 4ª Parcela	OB de /12/2015, no valor de US\$	N/A	15/06/2016 5ª Parcela	Responsabili-dade da STN	N/A
Cláusula 3.02 (a)	Condições especiais prévias ao primeiro desembolso: (a) Apresentação de evidência da constituição do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	N/A	Portaria CGU nº 1.309, de 15/07/2013	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cláusula 3.02 (b)	Condições especiais prévias ao primeiro desembolso: (b) Apresentação de evidência da designação do Coordenador Geral do Projeto.	N/A	Portaria CGU nº 1.309, de 15/07/2013	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cláusula 4.01, d, ii, A	Aquisição de bens e contratação de obras e serviços. (ii) Revisão ex ante. Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, os seguintes contratos serão revisados de forma ex ante:	(A) Os dois primeiros processos de aquisições e os contratos resultantes dos mesmos a serem adjudicados mediante qualquer dos métodos previstos no inciso 4.0l (b) desta Cláusula, realizados com recursos do Empréstimo, independentemente de seu valor.	1) Pregão: Ofício nº 11845 e 16537/2014/DIPL AD/SE/CGU-PR, de 12/05/2014 e 03/07/2014. ----- 2) Contratação Direta: Ofício nº 23253 e 27603/2014/DIPL AD/SE/CGU-PR, de 11/09/2014 e 17/10/2014. ----- 3) Comparação de Preços: Ofício nº 18257 e 18399/2014/DIPL AD/SE/CGU-PR, de 24/07/2014 e 25/07/2014	1) CBR 1968/2014 e 2397/2014, de 10/06/2014 e 16/07/2014. ----- 2) CBR 3349/2014 e 3640/2014, de 24/09/2014 e 20/10/2014 ----- 3) CBR 2644/2014 e 2645/2014, ambos de 30/07/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cláusula 5.03.	Demonstrações financeiras e outros relatórios.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Demonstrações Financeiras do Exercício 2014	Ofício nº 10.281/2015/SE/CGU-PR, de 04/05/2015	CBR 1590/2015, de 15/05/2015	N/A	N/A	N/A	Demonstrações Financeiras do Exercício 2015	Ofício nº 3.411/2016/DIPL AD/SE/CGU-PR, de 28/04/2015	CBR 2955/2016, de 19/07/2016

Continua...



Conclusão...

Requisito Contratual	Objeto	1º Semestre 2014			2º Semestre 2014			1º Semestre 2015			2º Semestre 2015			1º Semestre 2016		
		Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID	Referência	Documento Apresentado	Aprovação BID
Das Normas Gerais:																
Artigo 4.01 (a)	Condições prévias ao primeiro desembolso: a) Parecer Jurídico final sobre o Contrato de Empréstimo	N/A	Parecer PGFN/COF/Nº 236/2014, de 24/02/2014	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Artigo 4.01 (b)	Condições prévias ao primeiro desembolso: b) Designação dos representantes do Mutuário	N/A	Portarias CGU Nº - 1.858, de 01/10/2013; - 132, de 05/03/2014; - 1.106, de 20/05/2014.	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Artigo 4.01 (c)	Condições prévias ao primeiro desembolso: c) Recursos disponíveis para o exercício 2014	N/A	Lei nº 12.952 (LOA 2014)	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Artigo 4.01 (d)	Condições prévias ao primeiro desembolso: d) Relatório Inicial	N/A	Relatório Inicial de 2014	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Artigo 4.02.	Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.	N/A	Ofício nº 6.967/2014/SE/CGU-PR, de 25/03/2014	CRB 2118, de 25/06/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Artigo 7.04 (b)	Recursos adicionais: (b) Demonstração de recursos de contrapartida anual	LOA 2014	Ofício nº 6.967/2014/SE/CGU-PR, de 25/03/2014	Mensagem nº CSC/CBR 1153/2014, de 01/04/2014	N/A	N/A	N/A	LOA 2015	Ofício nº 12.422/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 27/05/2015	CBR 1835/2015, de 08/06/2015	N/A	N/A	N/A	LOA 2016	Ofício nº 5.079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016	CBR 406/2016, de 29/01/2016
Artigo 8.03	Relatórios Semestrais	N/A	N/A	N/A	N/A	Ofício nº 19.680/2014, de 07/08/2014	CBR 2790/2014, de 08/08/2014	Relatório de Progresso 2º Sem 2014	Ofício nº 4.785/2015/SE/CGU-PR, de 01/03/2015	CBR 737/2015, de 09/03/2015	Relatório de Progresso 1º Sem 2015	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 27/05/2015	CBR 3309/2015, de 25/09/2015	Relatório de Progresso 2º Sem 2015	Ofício nº 6.418/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 12/02/2016	CBR 1147/2016, de 24/03/2016
Anexo Único																
Item 4.2.	As principais competências do CCE serão as seguintes: (ii) revisão e aprovação do Plano Operacional Anual (POA), do Plano de Aquisições (PA) e dos relatórios semestrais.	POA e PA Exercício 2014	Ofício nº 15.420/2014/SE/CGU/PR, de 17/06/2014	CBR 2118/2014, de 25/06/2014	N/A	N/A	N/A	POA e PA Exercício 2015	Ofício nº 11.457/2015/SE/CGU/PR, de 15/05/2015	CBR 1722/2015, de 27/05/2015	N/A	N/A	N/A	POA e PA Exercício 2016	Ofício nº 2.970/2016/DIPLAD/SE/CGU/PR, de 15/04/2016	CBR 1848/2016, de 03/05/2016

Fonte: Contrato de Empréstimo



7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

A análise da sustentabilidade do Programa considerou os aspectos relacionados com fatores críticos e riscos potenciais para a sustentabilidade do Programa, registrados nos relatórios de progresso elaborados desde o início da execução do PROPREVINE até 30/06/2016, consolidados no Quadro 15, bem como, as respostas ao questionário aplicado para os gerentes de projeto do Programa, responsáveis por cada produto previsto na Matriz de Resultados, consolidados no Quadro 16.

O Quadro 16 destaca que a sustentabilidade do Programa está baseada na disponibilidade de recursos suficientes; nas atividades de capacitação continuada e de articulação institucional; no fato das soluções de TI terem sido desenvolvidas pela CGU; no mapeamento, remodelagem e manualização de processos, e sua efetiva internalização nos sistemas de gestão; bem como, no incremento da participação da sociedade em todas as ações desenvolvidas.

7.1 Análise de Fatores Críticos

O Quadro 15 destaca como fatores críticos a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; e (ii) criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

7.2 Riscos Potenciais

O Quadro 15 destaca, ainda, como riscos potenciais a limitação de recursos orçamentários; a rotatividade e redução da mão de obra alocada ao projeto; a quantidade de unidades internas envolvidas; os conflitos entre a Matriz de Resultados definida e as prioridades das unidades participantes; o excesso de burocracia nas contratações; e a variação cambial.

Os gerentes de projetos dos produtos previstos na Matriz de Resultados do PROPREVINE apontaram os riscos potenciais à sustentabilidade do Programa por meio de respostas ao questionário aplicado, consolidadas no Quadro 17.

Maiores detalhes podem ser verificados nos questionários respondidos pelos gestores, que se encontram no Anexo I.



Quadro 15
Análise dos Fatores Críticos e Riscos Potenciais para a Sustentabilidade do Programa

Sustentabilidade	1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016
Análise dos Fatores Críticos para Sustentabilidade das Ações a Serem Desenvolvidas	Como fatores críticos, temos a capacidade operativa da instituição para atender as demandas crescentes por ações de combate à corrupção, considerando duas vertentes: (i) instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; e (ii) criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos, temos a capacidade operativa da instituição para atender as demandas crescentes por ações de combate à corrupção, considerando duas vertentes: (i) instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; e (ii) criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.
Riscos Potenciais	Limitação de recursos orçamentários;	Limitação de recursos orçamentários;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
	Rotatividade e redução da mão de obra alocada ao projeto;	Rotatividade e redução da mão de obra alocada ao projeto;	Realocação da mão de obra alocada ao projeto;	Realocação da mão de obra alocada ao projeto; e	Heterogeneidade das aquisições; e
	Quantidade de unidades internas envolvidas; e	Quantidade de unidades internas envolvidas;	Excesso de burocracia nas contratações; e	Variação cambial.	Variação cambial.
	Variação cambial.	Variação cambial; e	Variação cambial.		
		Conflitos entre a Matriz de Resultados definida e as prioridades das unidades participantes.			

Fonte: Relatórios de Progresso.



Quadro 16 Análise da Sustentabilidade do Programa, por Produto

Código	Produto	Unidade	Análise da Sustentabilidade
C1.P01	Proposta de política de comunicação	ASCOM	Nova definição do produto e melhor descrição da ações para alcance.
C1.P02	Reestruturação de salas de videoconferência	CRG	Houve incorporação dos custos de manutenção e melhoria contínua do serviço ao orçamento anual da CGU, com o fim de assegurar a eficiência e eficácia da ferramenta.
C1.P03	Proposta de modelo de gestão por competências	DGI	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção e atualização do sistema GestCom;• Atualização permanente das informações no sistema GestCom.• Divulgação do modelo de Gestão por Competências para os servidores da CGU.• Definição do Cronograma para 2017.• Treinamento de servidores para utilização do sistema e da metodologia adotada;• Utilização dos resultados obtidos com a implantação do modelo para sustentar outros projetos (ex.: PAC, trilhas de aprendizagem, Avaliação de Desempenho, Plano de Desenvolvimento da Carreira, Banco de talentos...)
C1.P04	Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado	DGI	Buscar ações de divulgação, com o objetivo de proporcionar o incremento no número de usuários da Biblioteca Virtual.
C1.P05	Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística	DGI	Uma vez entregues os produtos previstos no projeto, a área responsável pela gestão documental encaminhará o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade para aprovação do Arquivo Nacional. Segundo orientações do próprio Arquivo Nacional, já podemos começar a utilizar os referidos instrumentos em nossas atividades. Caso haja alguma alteração proposta pelo Arquivo Nacional, serão realizados os ajustes necessários.
C1.P06	Núcleos de especialização	DIE	<ul style="list-style-type: none">• Recursos financeiros suficientes para manutenção dos núcleos de especializações implantados, com atividades de capacitação continuada para atualizar a equipe nas novas técnicas e soluções adotadas mundialmente.• Definição de um perfil mínimo de capacitação a ser alcançado pelos servidores, como forma de manutenção da equipe formada, independente da evasão do quadro funcional.
C1.P07	Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE	DIE	<ul style="list-style-type: none">• Recursos financeiros suficientes para manutenção da Infraestrutura dos laboratórios montados.• Firmar parcerias com outras unidades de inteligência para trabalhos conjuntos.• Definição de um perfil mínimo de capacitação a ser alcançado pelos servidores, como forma de manutenção da equipe formada, independente da evasão do quadro funcional.
C1.P08	Estrutura institucional de capacitação e modernização	DIPLAD	<ul style="list-style-type: none">• A realização dos cursos de alto nível dependerá da disponibilização orçamentária no Orçamento Geral da União para esse fim.• A CGU está construindo estrutura para retenção do conhecimento e preservação do capital intelectual por meios virtuais e presenciais.
C1.P09	Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos	DSI	Para a sustentabilidade deste produto, é preciso renovar todo ano o suporte e atualização da solução que sustenta o sistema.
C1.P10	Processos de Governança de TI revisados e internalizados	DSI	Para a sustentabilidade deste produto, é preciso renovar todo ano o suporte e atualização da solução que sustenta o sistema.
C1.P11	Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal	OGU	O fato de as soluções de TI terem sido desenvolvidas pela CGU garantem a sustentabilidade do produto como infraestrutura. De outra parte, a disponibilização da base de dados de precedentes, por si só, já permite que outras ferramentas possam, no futuro, possibilitar soluções que aprimorem o produto.
C1.P12	Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria	OGU	<ul style="list-style-type: none">• O fato de as soluções de TI terem sido desenvolvidas pela CGU ou, quando desenvolvidas em fábrica, terem o conhecimento transmitido à área de TI responsável, garantem a sustentabilidade do produto como infraestrutura.• A coleta de dados de ouvidorias associada a um produto para as ouvidorias (e-Ouv) também é elemento central para que se possa garantir a continuidade da remessa de dados.
C1.P13	Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados	CGU	O mapeamento e remodelagem dos processos geram produtos que são incorporados à instituição sendo responsabilidade da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional a coordenação e constante monitoramento dos processos.
C1.P14	Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada	SFC	Não houve implementação do produto.
C1.P15	Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle	SFC	Manualização e futura disseminação junto a outros órgãos do Sistema de Controle Interno visando a efetiva internalização de processos aos sistemas de gestão das ações de controle do Poder Executivo Federal.
C1.P16	Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	CRG	Necessidade de incorporação, ao orçamento anual da CGU, dos custos de manutenção e melhoria contínua das soluções tecnológicas adquiridas com o fim de assegurar os seus benefícios em médio prazo.

Continua...



Continuação...

Código	Produto	Unidade	Análise da Sustentabilidade
C2.P01	Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares	CRG	A partir dos bons resultados alcançados, vislumbra-se a contratação de serviço especializado para o redesenho do portfólio de cursos, de forma a aproveitar as melhores tecnologias e metodologias disponíveis para garantir o alcance, a regularidade e a qualidade das capacitações em longo prazo.
C2.P02	Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias	OGU	A normatização do sistema federal mostra-se como principal elemento para a garantia da sustentabilidade do produto. Quanto à solução de TI, uma vez que esta foi desenvolvida pela CGU, há poucos riscos de solução de continuidade. O que se espera, todavia, é que a solução possa evoluir para um pacote cada vez mais atrativo às ouvidorias, a fim de que se possa ampliar a adesão destas, principalmente das maiores, ao produto.
C2.P03	Kits de apoio às atividades das ouvidorias	OGU	Inicialmente, previa-se a criação de kits com equipamentos necessários ao atendimento efetuado pelas ouvidorias (mesas, cadeiras, computadores). Esta proposta surgiu como resultado do relatório produzido pela UFMG a pedido do MJ sobre a precarização das ouvidorias federais. Contudo, ao longo do tempo, a proposta perdeu sentido na medida em que a situação de precarização inicialmente relatada naturalmente se reverteu. Por tal motivo, solicitou-se, em 2016, a descontinuação deste produto.
C2.P04	Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web	OGU	O desenvolvimento interno bem como a gestão interna dos conteúdos tendem a ser fator de bastante relevância quanto à sustentabilidade. A ampliação do Ouvidorias.gov.br para uma plataforma colaborativa de ouvidorias também é um fator que deverá contar para a sustentabilidade do produto.
C2.P05	Cursos de capacitação em Ouvidoria	OGU	As turmas sob demanda apresentam-se como elemento importante para garantir a sustentabilidade do produto, uma vez que os custos são suportados preponderantemente pelo demandante. Além disso, a virtualização dos cursos também permite a sua manutenção a baixo custo.
C2.P06	Publicações da OGU	OGU	Não se aplica
C2.P07	Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal	SFC	Trata-se de sistemas informatizados de suporte ao processo de auditoria da SFC, garantindo-se que o produto será mantido e aprimorado ao longo dos anos.
C2.P08	Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal	SFC	A normatização realizada bem como a atuação da instância de auditoria permitirão o avanço gradativo do processo de implementação de gestão de riscos pelos gestores públicos
C2.P09	Sistema de conflito de interesses	STPC	Para que seja um sistema sustentável, o SeCI deve ter como pilar a simplicidade de uso e a constante divulgação da Lei de Conflito de Interesses e do sistema pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Também é necessário manter as ações de capacitação dos agentes responsáveis pela análise das situações nos órgãos e entidades.
C2.P10	Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	STPC	É necessário que os órgãos e entidades que aderirem ao programa sejam capacitadas para que elas mesmo desenvolvam o seu plano de integridade, com o acompanhamento da CGU.
C2.P11	Encontro de Corregedorias	CRG	A CRG investe em ações complementares para o aproveitamento máximo da articulação institucional promovida nos Encontros de Corregedoria, abarcando ambientes presenciais e virtuais de interlocução.
C2.P12	Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica	CRG	A simplificação do processo de organização dos eventos de divulgação da LEL é essencial para garantir a sustentabilidade do projeto.
C2.P13	Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	CRG	As ações de capacitação e articulação institucional impulsionam, em médio e longo prazos, a disseminação da coleção de manuais editados pela CRG.

Continua...



Conclusão...

Código	Produto	Unidade	Análise da Sustentabilidade
C3.P01	Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	OGU	O produto foi realizado por Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA, com recursos obtidos por aquela organização junto ao Programa EuroSocial II e passou a abarcar iniciativas voltadas a promover benchmarking internacional sobre o tema.
C3.P02	Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria	OGU	Inicialmente, o produto previa a criação de terminais eletrônicos de atendimento em locais públicos. Tal produto foi descontinuado sob os mesmos argumentos utilizados no produto C2P3.
C3.P03	Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação	STPC	Os produtos estão adequados e são sustentáveis para o alcance dos objetivos do projeto, no entanto, podem ser melhorados por meio de ferramentas de automatização e de gestão documental, adaptação dos conteúdos a formatos mais apropriados à internet, além de produção de conteúdo com foco em públicos específicos.
C3.P04	Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD)	STPC	Faz-se imprescindível a existência de plataforma virtual de aprendizagem compatível com protótipo do curso (design, recursos gráficos e audiovisuais, etc.) para a disponibilização dos cursos.
C3.P05	Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto	STPC	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos órgãos do Poder Executivo sobre Governo Aberto e sobre a importância do desenvolvimento da Parceria para Governo Aberto (OGP); • Auxílio aos órgãos no processo de monitoramento da execução dos compromissos do 3º Plano Nacional; • Incrementar a participação da sociedade em todas as ações desenvolvidas; • Ampliar a divulgação do trabalho desenvolvido no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP) no país.
C3.P06	Novo Portal da Transparência	STPC	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do orçamento para contemplar novo custo anual estimado para manutenção do novo Portal na Internet, considerando novos custos, entre eles: acesso a dados, hospedagem. • Manutenção de equipe própria para gestão e desenvolvimento do novo Portal, de modo a solucionar rapidamente problemas de carga de dados, entre outros.
C3.P07	Portal do cidadão	STPC	Produto descontinuado.
C4.P01	Unidades ODP estaduais	DIE	<ul style="list-style-type: none"> • Interação mútua entre os membros da Rede ODP; • Recursos financeiros suficientes para continuidade da implantação do projeto no âmbito federal e estadual. • Compromisso com o cronograma definido para a execução do projeto.
C4.P02	Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União	OGU	Quanto ao material orientativo, a sua virtualização deverá suprir parte da demanda por impressão; quanto aos demais aspectos logísticos, tais como equipamentos, esta estará adstrita à garantia de fábrica.
C4.P03	Cursos para gestores dos entes subnacionais	STPC	Faz-se imprescindível a existência de plataforma virtual de aprendizagem compatível com protótipo do curso (design, recursos gráficos e audiovisuais, etc.) para a disponibilização dos cursos.
C4.P04	Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente	STPC	Para que o produto possa atingir suas finalidades, é necessário um ambiente virtual compatível com as especificações técnicas do sistema.
C4.P05	Sistema de gestão de ações de prevenção	STPC	O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária.
C4.P06	Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção	CGR	A partir dos bons resultados alcançados, vislumbra-se a contratação de serviço especializado para o redesenho do portfólio de cursos voltados para o fortalecimento da atividade correccional nos governos estaduais e municipais, de forma a aproveitar as melhores tecnologias e metodologias disponíveis para garantir o alcance, a regularidade e a qualidade das capacitações em longo prazo.

Fonte: Anexo I - Questionários aplicados.

	Produtos descontinuados.
	Produtos concluídos.



Quadro 17 Análise de Riscos Potenciais à Sustentabilidade do Programa

Código	Produto	Unidade	Análise de Riscos
C1.P01	Proposta de política de comunicação	ASCOM	Risco de não execução financeira do recurso disponível por conta da generalidade do produto e falta de planejamento da ASCOM. As aquisições e ações pretendidas precisam ser melhor identificadas e definidas para a conclusão do produto. Não há completo entendimento sobre o que é possível de solicitar e adquirir por meio do Proprevine.
C1.P02	Reestruturação de salas de videoconferência	CRG	Produto concluído.
C1.P03	Proposta de modelo de gestão por competências	DGI	A meta estabelecida para este produto está prevista para o exercício de 2018 e as ações para a implementação do produto estão sendo realizadas.
C1.P04	Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado	DGI	O baixo número de acessos aos acervos, em função da pouca divulgação do produto para seus usuários.
C1.P05	Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística	DGI	O maior fator de risco para a tempestiva entrega do produto referia-se à disponibilidade das áreas para a realização dos diversos levantamentos necessários, bem como a pontualidade na entrega das informações pelas áreas.
C1.P06	Núcleos de especialização	DIE	O maior risco para a conclusão do projeto é o contingenciamento de recursos orçamentário-financeiro.
C1.P07	Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE	DIE	<ul style="list-style-type: none">• Atraso na implantação dos laboratórios de Big Data e de Análise e Computação Forense;• Contingenciamento orçamentário/financeiro;• Dificuldade de aquisição de software de computação forense, devido a quantidade restrita de fornecedores no Brasil;• Destacamos, também, a questão relacionada a evasão de servidores, tendo em vista que apesar do projeto/produto (Laboratórios: Big Data e de Análise/Computação Forense) prever a capacitação de grande parte da equipe disponível, no entanto, o quadro de pessoal está sujeito a redução por diversas formas, tais como: transferências, posse em outro cargo, aposentadorias e outras.
C1.P08	Estrutura institucional de capacitação e modernização	DIPLAD	As restrições orçamentárias atuais da União é um risco, pois impacta nas decisões sobre quais projetos do Programa que terão prioridade na utilização dos recursos disponíveis.
C1.P09	Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos	DSI	O risco para finalização do produto é baixo, mas precisará da aprovação e priorização desse projeto no Comitê de TI, a fim de realizar as aquisições necessárias.
C1.P10	Processos de Governança de TI revisados e internalizados	DSI	Este projeto é extremamente complexo e existem vários riscos na sua implantação: <ul style="list-style-type: none">• Dificuldade para se atingir o nível 3 em alguns processos;• Metodologia de medição da maturidade ineficiente;• Despriorização do projeto no Comitê de TI.
C1.P11	Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal	OGU	Os principais riscos dizem respeito à capacidade de implantação dos processos desenvolvidos, por parte da TI da CGU, dos produtos desenvolvidos com o intuito de dotar de inteligência os sistemas de gerenciamento de processos da LAI.
C1.P12	Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria	OGU	Produto concluído.
C1.P13	Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados	CGU	<ul style="list-style-type: none">• Restrição orçamentária do governo brasileiro que impacte na priorização das demandas do uso dos recursos do PROPREVINE.• Falta de recursos humanos qualificados para a condução das atividades.
C1.P14	Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada	SFC	O produto será descontinuado, não sendo razoável o dispêndio de esforço na análise de riscos associados ao Produto.
C1.P15	Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle	SFC	Os principais riscos são a indisponibilidade orçamentária necessária para a realização de capacitações dos auditores nos próximos exercícios e a não alteração da cultura organizacional frente aos processos aprimorados ou acrescidos.
C1.P16	Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	CRG	Risco de baixa execução do produto em razão de restrições orçamentárias.

Continua...



Continuação...

Código	Produto	Unidade	Análise de Riscos
C2.P01	Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares	CRG	Risco de queda da demanda espontânea e baixo interesse do público alvo (especialmente se considerarmos o alto volume de agentes já capacitados). Risco de baixa disponibilidade de instrutores, em razão de sua atuação em outras atividades correccionais.
C2.P02	Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias	OGU	Possibilidade de descumprimento da obrigação de entrega de informações, entrega em formato não compatível com o definido pela OGU.
C2.P03	Kits de apoio às atividades das ouvidorias	OGU	Inicialmente, previa-se a criação de kits com equipamentos necessários ao atendimento efetuado pelas ouvidorias (mesas, cadeiras, computadores). Esta proposta surgiu como resultado do relatório produzido pela UFMG a pedido do MJ sobre a precarização das ouvidorias federais. Contudo, ao longo do tempo, a proposta perdeu sentido na medida em que a situação de precarização inicialmente relatada naturalmente se reverteu. Por tal motivo, solicitou-se, em 2016, a descontinuação deste produto.
C2.P04	Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web	OGU	Os maiores riscos dizem respeito hoje ao engajamento público nos canais de ouvidoria. Tais riscos podem ser mitigados pela melhoria dos canais, mas aspectos conjunturais tendem a apresentar maior relevância neste sentido.
C2.P05	Cursos de capacitação em Ouvidoria	OGU	A análise do gestor do produto considera que não se aplica a análise de riscos. No entanto, entendemos que, mesmo considerando os bons resultados alcançados até então, e a alta possibilidade de se manter neste ritmo, há, ainda, riscos, como, por exemplo, uma eventual diminuição nas turmas por demanda, caracterizando uma indicação de baixo risco.
C2.P06	Publicações da OGU	OGU	Insuficiência de orçamento para o projeto.
C2.P07	Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal	SFC	A ampliação da complexidade dos requisitos de projeto devido ao alinhamento com as normas internacionais e a consequente integração dos mesmos traz incertezas, em especial quanto aos cumprimentos dos prazos de implantação dos módulos. Acrescentam-se ainda os riscos de disponibilidade orçamentária e os advindos da necessidade de terceirização do desenvolvimento da ferramenta.
C2.P08	Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal	SFC	Maturidade da cultura de gestão de riscos nas organizações públicas, restrições orçamentárias, redefinição de prioridades pelos gestores devido a alta rotatividade e necessidade de alinhamento institucional de várias organizações para o atingimento do objetivo.
C2.P09	Sistema de conflito de interesses	STPC	Produto concluído.
C2.P10	Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	STPC	O principal risco que pode impedir que o objetivo proposto seja alcançado é devido à alta necessidade de capacitação do corpo técnico responsável pelo desenvolvimento do projeto, dado ser um tema recente na gestão pública. Assim, a falta de recursos para essa capacitação pode fazer com que o produto não seja concluído no prazo previsto, ou que, ainda que concluído no prazo, tenha baixa qualidade.
C2.P11	Encontro de Corregedorias	CRG	Risco de disponibilidade orçamentária insuficiente e baixo interesse das empresas especializadas na prestação do serviço, o que prejudica a seleção de proposta vantajosa para a administração.
C2.P12	Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica	CRG	O principal risco que ameaça o cumprimento da meta estabelecida é a falta de uma empresa contratada pela CGU especializada em eventos. A necessidade de se contratarem separadamente as empresas que prestam os diversos serviços essenciais para que o evento seja bem-sucedido torna a realização do evento significativamente mais complexa, colocando em risco, inclusive, a sua própria concretização.
C2.P13	Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	CRG	Não foram identificados riscos relevantes para o atingimento das metas.

Continua...



Conclusão...

Código	Produto	Unidade	Análise de Riscos
C3.P01	Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	OGU	O produto foi realizado por Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA, com recursos obtidos por aquela organização junto ao Programa EuroSocial II e passou a abarcar iniciativas voltadas a promover benchmarking internacional sobre o tema.
C3.P02	Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria	OGU	Inicialmente, o produto previa a criação de terminais eletrônicos de atendimento em locais públicos. Tal produto foi descontinuado sob os mesmos argumentos utilizados no produto C2P3.
C3.P03	Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação	STPC	Atraso ou outros problemas nos processos de monitoramento devido à falta de ferramentas para automatização do acompanhamento e da gestão documental
C3.P04	Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD)	STPC	Demora na contratação da empresa especializada e restrição orçamentária que possa comprometer a contratação.
C3.P05	Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto	STPC	Dentre os possíveis riscos, destaque-se que a falta de comprometimento dos órgãos do Poder Executivo no processo de implementação dos compromissos do 3º Plano de Ação pode comprometer o alcance integral do objetivo do Projeto.
C3.P06	Novo Portal da Transparência	STPC	<ul style="list-style-type: none"> • Novas restrições orçamentárias e financeiras, que inviabilizem as aquisições e contratações ainda não realizadas; Probabilidade: Alta • Instabilidades no novo serviço provido pelo SERPRO para acesso às bases de dados, como intermitência do serviço e reduzida capacidade de processamento e transferência de dados para o ambiente da CGU; Probabilidade: Média
C3.P07	Portal do cidadão	STPC	Produto descontinuado.
C4.P01	Unidades ODP estaduais	DIE	<ul style="list-style-type: none"> • O maior risco para a conclusão do projeto é o contingenciamento de recursos orçamentário-financeiro à nível federal e estadual. • No nível federal, há uma previsão de corte orçamentário na ação Portal da Rede ODP que impactará na interação e intercâmbio de informações entre os membros da Rede ODP. • O objetivo do Portal da Rede ODP é criar uma Solução Tecnológica em plataforma web para o monitoramento dos gastos públicos e a divulgação dos estudos produzidos pelos integrantes da Rede ODP (órgãos de controle interno e de controle externo), conforme abordado no item anterior. • As informações dos governos estaduais e do governo federal estarão armazenadas em uma infraestrutura tecnológica preparada para realizar os cruzamentos das bases de dados, gerando informações estratégicas e de apoio à gestão. Os resultados dos cruzamentos das bases de dados estaduais e federal originários dos estudos temáticos serão migradas para o Portal da Rede ODP. • Caso a previsão de corte orçamentário se confirme, a implantação do Portal da Rede ODP será adiada, postergando a criação de um mecanismo ágil e eficiente de intercâmbio e troca de informações entre os integrantes da Rede ODP.
C4.P02	Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União	OGU	Os principais riscos dizem respeito ao desenho do produto (dado a natureza polissêmica de sua descrição), bem como ao uso adequado do produto pelas superintendências, uma vez que muitas enfrentam problemas relativos à escassez de pessoal – problemas estes que os kits não teriam como solucionar.
C4.P03	Cursos para gestores dos entes subnacionais	STPC	Demora na contratação da empresa especializada e restrição orçamentária que possa comprometer a contratação.
C4.P04	Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente	STPC	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso da entrega do produto, uma vez que empresa especializada é que está responsável pelo desenvolvimento; • Baixa adesão.
C4.P05	Sistema de gestão de ações de prevenção	STPC	O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária.
C4.P06	Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção	CGR	Risco de queda da demanda espontânea e baixo interesse do público alvo (especialmente se considerarmos o alto volume de agentes já capacitados). Risco de baixa disponibilidade de instrutores, em razão de sua atuação em outras atividades correccionais.

Fonte: Anexo I - Questionários aplicados.

	Produtos descontinuados.
	Produtos concluídos.



7.3 Capacidade Institucional

No transcorrer do período de execução do PROPREVINE verificou-se que ocorreram algumas alterações na coordenação geral e na equipe de gerentes do Programa, bem como, houveram alterações de processos, de regras e procedimentos de trabalho. No entanto, de forma geral, a equipe desenvolveu de forma satisfatória sua função, de gestora dos recursos e coordenadora das ações desenvolvidas.

Normalmente, a ideia de sustentabilidade está ligada à manutenção das atividades e resultados ao longo do tempo. Para tanto, é necessário que as ações executadas no âmbito do Programa sejam devidamente internalizadas nas unidades administrativas envolvidas. É possível verificar que existe um maior envolvimento das áreas finalísticas com o Programa, o que sinaliza para o início de um processo de internalização das ações em curso e, conseqüentemente, dos resultados do Programa.

Para a sustentabilidade da capacidade institucional recomenda-se, em geral, a manutenção do quadro atual da equipe; a continuidade do processo de capacitação sistemático e continuado da equipe; a ampliação do envolvimento das demais áreas na execução do Programa visando desencadear um processo que permita identificar as oportunidades de melhoria de forma contínua. Essas questões são centrais para se garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações do Programa

Classificação de Sustentabilidade (SU):			
<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)



8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Programa PROPREVINE são realizados por meio de mecanismos estabelecidos no Contrato de Empréstimo, os quais foram submetidos à apreciação do BID ao longo da execução do Programa, conforme detalhado a seguir:

Plano de Aquisições – PA e Plano Operativo Anual – POA

(Cláusula 5.03, 'a', das Disposições Especiais)

- **Exercício 2014**
Encaminhamento: Ofício 15420/2014/SE/CGU-PR, de 17/06/2014
Manifestação do BID: CBR-2118/2014, de 25/06/2014
- **Exercício 2015**
Encaminhamento: Ofício 11457/2015/SE/CGU-PR, de 15/05/2015
Manifestação do BID: CBR-1722/2015, de 27/05/2015
- **Exercício 2016**
Encaminhamento: Ofício nº 2970/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 15/04/2016
Manifestação do BID: CBR-1848/2016, de 03/05/2016

Relatórios de Progresso Semestrais e Relatórios de Monitoramento de Progresso – PMR

(Artigo 8.03 das Normas Gerais)

- **1º Semestre de 2014**
Encaminhamento: Ofício nº 19680/2014, de 07/08/2014
Manifestação do BID: CBR-2790/2014, de 08/08/2014
- **2º Semestre de 2014**
Encaminhamento: Ofício nº 4785/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 02/03/2015
Manifestação do BID: CBR-737/2015, de 09/03/2015
- **1º Semestre de 2015**
Encaminhamento: Ofício nº 20282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 28/08/2015
Manifestação do BID: CBR-3309/2015, de 25/09/2015
- **2º Semestre de 2015**
Encaminhamento: Ofício 6418/2016/SE/CGU-PR, de 12/02/2016
Manifestação do BID: CBR-1147, de 24/03/2016
- **1º Semestre de 2016**
Encaminhamento: Ofício nº 15464/2016/COPAV/DIPLAD/SECGU, de 24/08/2016
Manifestação do BID: CBR-4103/2016, de 10/10/2016

Demonstrações Financeiras Auditadas

(Cláusula 5.03, das Disposições Especiais)

- **Exercício 2014**
Encaminhamento: Ofício nº 10281/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 04/05/2015
Manifestação do BID: CBR-1590/2015, de 15/05/2015
- **Exercício 2015**
Encaminhamento: Ofício nº 3411/2016/DIPLAD/SE/CGU, de 28/04/2016
Manifestação do BID: CBR-2955/2016, de 19/07/2016



8.1 Indicadores de Monitoramento do PMR

O BID utiliza o Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR) para medir os avanços das metas estabelecidas no início do projeto. Cada projeto tem uma matriz de resultados que inclui produtos, custos, resultados e impactos, bem como indicadores e metas que refletem o cumprimento dos objetivos do projeto e, finalmente, os seus resultados. O PMR indica o progresso dos objetivos definidos na matriz de resultados e monitora os avanços do projeto tendo em conta não só os indicadores físicos, mas a evolução da execução orçamentária e financeira. O PMR é uma ferramenta importante que auxilia os gestores do projeto a adotar ações preventivas e corretivas durante a implementação do projeto.

A partir da análise dos PMR que foram submetidos ao BID ao longo da implementação do Programa é possível avaliar a evolução dos indicadores de monitoramento do PROPREVINE e determinar a situação do grau de avanço de cada indicador em 30 de junho de 2016.

Dessa forma, em relação aos indicadores do Estágio 1 pode-se indicar que:

- Entre a data de aprovação da operação pelo Diretório do Banco, que ocorreu em 05/03/2013, e a assinatura do contrato, que se deu em 17/12/2013, decorreram 287 dias, atingindo-se uma situação de “Alerta”;
- Entre a efetividade, ocorrida em 17/12/2013, e a elegibilidade do Contrato de Empréstimo, ocorrida em 01/04/2014, decorreram 105 dias, o que foi considerado um tempo “Satisfatório”, uma vez que, conforme o Artigo 4.02 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo, o prazo para cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso é de 180 dias, contados da data da assinatura do contrato.
- Todas as condições prévias ao primeiro desembolso, tanto especiais quanto gerais, foram 100% cumpridas a partir da declaração de elegibilidade ocorrida em 01/04/2014.

O Programa PROPREVINE foi desenhado no ano 2010, mas foi assinado em dezembro 2013 e declarado elegível em abril de 2014. Esse período extremamente longo de tempo foi devido a particularidades legais do sistema brasileiro, que atrasaram o começo da execução do projeto. Assim, nos trabalhos prévios a Missão de Arranque, foi identificado a necessidade de atualizar o conjunto das atividades e produtos do Programa, e também o marco de avaliação do mesmo. Assim, após vários encontros técnicos, foi acordado na Missão de Arranque, uma nova proposta de Matriz de Resultados.

É importante notar que os objetivos, alcance e natureza do Programa não foram modificados. Os objetivos originais, áreas de intervenção e metas do programa permaneceram, e todas as mudanças, mesmo sendo numerosas, foram apenas atualizações das atividades planejadas originalmente, e do mesmo modo, do marco de avaliação, representado na Matriz de Resultados.

Quanto aos indicadores do Estágio 2, verifica-se que, em 30 de junho de 2016:

- **Desembolsos realizados acumulados em relação ao valor do financiamento:** Até 30/06/2016 foram realizados dois desembolsos de recursos do financiamento. O primeiro desembolso do Programa foi realizado no primeiro semestre de 2015, no valor de US\$ 2.166.323,22, o que representou 12% do valor do financiamento. Neste semestre a situação desse indicador foi considerada “Alerta”. O segundo desembolso foi realizado no segundo semestre de 2015, no valor de US\$ 966.314,66. O valor acumulado dos desembolsos alcançou o montante de



US\$ 3.132.637,88, que representa 17% do valor total do financiamento. Assim, de acordo com a métrica de classificação da situação, esse indicador manteve-se na condição “Alerta”.

- O **Índice de Desempenho de Custo (CPI)** registrado no PMR relativo ao 1º semestre de 2016 alcançou um índice de desempenho de 1,03, apontando para uma situação “Satisfatória”.
- O **Índice de Desempenho de Programação (SPI)** registrado no PMR relativo ao 1º semestre de 2016 registrou um índice de desempenho de 0,28, apontando para uma situação “Problema”.

Os índices CPI e SPI indicam que, à medida que a gestão de projetos evolui em maturidade, atendem ao escopo dentro do prazo e orçamento planejados. A partir dos dados levantados, pode-se inferir que o desempenho do Programa apresenta uma evolução satisfatória quanto ao custo dos produtos entregues, no entanto, uma baixa evolução em relação ao cronograma de desembolsos.

Os Quadros 18 e 19 e o Gráfico 4, apresentados a seguir, ilustram a situação relatada.



Quadro 18
Evolução dos Indicadores de Monitoramento e Situação Atual
Estágio 1 – Da fase de aprovação à elegibilidade

Indicador	Valor do Indicador do Projeto	Satisfatório	Alerta	Problema	Situação Atual (1º Sem 2016)
Dias decorridos desde a aprovação até a efetividade	287	$0 \leq I \leq 219,5$ dias	$219,5 < I \leq 363,25$ dias	$> 363,25$ dias	Alerta
Dias decorridos deste a efetividade até a elegibilidade	105	$0 \leq I \leq 140,5$ dias	$140,5 < I \leq 186,75$ dias	$> 186,75$ dias	Satisfatório
% de condições prévias alcançadas – Normas Gerais	100%	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento
% de condições prévias alcançadas – Disposições Especiais	100%	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento

Fonte: Relatório 1º Semestre 2016 - PMR



Quadro 19
Evolução dos Indicadores de Monitoramento e Situação Atual
Estágio 2 – Após a Elegibilidade

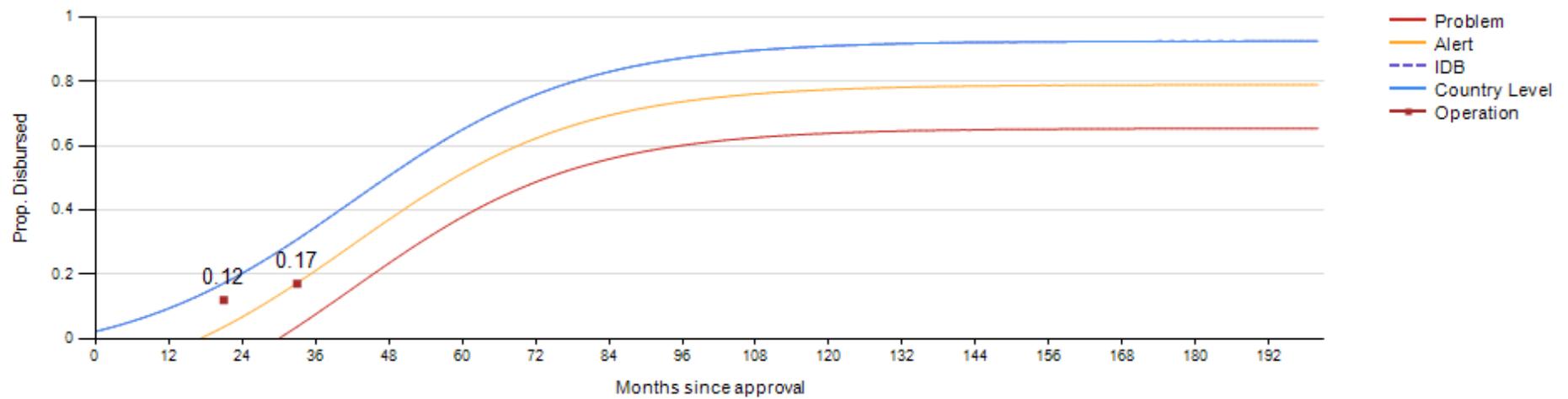
Indicador	Valor do Indicador do Projeto					Satisfatório	Alerta	Problema	Valor Atípico ("fora")	Situação Atual (1º Sem 2016)
	1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016					
Desembolsos realizados acumulados em relação ao valor do financiamento	0	0	0,12	0,17	0,17	$1 \geq I > 0.17$	$0.17 \geq I \geq 0.04$	$0.27 > I \geq 0$	N/A	Alerta
Índice de Desempenho de Custo-CPI	0	1	1,03	1,03	1,03	$0.80 \leq I \leq 2.00$	$0.40 \leq I < 0.80$	$0.00 \leq I < 0.40$	> 2.00	Satisfatório
Índice de Desempenho de Custo (anual) -CPI (a)	0	1	0,99	0,98	0,98	$0.80 \leq I \leq 2.00$	$0.40 \leq I < 0.80$	$0.00 \leq I < 0.40$	> 2.00	Satisfatório
Índice de Desempenho de Programação - SPI	0	0,11	0,13	0,28	0,28	$0.80 \leq I \leq 2.00$	$0.40 \leq I < 0.80$	$0.00 \leq I < 0.40$	> 2.00	Problema
Índice de Desempenho da Programação (anual) – SPI (a)	0	0,11	0,24	0,52	0,52	$0.80 \leq I \leq 2.00$	$0.40 \leq I < 0.80$	$0.00 \leq I < 0.40$	> 2.00	Alerta
Duração de execução adicional esperada (meses)			387,65	145,71	145,71	N/A	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento
% de resultados alcançados do plano no início do projeto			0	0,01	0,01	N/A	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento
% de resultados alcançados do projeto replanejado (EOP)			0	0,01	0,01	N/A	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento
Avaliação do desempenho ambiental e social de salvaguarda			0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	Só para acompanhamento

Fonte: Relatório 1º Semestre 2016 - PMR.



Gráfico 4
Desembolsos realizados acumulados em relação ao valor do financiamento

Accumulated disbursements as proportion of the total amount



Fonte: Relatório 1º Semestre 2016 - PMR.



8.2 Avaliação das Auditorias

De acordo com a Cláusula 5.01 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR, o Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VIII das Normas Gerais.

Ainda nas Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, a Cláusula 5.03 estabelece:

- a) *que o Mutuário se compromete a apresentar, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o prazo para desembolsos do Financiamento, as demonstrações financeiras auditadas do Projeto. O último desses informes será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso do Financiamento.*
- b) *as demonstrações financeiras do Projeto deverão ser auditadas pelo Tribunal de Contas da União.*

Ao longo do período de referência deste relatório, o Tribunal de Contas da União realizou duas auditorias: uma relativa ao período de 17/12/2013 a 31/12/2014 e outra relativa ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

O relatório relativo ao período de 17/12/2013 a 31/12/2014 apresentou ressalvas às demonstrações financeiras e recomendações ao sistema de controle interno, conforme detalhado a seguir.

Ressalvas às Demonstrações Financeiras do Proprevine

A) Inclusão de despesa relativa ao Contrato CGU 33/2013 (Processo CGU 00190.026671/2012-52) registrada na UG 170940

1. *Por meio de testes substantivos, a auditoria constatou que a Demonstração de Fluxo de Caixa apresentada em 1º/4/2015 (peça 118, fl. 01) inclui despesa referente ao Contrato 33/2013 (peça 73, p. 21-49), celebrado em 29/11/2013 entre a Controladoria Geral da União (CGU) e a empresa Greengo IT Services Consultoria em Informática Ltda. (CNPJ 13763176/0001-47), conforme processo 00190.026671/2012-52.*
2. *Segundo a 2013OB801062, de 30/12/2013 (peça 73, p. 139), a despesa no montante de R 890.252,24 decorreu do fornecimento de sistemas de virtualização à CGU, conforme nota fiscal nº 63 (peça 72, p. 351), emitida de 27/11/2013, pela empresa Greengo. Houve, também, a retenção de impostos federais, conforme 2013DF8000679, de 30/12/2013 (peça 73, p. 141), no valor de R 92.908,70.*
3. *Vale destacar que a movimentação financeira decorrente dessa prestação de serviços foi registrada no sistema SIAFI pela Unidade Gestora (UG) 170940 (Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento/DGI/SE), em vez da UG 11629 (Proprevine). Conforme consta do item 5.1 do Manual de Execução do Proprevine (peça 31, p. 17), todos os registros contábeis relativos a transações no âmbito do Programa deverão ser efetuados na UG 110629 (Proprevine).*
4. *Destaque-se, ainda, que a nota fiscal que amparou o citado pagamento contém data anterior à celebração do Contrato 33/2013 com a empresa Greengo. Os serviços também foram atestados em data anterior à da celebração do ajuste, conforme atesto efetuado*



(peça 72, p. 351) pelo servidor *Timotheo Barbosa Borges* (matrícula SIAPE 1540563). Essa situação afronta o disposto no art. 60 da Lei 8.666/93.

5. Ademais, vale frisar que a equipe de auditoria não constatou, no âmbito do processo 00190.026671/2012-52, documentos que comprovem o reconhecimento oficial pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) do pagamento pelos serviços decorrentes na nota fiscal nº 63 da empresa *Greengo*. Segundo a Cláusula 3.03 do Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR poderá haver reembolso de despesas a débito do empréstimo desde que haja a concordância do Banco.
6. Diante de todo o exposto, a equipe de auditoria entende necessário **ressalvar a Demonstração de Fluxo de Caixa** apresentada pela Coordenação-Geral do Proprevine no que se refere a esse ponto.

B) Registro de despesa relativa ao Termo de Execução Descentralizada 18/2014 em desacordo com a movimentação financeira da UG 110629 (Processo CGU 00190.012566/2014-06)

7. A CGU em conjunto com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) firmaram o Termo de Execução Descentralizada nº 18, de 4 de agosto de 2014, tendo por objetivo o estabelecimento de parceria visando capacitar servidores públicos federais no curso de formação para membros de comissões de processo administrativo disciplinar (PAD), conforme peça 59, p. 20 a 23 do TC 000.986/2015-1.
8. Em razão dessa parceria, a CGU, por meio da UG descentralizadora 110174 (Diretoria de Gestão Interna/SE/CGU), efetuou movimentação financeira de R 87.507,50 em favor da UG 170009 (Escola de Administração Fazendária) para pagamentos de despesas referentes à capacitação mencionada, conforme 2014PF001279, de 11/8/2014 (peça 59, p. 39).
9. Posteriormente, nos dias 5 e 26/12/2014, por meio das 2014PF001132 (peça 59, p. 69) e 2014PF001263 (peça 59, p. 70), nos valores de R 14.280,15 e R 4.911,14, respectivamente, a UG 170009 efetuou devolução de recursos não utilizados na capacitação em favor da UG 110174. Nesse sentido, a movimentação financeira líquida em favor da ESAF alcançou o montante de R 68.316,21.
10. Vale destacar que não há registro dessa transferência de recursos na UG 110629, relativa ao Programa Proprevine, apesar de os gastos relativos ao curso sobre PAD terem sido incluídos, pela Coordenação-Geral do Programa, no montante de desembolsos efetuados no exercício de 2014, conforme a Demonstração de Fluxo de Caixa anexa a este Relatório.
11. Acerca dessas despesas, constatou-se, com base no Anexo I do Ofício 7771/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 6/4/2015 (peça 106), que os gastos relativos ao curso de PAD foram apropriados no demonstrativo de fluxo de caixa pelo valor de R 50.258,76. Esse montante decorreu de despesas efetivamente pagas e por encargos tributários recolhidos por diversas unidades gestoras da ESAF, a exemplo das unidades 170115, 170155, 170132 e 170057, que se referem aos centros regionais de treinamento da ESAF nos estados do Rio de Janeiro (RJ), do Paraná (PR), de São Paulo (SP) e de Pernambuco (PE).
12. Inicialmente, a equipe de auditoria constatou que o registro das despesas relativas ao processo CGU 00190.012566/2014-06 foi efetuado em UG diversa da 110629 (Proprevine), o que não encontra amparo no item 5.1 do Manual de Execução do Proprevine (peça 31, p. 17).
13. Ademais, o registro do montante de R 50.258,76, relativo aos pagamentos efetuados por diversas UGs da ESAF, na Demonstração de Fluxo de Caixa subestima a movimentação financeira efetivamente realizada pela CGU em favor da Escola de Administração Fazendária, razão pela qual a equipe de auditoria entende necessário ressaltar a referida demonstração no que se refere a esse ponto.



Recomendações ao Sistema de Controle Interno

A.1 Não há designação formal dos especialistas do projeto, nem de seus substitutos.

Item 32) Recomendação:

Recomendamos à CGU que promova a designação formal dos especialistas financeiros, de aquisições e de monitoramento e avaliação.

A.2 Fragilidades no controle da execução financeira do Programa.

Item 42) Recomendações:

a) *à CGU: avaliar a oportunidade e conveniência de adoção de solução de TI que sistematize os pagamentos devidos e que crie rotina de pagamentos, de forma a facilitar o fluxo financeiro e evitar o excessivo número de planilhas eletrônicas. Ressalte-se que a solução aqui recomendada é extra SIAFI.*

b) *à CGU: avaliar a oportunidade e conveniência de criação de uma área específica de conformidade contábil na estrutura administrativa da própria CGU, que seja competente para revisar a contabilização das despesas.*

A.3 Falhas procedimentais nos processos de aquisição.

Item 49) Recomendações:

Dar ciência à CGU da necessidade de se observar, nos processos de aquisição que vierem a ser realizados:

- a) *a qualificação técnica dos licitantes, no caso da utilização de recursos da contrapartida local;*
- b) *os pareceres jurídicos exarados nos processos e, na hipótese de discordância, a elaboração de justificativa no caso da utilização de recursos da contrapartida local;*
- c) *a inclusão de cláusula que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco, conforme GN 2349-9, 1.14, "f";*
- d) *os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico para pagamento antecipado de despesa nos recursos de contrapartida; e*
- e) *os métodos de contratação previstos no contrato de empréstimo e no ordenamento jurídico brasileiro.*

Situações encontradas durante inspeções físicas no Programa

Item 56) Recomendação:

Recomenda-se que o inventário, feito anualmente, seja realizado com uma periodicidade menor e com uso de recursos automatizados, bem como que haja implementação de outros controles para mitigarem a divergência entre a real situação dos bens e a informação registrada no sistema de controle patrimonial.

A Controladoria Geral da União interpôs, junto ao Tribunal de Contas da União, Pedido de Reexame em face do Acórdão nº 995/2015-TCU-Plenário, que apreciou o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o sistema de controle interno do PROPREVINE, referentes ao período de 17/12/2013 a 31/12/2014, incidente sobre o Contrato de Empréstimo BID nº 2919/OC-BR, para que sane os vícios da decisão, para:

- a) suprimir as 2 (duas) ressalvas contidas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras básicas;



- b) suprimir o item referente a descumprimento de cláusula contratual (artigo 8.01, a, ii, das normas gerais do contrato de empréstimo);
- c) suprimir, do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno, atinente ao achado de auditoria intitulado “falhas procedimentais em alguns processos de aquisição”, a recomendação que se refira à observância de se instruir como dispensa de licitação processos que encartem Termo de Execução Descentralizada (item 49, alínea “b”);
- d) suprimir do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno, atinente ao achado de auditoria intitulado “falhas procedimentais em alguns processos de aquisição” a recomendação atinente à inclusão de cláusula que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco, conforme GN 2349-9, 1.14, “f” (item 49, alínea “c”);
- e) suprimir do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno, atinente ao achado de auditoria intitulado “falhas procedimentais em alguns processos de aquisição” a recomendação atinente ao pagamento antecipado de despesa para cursos internacionais (item 49, alínea “d”); e
- f) suprimir do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno, atinente ao achado de auditoria intitulado “falhas procedimentais em alguns processos de aquisição” a recomendação atinente à proibição de utilização do método “inscrição” (item 49, alínea “e”).

O relatório relativo ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015 apresentou as seguintes recomendações:

A) *Discrepâncias significativas entre as metas previstas para parte dos indicadores do programa e os resultados efetivamente apurados.*

Recomendação:

Recomendamos que a Coordenação Geral do PROPREVINE avalie a conveniência e oportunidade de:

- a) serem revisadas as estimativas de variação dos indicadores previstos na Matriz de Resultados para os anos 3, 4 e 5, de forma que os resultados esperados estejam mais adequados aos apurados nos dois primeiros anos de execução do programa; e*
- b) sejam inseridas notas explicativas nos futuros Relatórios Semestrais de Progresso, sempre que houver variação significativa entre a previsão de alteração dos indicadores e os resultados efetivamente apurados, de forma a tentar evidenciar as possíveis causas para distorções eventualmente identificadas.*

O relatório da segunda auditoria apresenta também uma avaliação do atendimento das recomendações constantes do primeiro relatório de auditoria. Assim, na visão da CGU, as recomendações foram praticamente atendidas, conforme a seguir:

A.1 *Não há designação formal dos especialistas do projeto, nem de seus substitutos. (Item 32)*

– Recomendação atendida.

A.2 *Fragilidades no controle da execução financeira do Programa.*

Item 42

- a) avaliar a oportunidade e conveniência de adoção de solução de TI que sistematize os pagamentos devidos e que crie rotina de pagamentos, de forma a facilitar o fluxo financeiro e evitar o excessivo número de planilhas eletrônicas. Ressalte-se que a solução aqui recomendada é extra SIAFI.*

– **O cumprimento dessa recomendação deverá ser oportunamente verificado.**



b) avaliar a oportunidade e conveniência de criação de uma área específica de conformidade contábil na estrutura administrativa da própria CGU, que seja competente para revisar a contabilização das despesas.

– A Auditoria não se manifestou a respeito.

A.3 Falhas procedimentais nos processos de aquisição.

Item 49

a) a qualificação técnica dos licitantes, no caso da utilização de recursos da contrapartida local;

– A verificação do cumprimento da recomendação tratada neste ponto deve ser realizada na próxima auditoria.

b) os pareceres jurídicos exarados nos processos e, na hipótese de discordância, a elaboração de justificativa no caso da utilização de recursos da contrapartida local;

– Recomendação atendida.

c) a inclusão de cláusula que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco, conforme GN 2349-9, 1.14, "f";

– A verificação do cumprimento da recomendação em tela deva ser feita na próxima auditoria.

d) os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico para pagamento antecipado de despesa nos recursos de contrapartida;

– Diante de todo o exposto, verifica-se que há situações excepcionais que justificam aceitar pagamento antecipado de despesas como, por exemplo, quando for, comprovadamente, a única alternativa para obter o bem ou assegurar a prestação de determinado serviço. Aceita-se a antecipação, também, no caso de contratações reiteradas pelo Poder Público de serviços oriundos de instituição internacional de reputação reconhecidamente ilibada, historicamente efetivadas com sucesso e com foco claro no interesse público.

e) os métodos de contratação previstos no contrato de empréstimo e no ordenamento jurídico brasileiro.

– Recomendação atendida.



9 LIÇÕES APRENDIDAS

A identificação das lições aprendidas ocorreu a partir do levantamento de informações nos relatórios de progresso elaborados desde o início da execução do PROPREVINE até 30/06/2016, consolidados no Quadro 20, bem como, nas respostas ao questionário aplicado para os gerentes de projeto do Programa, responsáveis por cada produto previsto na matriz de resultados, consolidados no Quadro 21.

O Quadro 20, que consolida as informações extraídas dos relatórios de progresso, destaca como lições aprendidas:

- Em relação à equipe envolvida no PROPREVINE, percebeu-se a necessidade de capacitação constante em relação aos normativos correlatos ao BID.
- O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
- É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas. Até o momento, em 2016, foram realizadas 3 reuniões gerais e deliberativas com os gerentes de projetos.
- As aprovações dos documentos de planejamento, como o PA e o POA no início do exercício orçamentário, para que as unidades tenham tempo hábil de iniciar seus processos de contratação e aquisição.
- Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano. Até o momento, em 2016, foram realizados 5 (cinco) informes orientativos da Coordenação Geral do PROPREVINE às áreas.

Do levantamento originado na aplicação dos questionários, consolidam-se no Quadro 21 as lições aprendidas, dentre as quais destacamos:

- Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando ao cumprimento do cronograma pré-estabelecido.
- Pela experiência adquirida na implementação de Planos anteriores, percebeu-se que o acompanhamento da execução das ações pactuadas deve ser feito de forma contínua, uma vez que muitos órgãos não se comprometem de forma plena à execução dos compromissos acordados.
- Deve-se incluir no planejamento da aquisição de um produto a sua divulgação de forma a efetivar a sua utilização por todos os servidores.
- Trabalhos que dependam da contribuição de diversas áreas requerem um planejamento prévio dos agendamentos de reuniões, com previsão de alternativas no caso de possíveis intercorrências. A definição de mais de um ponto focal por área auxiliou nesse processo. É necessário realizar um trabalho de sensibilização com as áreas sobre a importância da entrega tempestiva das informações solicitadas.
- O oferecimento de turmas sob demanda (para além das turmas de calendário regular) demonstrou-se um importante propulsor da Política, responsável por quase dobrar a quantidade de turmas oferecidas em 2016 a um custo relativamente baixo.



Quadro 20 Lições Aprendidas

1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016
1. Em relação à equipe envolvida diretamente no PROPREVINE, percebeu-se a necessidade de capacitação constante em relação aos normativos correlatos ao BID.	1. Em relação à equipe envolvida no PROPREVINE, percebeu-se a necessidade de capacitação constante em relação aos normativos correlatos ao BID.	1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.	1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.	1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
2. A necessidade de realizar reuniões periódicas com as Unidades Internas para alinhar entendimentos com a finalidade de melhorar a execução do programa.	2. A necessidade de realizar reuniões periódicas com as unidades beneficiárias para alinhar entendimentos com a finalidade de melhorar a execução do programa.	2. É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas.	2. É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas.	2. É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas. Até o momento, em 2016, foram realizadas 3 reuniões gerais e deliberativas com os gerentes de projetos.
3. As aprovações dos documentos de planejamento como o PA e o POA no início do exercício orçamentário, para que as unidades internas tenham tempo hábil de iniciar seus processos de contratação e aquisição.	3. As aprovações dos documentos de planejamento, como o PA e o POA no início do exercício orçamentário, para que as unidades tenham tempo hábil de iniciar seus processos de contratação e aquisição.	3. Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano.	3. Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano.	3. Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano. Até o momento, em 2016, foram realizados 5 (cinco) informes orientativos da Coordenação Geral do PROPREVINE às áreas.

Fonte: Relatórios de Progresso.



Quadro 21 Lições Aprendidas, por Produto

Código	Produto	Unidade	Lições Aprendidas
C1.P01	Proposta de política de comunicação	ASCOM	Melhoria do processo de definição do planejamento. Auxílio (recursos humanos) para as demandas específicas de planejamento e administração.
C1.P02	Reestruturação de salas de videoconferência	CRG	A articulação entre todas as áreas da CGU garantiu o pleno aproveitamento da solução de videoconferência, cujos benefícios alcançam a todas as funções institucionais do órgão.
C1.P03	Proposta de modelo de gestão por competências	DGI	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de atualização permanente de cumprimento das etapas e do cronograma.• Necessidade de comunicação tempestiva entre os envolvidos.• Necessidade de documentar e arquivar documentos relacionados ao projeto.
C1.P04	Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado	DGI	Deve-se incluir no planejamento da aquisição de um produto a sua divulgação de forma a efetivar a sua utilização por todos os servidores.
C1.P05	Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística	DGI	Trabalhos que dependam da contribuição de diversas áreas requerem um planejamento prévio dos agendamentos de reuniões, com previsão de alternativas no caso de possíveis intercorrências. A definição de mais de um ponto focal por área auxiliou nesse processo. É necessário realizar um trabalho de sensibilização com as áreas sobre a importância da entrega tempestiva das informações solicitadas.
C1.P06	Núcleos de especialização	DIE	Necessidade de planejamento antecipado das capacitações, como forma de amenizar possíveis problemas burocráticos e garantir a priorização das demandas caso ocorra contingenciamentos. Se não tivéssemos feito esse planejamento, não teríamos conseguido executar nenhuma das atividades previstas para 2016.
C1.P07	Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE	DIE	<ul style="list-style-type: none">• A necessidade de desenvolver trabalhos conjuntos com outras unidades de inteligência visando troca de experiências e, conseqüentemente, ampliação de conhecimentos técnicos na área.• Além disso, é preciso encontrar alternativas para aquisições de produtos internacionais, quando há restrições para contratação de soluções nacionais.
C1.P08	Estrutura institucional de capacitação e modernização	DIPLAD	<ul style="list-style-type: none">• Há receptividade por parte das instituições públicas de ensino para a celebração de acordos para oferecimento de vagas em cursos por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), método mais célere que uma contratação por meio licitatório.• A negociação com as Universidades Federais pode contemplar também o modelo em que a CGU concede servidores para atuarem como professores/orientadores e a instituição de ensino oferece em troca vagas nos cursos, como foi o caso do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2015 com a Universidade Federal do Espírito Santo.
C1.P09	Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos	DSI	Um ponto de suma importância foi a implantação gradual dos processos no sistema SEI, facilitando a absorção dos usuários e dando tempo para correção dos desvios encontrados.
C1.P10	Processos de Governança de TI revisados e internalizados	DSI	Deve-se prever, em futuras implementações de projetos como este, a possibilidade de atualização da metodologia de avaliação, como é o caso desse projeto que utilizou o COBIT 4.0, mas hoje já está desatualizado, pois a versão 5.0 é a vigente e não é mais possível alterar o projeto nessa etapa da implantação.
C1.P11	Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal	OGU	A implantação deste projeto esteve muito mais adstrita à capacidade operacional da CGU e da equipe envolvida do que dos recursos orçamentários disponíveis.
C1.P12	Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria	OGU	A implantação deste projeto esteve muito mais adstrita à capacidade operacional da CGU e da equipe envolvida do que dos recursos orçamentários disponíveis
C1.P13	Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados	CGU	<ul style="list-style-type: none">• Existência de servidores com competência para a condução de atividades relacionadas ao produto.• Disponibilidade de software de uso gratuito para apoiar o mapeamento de processos
C1.P14	Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada	SFC	Não houve implementação do produto.
C1.P15	Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle	SFC	Não há até o momento.
C1.P16	Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	CRG	Ações de qualificação técnica, a exemplo do 1º Encontro dos servidores das Unidades Regionais da CGU nas atividades correção, tendem a apresentar maior viabilidade de execução no atual contexto orçamentário, por exigirem menor custo e maior flexibilidade de execução.

Continua...



Continuação...

Código	Produto	Unidade	Lições Aprendidas
C2.P01	Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares	CRG	Ganhos no gerenciamento operacional dos cursos quando realizados no âmbito de parcerias com Escolas de Governo.
C2.P02	Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias	OGU	Neste caso, a proposta inicial ancorou-se em iniciativa de normatização que se encontrava fora da governabilidade da unidade executora, o que fez com que esta tivesse de adaptá-la ao longo do tempo. A própria ideia de canal único vem sendo objeto de questionamento, na medida que não prioriza a experiência do usuário e as peculiaridades dos serviços prestados pelas unidades de ouvidoria.
C2.P03	Kits de apoio às atividades das ouvidorias	OGU	A ideia inicial encontrou conjunto de problemas para a sua execução. O primeiro era que a previsão de entregas era inferior ao total de ouvidorias federais (300), assim, seria necessário fazer um diagnóstico geral a fim de estabelecer prioridades. Este diagnóstico, no entanto, somente poderia ser feito se todas as ouvidorias pudessem ser integradas. Além do mais, do ponto de vista conceitual, mostrou-se pouco racional utilizar recursos orçamentários da CGU para equipar ouvidorias de outros órgãos, muitos deles com mais recursos do que a CGU.
C2.P04	Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web	OGU	Neste caso, mais uma vez a implantação deste projeto esteve muito mais adstrita à capacidade operacional da CGU e da equipe envolvida do que dos recursos orçamentários disponíveis.
C2.P05	Cursos de capacitação em Ouvidoria	OGU	O oferecimento de turmas sob demanda (para além das turmas de calendário regular) demonstrou-se um importante propulsor da Política, responsável por quase dobrar a quantidade de turmas oferecidas em 2016 a um custo relativamente baixo.
C2.P06	Publicações da OGU	OGU	As dificuldades e riscos apresentados impediram, ao longo do tempo, que se pudesse trabalhar desde uma perspectiva planejada ao longo do ano para as edições.
C2.P07	Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal	SFC	Considerando a amplitude dos requisitos dos módulos a serem desenvolvidos e as restrições de pessoal da área de tecnologia da CGU, a opção de desenvolvimento interno dos módulos não se mostra adequada em função da experiência obtida com a construção do módulo sistema Monitor.
C2.P08	Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal	SFC	Necessidade de avanço na implementação da Metodologia de Priorização pelos órgãos e capacitação de seus gestores de forma prévia ao desenvolvimento da ferramenta, minimizando retrabalhos.
C2.P09	Sistema de conflito de interesses	STPC	No desenvolvimento de um sistema informatizado, somente a correta especificação dos documentos formais não é suficiente. Há que se usar intensivamente ferramentas que permitam o acompanhamento mais próximo da área.
C2.P10	Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	STPC	A metodologia a ser aplicada no programa deve ser a mais simples e direta possível, visto o estágio ainda inicial que o tema integridade é tratado na administração pública. Além disso, pelo fato de o Proprevine ser um projeto de longo prazo, caso o produto seja definido de maneira muito específica, como no caso em questão, pode haver dificuldades em se realizar ações correlatas ao produto, como, por exemplo, atuação junto a público-alvo diferente do definido originalmente, ou ações de divulgação do produto. Assim, a lição aprendida foi que a definição do produto deve ser muito bem pensada e, ao mesmo tempo, permitir certo grau de liberdade na execução, sempre levando em consideração o objetivo do componente.
C2.P11	Encontro de Corregedorias	CRG	Necessidade de alocação de equipe da CRG para o gerenciamento da organização do evento.
C2.P12	Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica	CRG	Pelo fato de o Proprevine ser um projeto de longo prazo, caso o produto seja definido de maneira muito específica, como no caso em questão, pode haver dificuldades em se realizar ações correlatas ao produto, como, por exemplo, atuação junto a público-alvo diferente do definido originalmente, ou ações de divulgação do produto. Assim, a lição aprendida foi que a definição do produto deve ser muito bem pensada e, ao mesmo tempo, permitir certo grau de liberdade na execução, sempre levando em consideração o objetivo do componente.
C2.P13	Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	CRG	Mudanças constantes nos normativos correccionais e na marca institucional da CGU não permitem o desenvolvimento de kits para distribuição em longo prazo.

Continua...



Conclusão...

Código	Produto	Unidade	Lições Aprendidas
C3.P01	Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	OGU	Trata-se de situação em que as contingências orçamentárias da unidade obrigaram a que esta buscasse fontes alternativas de recursos por meio de parcerias. No caso concreto, a parceria multilateral permitiu que o resultado ganhasse em escopo e em sustentabilidade.
C3.P02	Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria	OGU	Inicialmente, o produto previa a criação de terminais eletrônicos de atendimento em locais públicos. Tal produto foi descontinuado sob os mesmos argumentos utilizados no produto C2P3.
C3.P03	Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação	STPC	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de adaptar o formato das publicações à internet, com recursos mais interativos• Importância de adaptar as ações de capacitação (RedeSIC) a públicos diferentes• Importância da definição de fluxos e de processos automáticos para o desenvolvimento das atividades de monitoramento da Lei
C3.P04	Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD)	STPC	Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando ao cumprimento do cronograma pré-estabelecido.
C3.P05	Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto	STPC	Pela experiência adquirida na implementação de Planos anteriores, percebeu-se que o acompanhamento da execução das ações pactuadas deve ser feito de forma contínua, uma vez que muitos órgãos não se comprometem de forma plena à execução dos compromissos acordados
C3.P06	Novo Portal da Transparência	STPC	<ul style="list-style-type: none">• Cronograma e disponibilidade de projetos de alto porte, que integram bases de fontes diferentes e não necessariamente harmônicas entre si do ponto de vista tecnológico, devem ser flexibilizados para serem compatibilizados com eventuais mudanças imprevistas,• Revisões orçamentárias e de equipe se fazem frequentes e necessárias para manutenção de projetos complexos de porte que integram fontes fragmentadas;• Participação social deve estar presente em todas as fases do projeto, visto que o uso primordial da ferramenta é o de controle social
C3.P07	Portal do cidadão	STPC	Produto descontinuado.
C4.P01	Unidades ODP estaduais	DIE	<ul style="list-style-type: none">• Devido a diversidade de parceiros que tem tido dificuldades na implantação do projeto, há a necessidade de a CGU/DIE pesquisar e apresentar soluções, muitas vezes não vislumbradas pelos parceiros, para superação dos obstáculos.• Podemos citar como exemplo a diversidade na comunicação, onde foi providenciada uma solução de videoconferência de baixo custo para utilização pela Rede ODP, Skype for Business OnLine (SfB). Concomitantemente, esta solução também evitará custos elevados com diárias e passagens.
C4.P02	Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União	OGU	As execuções de ações relativas a este produto iniciaram-se sem planejamento, de forma que o desenho do produto, em si, deu-se após o início do dispêndio. A partir desta experiência, pode-se perceber a necessidade da melhoria da gestão dos recursos do Programa.
C4.P03	Cursos para gestores dos entes subnacionais	STPC	Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando ao cumprimento do cronograma pré-estabelecido.
C4.P04	Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente	STPC	Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando o cumprimento do cronograma pré-estabelecido.
C4.P05	Sistema de gestão de ações de prevenção	STPC	O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária.
C4.P06	Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção	CGR	A parceria com as Controladorias Regionais da União foi fator de sucesso para a realização dos cursos.

Fonte: Anexo I - Questionários aplicados.

 Produtos descontinuados.
 Produtos concluídos.



10 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

10.1 Conclusões

Dentre as principais conclusões da avaliação intermediária, destacamos as seguintes:

- O desenho do Programa foi elaborado de forma adequada para enfrentar os desafios identificados na CGU quando da preparação do Programa. Buscou-se fortalecer a infraestrutura para gestão de informações do Órgão e sustentar a execução do Programa.
- O Programa apresentou baixo desempenho financeiro. Ao final do primeiro semestre de 2016 o Programa apresentava um índice de execução financeira global de 16,31%, com execução de 15,26% dos recursos do financiamento e 17,88% dos recursos da contrapartida. No entanto, ao considerarmos o objetivo de desenvolvimento do Programa, verifica-se que, do ponto de vista físico, as metas estabelecidas foram superadas.
- A partir das informações levantadas, constata-se que existe atualmente um maior envolvimento das áreas beneficiárias do Programa. Entretanto, devido à complexidade das ações em curso, esse trabalho precisa ser intensificado.

10.2 Recomendações

Dentre as principais recomendações da avaliação intermediária, destacamos as seguintes:

- Realizar reuniões com os gerentes de projetos com vistas a discutir as experiências relacionadas com a implementação do Programa a fim de promover sinergias no âmbito do grupo de gestores.
- Intensificar a estratégia de comunicação e divulgação das atividades em execução, com o objetivo de ampliar o envolvimento e a internalização de seus efeitos nas áreas beneficiárias do Programa.
- Promover ações junto aos órgãos governamentais das áreas de planejamento e finanças com o propósito de garantir a alocação de recursos orçamentários suficientes para a adequada realização das ações do Programa.
- Apresentar ao Banco uma proposta de revisão das metas dos indicadores da Matriz de Resultado do Programa para os anos 3, 4 e 5, em especial dos indicadores de resultado e de produtos, de forma a adequá-los à realidade verificada nos anos 1, 2 e 3.
- Revisar as aquisições previstas para o projeto e ainda não realizadas e elaborar um novo cronograma de aquisições, considerando o tempo restante de execução do projeto e a efetiva possibilidade de realização das aquisições.
- Apresentar ao Banco uma proposta de reprogramação dos recursos orçamentários do Programa, em função da conclusão de alguns produtos com recursos inferiores aos originalmente programados ou pela utilização de recursos de outras fontes, ou ainda, em função da descontinuação de alguns produtos, conforme detalhado no Quadro 22. Julgamos recomendável considerar a alocação de recursos para o Componente Gestão do Projeto, uma vez que a execução financeira deste componente já alcançou 92,68% do orçamento previsto.



Quadro 22
Produtos Concluídos e Descontinuados

Em US\$

Produto	Situação	Orçamento Original	Recursos Utilizados	Saldo a Reprogramar
C1.P2 (CRG)	Concluído	129.166,67	80.125,45	49.041,22
C1.P5 (DGI)	Concluído	129.166,67	27.491,04	101.675,63
C1.P12 (OGU)	Concluído	133.333,33	-	133.333,33
C1.P14 (SFC)	Descontinuado	62.500,00	-	62.500,00
C2.P3 (OGU)	Descontinuado	140.166,67	-	140.166,67
C2.P9 (STPC)	Concluído	541.666,67	11.007,98	530.658,69
C3.P2 (OGU)	Descontinuado	86.333,33	-	86.333,33
C3.P7 (STPC)	Descontinuado	1.041.666,67	-	1.041.666,67
Total		2.264.000,01	118.624,47	2.145.375,54

- Atenção especial deve ser dedicada à execução dos Componentes II e IV em função dos baixos índices de execução financeira verificados nestes componentes.
- Na elaboração dos próximos PMRs realizar ajustes nas previsões anuais de desembolso dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 para a situação Previsto Ajustado P(a), de forma que o valor total coincida com o valor total da situação Previsto (P). Da mesma forma, há que se considerar a necessidade de ajustes da situação **Previsto Ajustado P(a)** para os exercícios 2014, 2015 e 2016 de forma que o valor de P(a) coincida com o valor da situação Alcançado (A).
- Para a sustentabilidade da capacidade institucional recomenda-se, em geral, a manutenção do quadro atual da equipe; a continuidade do processo de capacitação sistemático e continuado da equipe; a ampliação do envolvimento das demais áreas na execução do Programa visando desencadear um processo que permita identificar as oportunidades de melhoria de forma contínua.



11 PLANO DE AÇÃO DE CORREÇÃO E AJUSTES

Considerando o levantamento de informações realizado a partir do questionário aplicado, o Quadro 23 apresenta as ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades na implementação do PROPREVINE, propostas pelos gerentes de projetos.

O Quadro 24 avalia as metas físicas e financeiras de cada produto da Matriz de Resultados e o seu alcance em termos percentuais; avalia a probabilidade de alcance da meta física e o risco da meta financeira, de acordo com os critérios estabelecidos ao final do Quadro que consideram decorrido a metade do tempo de execução do Programa; apresenta a situação e a avaliação de cada produto; e sugere, eventualmente, ações de correção e ajustes para cada produto.



Quadro 23
Ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades

Código	Produto	Unidade	Ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades
C1.P01	Proposta de política de comunicação	ASCOM	Redefinição de ações e prioridades para alcance do produto em 2017 e 2018. Para aditamento do Plano de Aquisições 2017, solicitamos à DIPLAD a inclusão: 1 - Equipamento Audiovisual (Foto e Vídeo): R\$ 30 mil 2 - Material Publicitário - Confecção de Grids de Entrevista (Banner Móvel): R\$ 12 mil
C1.P02	Reestruturação de salas de videoconferência	CRG	Não há dificuldade a ser mitigada.
C1.P03	Proposta de modelo de gestão por competências	DGI	Não houve.
C1.P04	Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado	DGI	Como estratégia para mitigação de dificuldades, sugere-se que as áreas, ao adquirir produtos no âmbito do PROPREVINE, preocupem-se com a sua divulgação, no intuito de propagar a sua utilização pelos servidores da CGU.
C1.P05	Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística	DGI	O projeto inicial levantou alguns pontos de atenção para mitigação de possíveis dificuldades, como por exemplo levantamento da disponibilidade de agenda das áreas e prazo de devolução das respostas pelas áreas. O planejamento realizado permitiu que as diversas intercorrências do período não prejudicassem a entrega dos produtos.
C1.P06	Núcleos de especialização	DIE	<ul style="list-style-type: none">Definições antecipadas dos cursos a serem solicitados e observância dos fluxos e dos procedimentos padronizados.Já a questão orçamentária está fora do controle da equipe responsável pela execução do produto C1.P6.
C1.P07	Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE	DIE	<ul style="list-style-type: none">Com a implantação dos laboratórios de Big Data e de Análise e Computação Forense, a DIE poderá ampliar sua atuação, desenvolvendo trabalhos conjuntos com outras unidades internas da CGU e outros órgãos de inteligência do governo federal.Para resolver a dificuldade de fornecedores de soluções adequadas no Brasil para software de computação forense, entramos em contato com fornecedores internacionais sugerindo que participassem da licitação através de parceiros/representantes brasileiros. Só assim conseguimos fornecedores suficientes para viabilizar a licitação.Já em relação ao problema com a empresa vencedora, vislumbramos a realização de outra licitação. Como alternativa, estamos estudando a possibilidade de adquirir a ferramenta diretamente com o fornecedor internacional, proprietário do software necessário
C1.P08	Estrutura institucional de capacitação e modernização	DIPLAD	A mitigação para evitar a demora na celebração das parcerias ocorre por meio de contato contínuo com os representantes dos parceiros.
C1.P09	Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos	DSI	<ul style="list-style-type: none">Não vemos a necessidade de intervenção para correção, visto que pretendemos atingir o indicador ainda em 2017.No entanto, com o crescimento da utilização dos sistemas e a implantação de mais processos, poderá ser necessário a aquisição de mais infraestrutura a fim de suportar adequadamente o sistema em termos de performance, segurança e disponibilidade.
C1.P10	Processos de Governança de TI revisados e internalizados	DSI	Não se aplica.
C1.P11	Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal	OGU	Não se aplica.
C1.P12	Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria	OGU	Não se aplica.
C1.P13	Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados	CGU	<ul style="list-style-type: none">A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional orientou as unidades sobre o mapeamento dos processos de trabalho utilizando a ferramenta Bizagi, além de apoiá-las durante o processo de mapeamento.Atualmente, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional está desenvolvendo metodologia própria para mapeamento de processos.
C1.P14	Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada	SFC	As dificuldades para execução do produto estão relacionadas a disponibilidade de pessoal para condução de mais uma revisão desse processo e disponibilidade orçamentária em face aos demais projetos da Secretaria Federal de Controle Interno.
C1.P15	Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle	SFC	A priorização da alocação de recursos associados ao produto e a implementação de ações de capacitação visando a alteração de paradigmas na cultura organizacional.
C1.P16	Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	CRG	Os impactos dos cortes orçamentários são analisados pelo Comitê de Coordenação Estratégica do Proprevine, instância competente para decisão quanto ao posicionamento estratégico da CGU face às dificuldades inerentes ao atual contexto orçamentário do país.

Continua...



Continuação...

Código	Produto	Unidade	Ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades
C2.P01	Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares	CRG	Não há dificuldade a ser mitigada.
C2.P02	Sistema integrado OGU - demais Ouvidorias	OGU	Implantação de plataforma para recebimento de informações das ouvidorias, fortalecimento dos canais institucionais no âmbito da rede nacional de ouvidorias, e ampliação de esforços para aprovação e publicação do Decreto de criação do SISOUV – Sistema Federal de Ouvidorias.
C2.P03	Kits de apoio às atividades das ouvidorias	OGU	Não se aplica.
C2.P04	Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web	OGU	Estabelecimento de estudos e estratégias para ampliação do engajamento nos canais de ouvidoria e no portal, por parte dos cidadãos; e de ampliação do uso dos produtos de TI por parte das ouvidorias
C2.P05	Cursos de capacitação em Ouvidoria	OGU	Não se aplica.
C2.P06	Publicações da OGU	OGU	As principais dificuldades para atingimento da meta dizem respeito à falta de priorização deste produto em cenários de insuficiência orçamentária. Nesse sentido, uma das possibilidades aventadas seria a priorização de e-books, com publicação em meio físico de pequenas tiragens. Tal solução, embora atenda à meta física do Programa, não se apresenta como solução que priorize a eficiência do gasto, visto que o custo unitário do exemplar impresso tenderia a aumentar, e o impacto da publicação, a diminuir.
C2.P07	Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal	SFC	Em função da restrição de pessoal na Diretoria de Tecnologia da Informação, optou-se por utilizar uma fábrica de software para continuar o desenvolvimento dos produtos.
C2.P08	Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal	SFC	Necessidade de avanço na implementação da Metodologia de Priorização pelos órgãos e capacitação de seus gestores de forma prévia ao desenvolvimento da ferramenta, minimizando retrabalhos.
C2.P09	Sistema de conflito de interesses	STPC	Sugerimos a adoção de metodologia mais moderna para desenvolvimento de software, com menor ênfase em documentos formais como casos de uso e regras de negócio, acompanhada de ferramentas tecnológicas adequadas para tal, além da contratação de fábrica de software com maior capacidade técnica.
C2.P10	Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	STPC	Não há nenhuma ação a ser tomada para a correção/mitigação das dificuldades.
C2.P11	Encontro de Corregedorias	CRG	Dificuldade na contratação de serviço de evento dentro dos parâmetros de custo e qualidade desejados (propostas recebidas muito superiores ao orçamento disponível no exercício). Na quinta edição do Encontro de Corregedorias, a ser realizada no Ano 5 (2018) do Programa, prevê-se o início das gestões para a contratação ainda no primeiro trimestre do exercício, a fim de mitigar tais dificuldades.
C2.P12	Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica	CRG	A principal ação a ser tomada é a contratação de empresa de eventos pela CGU.
C2.P13	Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	CRG	Nos testes de aceite do pen-card foram identificadas falhas de operação; as quais foram corrigidas após tratativas com o fornecedor.

Continua....



Conclusão...

Código	Produto	Unidade	Ações a serem adotadas para correção/mitigação das dificuldades
C3.P01	Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	OGU	Não se aplica.
C3.P02	Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria	OGU	Não se aplica.
C3.P03	Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação	STPC	<ul style="list-style-type: none">• Automação de processos de monitoramento• Obtenção de ferramenta para gestão documental dos processos de monitoramento• Publicações de orientações em formato de FAQ no site www.lai.gov.br• Produção de orientações em formatos de vídeo ou infográficos
C3.P04	Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD)	STPC	A contratação de empresa especializada foi uma ação adotada porque a instituição não dispõe de pessoas com conhecimento na área. Assim, caberá aos servidores da CGU apenas a produção do conteúdo dos cursos.
C3.P05	Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto	STPC	A principal ação a ser adotada para mitigar as dificuldades seria o aprimoramento do processo de acompanhamento das ações do Plano junto aos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Ademais, a melhoria dos mecanismos de comunicação acerca do trabalho desenvolvido pela Parceria para Governo Aberto se apresenta essencial para corrigir as dificuldades apresentadas
C3.P06	Novo Portal da Transparência	STPC	<ul style="list-style-type: none">• Negociar com o SERPRO uma licença temporária gratuita de acesso ao novo serviço de fornecimento de dados, mesmo antes de formalizado o contrato com a referida empresa pública;• Contratar consultoria especializada nos sistemas mais críticos utilizados pelo Portal, a exemplo do SIAFI, para que possamos diminuir a curva de aprendizado.• Buscar apoio dos órgãos gestores dos sistemas estruturantes do governo federal para a internalização de conhecimento sobre a estrutura interna de seus sistemas.
C3.P07	Portal do cidadão	STPC	Produto descontinuado.
C4.P01	Unidades ODP estaduais	DIE	<ul style="list-style-type: none">• Quanto aos estados e tribunais de contas a atuação é sensível, pois são entes de outra esfera e poder, mas a DIE tem apoiado os parceiros prestando orientações técnicas para superar algumas dificuldades na área da tecnologia e capacitação de recursos humanos.• A CGU/DIE, coordenadora do projeto, irá fomentar a consolidação das informações estratégicas, a fim de mitigar as dificuldades encontradas. Para tanto, estará propondo parceria com o TCU, com a finalidade de unir as informações naquele ente e por conseguinte, a CGU/DIE capturará as informações para disponibilizar para todos os integrantes da Rede ODP.
C4.P02	Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União	OGU	Até o presente, a ação tem sido executada de forma pouco ordenada. Em 2017, pretende-se executar projeto que, de forma sistemática, possa dotar as superintendências de material de apoio e de condições para exercício de atividades de ouvidoria previstas nos planos operacionais do biênio 2017-2018.
C4.P03	Cursos para gestores dos entes subnacionais	STPC	Produto descontinuado.
C4.P04	Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente	STPC	Reuniões periódicas com a empresa responsável pelo desenho e implementação do sistema são realizadas com o objetivo de acompanhar o trabalho e mitigar as dúvidas sobre os requisitos.
C4.P05	Sistema de gestão de ações de prevenção	STPC	O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária.
C4.P06	Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção	CGR	Dificuldades operacionais na realização de turma no interior dos Estados, o que ensejou a oferta de vagas nas capitais das Unidades Federativas.

Fonte: Anexo I - Questionários aplicados.

	Produtos descontinuados.
	Produtos concluídos.



Quadro 24 Plano de Ação de Correção e Ajustes

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C1.P1	Proposta de política de comunicação (ASCOM)	1	0	0,00%	2017	270.833,33	4.250,94	1,57%	Improável	Alto	Não iniciado	Insatisfatória	- Revisar o produto e definir as ações a serem desenvolvidas. - Redimensionar o orçamento. - Redimensionar equipe responsável pela execução do produto.
C1.P2	Reestruturação de salas de videoconferência (CRG)	4	4	100,00%	2016	129.166,67	80.125,45	62,03%	Meta Alcançada	Não há risco	Concluído	Muito Satisfatória	- Realocar o saldo dos recursos do produto para outras ações do Programa.
C1.P3	Proposta de modelo de gestão por competências (DGI)	1	0	0,00%	2018	708.333,33	84.467,36	11,92%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- O título do projeto diverge as informações extraídas do PMR e Matriz de Resultados. - As informações financeiras corrigidas no questionário divergem do PMR 1º Sem 2016. - Divulgar o modelo de Gestão por Competências para os servidores da CGU. - Treinar servidores para utilização do sistema e da metodologia adotada. - Realizar manutenção do Sistema GestCom e atualizar permanentemente as
C1.P4	Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado (DGI)	1	0	0,00%	2018	604.166,67	28.136,87	4,66%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Incluir no planejamento da aquisição de um produto a sua divulgação de forma a efetivar a sua utilização por todos os servidores.
C1.P5	Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística (DGI)	1	1	100,00%	2016	129.166,67	27.491,04	21,28%	Meta Alcançada	Não há risco	Concluído	Muito Satisfatória	- Realizar um trabalho de sensibilização com as áreas sobre a importância da entrega tempestiva das informações solicitadas. - Encaminhar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade para aprovação do Arquivo Nacional. - Realocar o saldo dos recursos do produto para outras ações do Programa.
C1.P6	Núcleos de especialização (DIE)	2	0	0,00%	2017	479.166,67	2.853,80	0,60%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	
C1.P7	Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE (DIE)	4	3	75,00%	2017	541.666,67	275.442,08	50,85%	Muito Provável	Baixo	Em execução	Satisfatória	- Firmar parcerias com outras unidades de inteligência para trabalhos conjuntos.
C1.P8	Estrutura institucional de capacitação e modernização (DIPLAD)	1	0	0,00%	2018	1.315.833,33	276.626,35	21,02%	Provável	Médio	Em execução	Satisfatória	
C1.P9	Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos (DSI)	95	58	61,05%	2017	958.333,33	84.855,24	8,85%	Muito Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Renovar todo ano o suporte e atualização da solução que sustenta o sistema.
C1.P10	Processos de Governança de TI revisados e internalizados (DSI)	15	0	0,00%	2017	5.000.000,00	993.733,32	19,87%	Improável	Médio	Em execução	Satisfatória	- Renovar todo ano o suporte e atualização da solução que sustenta o sistema.

Continua ...



Continuação...

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C1.P11	Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal (OGU)	1	0	0,00%	2018	158.333,33	16.027,10	10,12%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Ajustar o cronograma de desembolso dos recursos do produto.
C1.P12	Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria (OGU)	1	1	100,00%	2016	133.333,33	0,00	0,00%	Meta Alcançada	Não há risco	Concluído	Muito Satisfatória	- Analisar a conveniência e oportunidade para o reconhecimento de contrapartida dos gastos efetivamente realizados. - Realocar o saldo dos recursos do produto para outras ações do Programa.
C1.P13	Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados	32	0	0,00%	2018	1.958.333,33	296.155,49	15,12%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Mapear processos de trabalho utilizando a ferramenta Bizagi. - Desenvolver metodologia própria para mapeamento de processos.
C1.P14	Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC)	2	0	0,00%	2017	62.500,00	0,00	0,00%	Improável	Alto	Descontinuado	Insatisfatória	- Realocar o saldo dos recursos do produto para outras ações do Programa.
C1.P15	Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle (SFC)	18	0	0,00%	2017	4.000.000,00	1.363.715,16	34,09%	Provável	Baixo	Em execução	Satisfatória	- Implementar ações de capacitação visando a alteração de paradigmas na cultura organizacional.
C1.P16	Aparelhamento da Corregedoria Geral da União (CRG)	1	0	0,00%	2018	120.833,33	8.711,11	7,21%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Dilação do prazo de execução do produto com vistas a garantir pleno êxito em sua consecução.
Subtotal - Componente 1						16.569.999,99	3.542.591,31						

(1) As informações de "Metas Físicas" e "Metas Financeiras" consideram a situação em 30/06/2016 e foram extraídas da Matriz de Resultados e do PMR relativo ao 1º Semestre de 2016.

Continua ...



Continuação...

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C2.P1	Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares (CRG)	5.000	2.244	44,88%	2018	541.666,67	63.101,67	11,65%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- As informações das metas físicas corrigidas no questionário divergem do PMR 1º Sem 2016.
C2.P2	Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias (OGU)	1	1	100,00%	2016	150.000,00	20.247,98	13,50%	Muito Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Ajustar o cronograma de desembolso dos recursos do produto. - As informações das metas físicas do PMR dão a entender que a meta foi alcançada. No entanto, a OGU propõe, no questionário, que seja prorrogado para 2018 o alcance da meta.
C2.P3	Kits de apoio às atividades das ouvidorias (OGU)	26	0	0,00%	2016	140.166,67	0,00	0,00%	Improvável	Alto	Descontinuado	Insatisfatória	- Realocar o saldo dos recursos do produto para outras ações do Programa.
C2.P4	Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web (OGU)	1	0	0,00%	2017	1.041.666,67	17.562,43	1,69%	Improvável	Alto	Em execução	Insatisfatória	- Estabelecer estudos e estratégias para ampliação do engajamento nos canais de ouvidoria e no portal, por parte dos cidadãos. - Ampliar o uso dos produtos de TI por parte das ouvidorias. - Ajustar o cronograma de desembolso dos recursos do produto. - Prorrogar o alcance da meta para 2018.
C2.P5	Cursos de capacitação em Ouvidoria (OGU)	68	36	52,94%	2018	625.000,00	19.117,46	3,06%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Ajustar o cronograma de desembolso dos recursos do produto. - Ampliar e ajustar as metas físicas do produto. - Em função do baixo índice de execução financeira e o bom índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C2.P6	Publicações da OGU (OGU)	8	4	50,00%	2018	250.000,00	18.004,26	7,20%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Ajustar o cronograma de desembolso dos recursos do produto. - Ampliar e ajustar as metas físicas do produto. - Em função do baixo índice de execução financeira e o bom índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos. - Priorizar publicações de e-books, com publicação em meio físico de pequenas tiragens.
C2.P7	Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal (SFC)	4	1	25,00%	2018	833.333,33	16.332,90	1,96%	Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C2.P8	Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (APF) (CGU)	1	0	0,00%	2018	875.000,00	0,00	0,00%	Provável	Alto	Em execução	Insatisfatória	- Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C2.P9	Sistema de conflito de interesses (STPC)	1	1	100,00%	2016	541.666,67	11.007,98	2,03%	Meta Alcançada	Não há risco	Concluído	Muito Satisfatória	- Adotar metodologia mais moderna para desenvolvimento de software, com menor ênfase em documentos formais como casos de uso e regras de negócio, acompanhada de ferramentas tecnológicas adequadas para tal. - Contratar fábrica de software com maior capacidade técnica.
C2.P10	Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (STPC)	1	0	0,00%	2017	500.000,00	0,00	0,00%	Improvável	Alto	Em execução	Insatisfatória	- Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.

Continua ...



Continuação...

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C2.P11	Encontro de Corregedorias (CRG)	2	1	50,00%	2016	166.666,67	0,00	0,00%	Muito Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Alocar equipe da CRG para o gerenciamento da organização do evento. - Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C2.P12	Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (CRG)	2	1	50,00%	2017	166.666,67	0,00	0,00%	Muito Provável	Alto	Em execução	Satisfatória	- Contratar empresa de eventos pela CGU. - Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C2.P13	Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)	1.000	698	69,80%	2018	29.166,67	2.896,67	9,93%	Provável	Alto			
Subtotal - Componente 2						5.861.000,02	168.271,35						

(1) As informações de "Metas Físicas" e "Metas Financeiras" consideram a situação em 30/06/2016 e foram extraídas da Matriz de Resultados e do PMR relativo ao 1º Semestre de 2016.

Continua ...



Continuação...

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C3.P1	Estudos sobre a implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso à Informação (OGU)	3		0,00%	2018	104.166,66		0,00%	Provável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	- Em função do baixo índice de execução financeira e o índice de execução física, analisar a conveniência de reprogramar o montante de recursos previstos.
C3.P2	Terminais de recebimento de manifestação de Ouvidoria (OGU)	30		0,00%	2017			#DIV/0!	Improvável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	Em função da decisão de se descontinuar a execução deste produto, recomenda-se a realização de reprogramação orçamentária para fazer uso de recursos não utilizados
C3.P3	Proposta de Política de Aprofundamento, Avaliação e Monitoramento da Lei de Acesso a Informação (STPC)	1		0,00%	2017	381.516,38	431.429,05	113,08%	Muito Provável	Baixo	Em execução	Muito Satisfatória	A implementação do produto está em desenvolvimento com baixo risco de realização
C3.P4	Curso de Ensino à Distância em Transparência e Controle Social - EAD (STPC)	7		0,00%	2017	381.916,65	2.739,33	0,72%	Improvável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	A implementação do produto não foi iniciada, sugere-se iniciar os procedimentos licitatórios para realização do produto no tempo restante do projeto.
C3.P5	Modelo de Gestão e Atuação do Executivo Federal na parceria para Governo aberto (STPC)	1		0,00%	2016	216.106,79	31.714,83	14,68%	Provável	Alto	Em execução	Insatisfatória	A avaliação do questionário supera o prazo coberto por este relatório, mesmo assim a execução é baixa necessitando de agilidade na implementação do Produto.
C3.P6	Novo Portal da Transparência (ST)	1		0,00%	2016	890.413,55	384.794,84	43,22%	Muito Provável	Baixo	Em execução	Muito Satisfatória	Execução regular
C3.P7	Portal do Cidadão (STPC)	1		0,00%	2017			#DIV/0!	Improvável	#DIV/0!	descontinuado	insatisfatória	produto descontinuado.
Subtotal - Componente 3						1.974.120,03	850.678,05						

(1) As informações de "Metas Físicas" e "Metas Financeiras" consideram a situação em 30/06/2016 e foram extraídas da Matriz de Resultados e do PMR relativo ao 1º Semestre de 2016.

Continua ...



Conclusão...

Código do Produto	Título do Produto	Meta Física ⁽¹⁾				Meta Financeira (Em US\$) ⁽¹⁾			Probabilidade de Alcance da Meta Física	Risco (Meta Financeira)	Situação	Avaliação	Plano de Ação de Correção e Ajustes
		Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)	Ano da Meta	Previsto (P)	Alcançado (A)	% (A/P)					
C4.P1	Unidade ODP Estaduais (DIE)	1	7	700,00%	2016	125.000,00	6.078,30	4,86%	Muito Provável	Não há risco	Em execução	Muito Satisfatório	Meta ultrapassada, produto encontra-se ainda em execução indicando que deverá ser em muito superada
C4.P2	Kits de Apoio às Atividades das regionais da Controladoria-Geral da União (OGU)	17		0,00%	2016	85.671,86	4.562,33	5,33%	Improvável	Alto	Em execução	Insatisfatória	Previsão de implementação efetiva para 2017, mas improvável caso não haja uma ação muito forte e imediata por parte dos gestores.
C4.P3	Cursos para Gestores dos entes Subnacionais (STPC)	7		0,00%	2016	479.166,66		0,00%	Improvável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	Produto em fase de desenvolvimento.
C4.P4	Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (STPC)	1		0,00%	2017	198.125,22		0,00%	Improvável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	Produto em fase de desenvolvimento.
C4.P5	Sistema de Gestão de Ações de Prevenção (STPC)	1		0,00%	2016	291.666,66		0,00%	Improvável	Alto	Não Iniciado	Insatisfatória	Em virtude da possibilidade de descontinuação do produto, sugere-se reprogramação orçamentária.
C4.P6	Cursos ..gestores estauais e	10	5	50,00%	2016	260.416,66	46.100,65	17,70%	Muito Provável	Médio	Em execução	Muito Satisfatório	Meta ultrapassada, produto encontra-se em execução indicando que deverá ser cumprida.
Subtotal - Componente 4						1.440.047,06	56.741,28						

(1) As informações de "Metas Físicas" e "Metas Financeiras" consideram a situação em 30/06/2016 e foram extraídas da Matriz de Resultados e do PMR relativo ao 1º Semestre de 2016.

Probabilidade de Alcance da Meta Física		
Descrição	De	Até
Muito Provável	37,50%	50,00%
Provável	25,00%	37,50%
Pouco Provável	12,50%	25,00%
Improvável	0,00%	12,50%
Meta Alcançada		

Risco (Meta Financeira)		
Descrição	De	Até
Alto	0,00%	16,50%
Médio	16,50%	33,00%
Baixo	33,00%	50,00%
Não há risco		

Situação
Não iniciado
Em execução
Concluído
Descontinuado

Avaliação
Muito Satisfatório
Satisfatória
Insatisfatória



ANEXOS

1. QUESTIONÁRIO APLICADO E RESULTADOS AUFERIDOS



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
Secretaria Executiva
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional



Banco Interamericano de Desenvolvimento

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

**Relatório Final de
Avaliação Intermediária de Programa**

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO E RESULTADOS AUFERIDOS

Brasília (DF), fevereiro de 2017



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

**Relatório Final de
Avaliação Intermediária de Programa**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (*OUTCOME*)

(Componentes)

QUESTIONÁRIO APLICADO

ANÁLISE DO INDICADOR:

Explique brevemente os fatores que determinaram o desvio entre o planejado e o alcançado.

ANÁLISE DE RISCOS

Identifique os possíveis riscos para o alcance dos efeitos pretendidos.

LIÇÕES APRENDIDAS

Descreva eventuais lições aprendidas decorrentes da implementação deste componente.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

Descreva as ações necessárias para a sustentabilidade deste efeito.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Descreva em que medida você entende que o efeito alcançado/pretido contribuiu ou irá contribuir para o alcance do objetivo do projeto.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Descreva quaisquer outras informações relevantes ocorridas.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU.

Indicador 1:

Índice de Clima Organizacional (DGI)¹.

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Índice	2,54	2011	P	2,54	2,54	2,20	1,90	1,60	1,60	Pesquisa Interna (DGI)
			P(a)	2,54	2,54	2,20	1,90	1,60	1,60	
			A	2,54	2,54	-				

ANÁLISE DO INDICADOR

No ano de 2016, foi identificada oportunidade de melhoria do instrumento da pesquisa, que resultou em criação de um grupo de trabalho que ainda se encontra com os trabalhos em andamento. O indicador só poderá ser aferido após o mês de março de 2017, relativo ao ano de 2016.

ANÁLISE DE RISCOS

Observa-se que o indicador foi bastante sensível à descontinuidade da gestão.

LIÇÕES APRENDIDAS

A priorização e sustentabilidade das ações, no âmbito do plano de intervenções, construído após a consolidação dos resultados, é imprescindível para evolução do Índice.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

Para que se possa produzir resultados evolutivos, o plano de intervenções deverá ser formalizado, contendo ações, cronograma, responsáveis, orçamento, entre outras informações, e ter condições satisfatórias para sua execução.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Entende-se que o fortalecimento da CGU está estritamente vinculado ao grau de satisfação e motivação dos servidores que a compõem.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

¹A pesquisa de clima organizacional, ocorrida na CGU durante os meses de abril e maio de 2011, contemplou, em duas perguntas distintas, avaliação de fatores motivacionais e satisfação dos servidores para cada um desses fatores. O índice de clima organizacional destacou os 5 fatores de motivação considerados mais importantes e, para esses, correlacionou o nível de satisfação dos servidores, cuja nota considerou escala de 1 a 4, sendo 1 o melhor e 4 o pior. Os fatores considerados foram (i) treinamentos oferecidos; (ii) qualidade dos trabalhos realizados na CGU; (iii) clima organizacional; (iv) ser valorizado e reconhecido pelo trabalho que executa; e (v) gostar do trabalho que executa. Assim, o índice pode ser representado como:
 $ICO = [S1 + S2 + S3 + S4 + S5] / 5$.

Onde: Si é média ponderada das notas dadas pelos respondentes da pesquisa, a cada um dos 5 fatores de motivação elencados. A pesquisa terá periodicidade de reaplicação definida durante o projeto. A partir do primeiro ano, os fatores motivacionais considerados no índice se manterão constantes.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU.

Indicador 2:

Índice de retrabalho – Média de revisões por ação de controle (SFC).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Índice	0,44	2012	P	0,44	0,44	0,44	0,4	0,35	0,35	Sistema Novo Ativa
			P(a)	0,44	0,44	0,44	0,4	0,35	0,35	
			A	0,46	0,52	0,47				

ANÁLISE DO INDICADOR

O indicador se propõe a avaliar o retrabalho dos auditores durante o processo de supervisão das auditorias. Mede o percentual de auditorias em que foram necessárias alterações no conteúdo (Relatório e Papéis de Trabalho) original registrado no sistema Ativa, podendo ser uma aproximação da aderência dos auditores a um processo técnico estabelecido e consolidado.

ANÁLISE DE RISCOS

Os aprimoramentos nos processos de trabalho decorrentes das alterações de exigências do contexto institucional (ampliação de áreas auditadas, alinhamento a normas internacionais e incremento da complexidade) naturalmente geram assimetria informacional entre os auditores. Fruto dessa assimetria o processo de revisão pode ser mais intenso e necessário para garantir a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Assim, os processos de gestão de mudanças, gestão das comunicações e capacitações deverão ser reforçados para o atingimento da meta prevista, reduzindo os impactos nos custos associados ao processo de auditoria e fiscalização.

LIÇÕES APRENDIDAS

A principal questão relacionada a este indicador e a este componente é a necessidade de planejar as mudanças, elaborar um adequado plano de comunicação e fortalecer as ações de capacitação para prover as mudanças na cultura organizacional.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

A implementação do Programa de Qualidade, ação que deverá ter curso acelerado em 2017, evidenciará as causas associadas a eventuais dificuldades nos processos de supervisão, permitindo a identificação e atuação de forma mais tempestiva na solução das mesmas.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O indicador revela a necessidade de melhorar a articulação interna das atividades de auditoria e fiscalização visando a melhoria da eficiência dos trabalhos e o aprimoramento dos resultados oriundos das auditorias na gestão pública. Construir coletivamente as competências necessárias para a realização de auditorias que agreguem melhorias a gestão é elemento fundamental para o cumprimento das competências constitucionais e legais, bem como propulsor para a adesão dos gestores às recomendações emitidas.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Não há.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU.

Indicador 3:

Nível de maturidade dos processos relacionados à governação de TI da CGU, segundo a metodologia Cobit 4.1 (DSI).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Índice	2	2011	P	2	2	2	2	3	3	Metodologia Cobit ²
			P(a)	2	2	2	2	3	3	
			A	2	2	2				

ANÁLISE DO INDICADOR

ANÁLISE DE RISCOS

LIÇÕES APRENDIDAS

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

QUESTIONÁRIO NÃO RESPONDIDO

O questionário relativo a este indicador de resultado não foi respondido.

A análise foi realizada com base no Questionário do Produto C1.P10.

² A Metodologia Cobit é estruturada com 6 níveis de maturidade de 0 (zero) inexistente a 5 (cinco) otimizado.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 2:

Apoio a melhoria da gestão governamental federal.

Indicador 1:

Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU³.

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
R\$ Bilhões	2,33	2012	P	2,33	2,33	2,50	2,75	3,00	3,00	Relatório de Gestão da CGU
			P(a)	2,33	2,33	2,50	2,75	3,00	3,00	
			A	7,54	2,38	2,84				

ANÁLISE DO INDICADOR

O indicador mede impactos financeiros positivos observados na gestão pública resultantes da implementação por parte dos gestores públicos de recomendações provenientes das atividades do controle interno, portanto, proveniente do trabalho conjunto do controle interno e do gestor federal.

ANÁLISE DE RISCOS

Os principais riscos associados ao componente derivam do baixo grau de maturidade de institucionalização das políticas públicas nos responsáveis pela sua condução, fragilidades dos arranjos interinstitucionais associados, em especial quando há descentralização de recursos. Acrescente-se ainda, insuficiência de estrutura e alta rotatividade dos gestores condutores das políticas públicas, eventualmente a preponderância de decisões políticas sob as técnicas e limitações da capacidade operacional da Auditoria Interna bem como fragilidades em sua atuação a serem mitigadas no âmbito deste Projeto em curso.

LIÇÕES APRENDIDAS

A participação dos gestores desde a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria amplia a probabilidade de implementação das recomendações que propiciam a melhoria da gestão governamental federal. A emissão de opinião estruturada com base em metodologia de suporte estatístico também proporciona menores resistências quando às opiniões de auditoria, facilitando o convencimento dos gestores sobre a necessidade de implementação das recomendações.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

As reavaliações dos fluxos de trabalhos em curso na SFC, em especial dos relacionados com as fases de planejamento e monitoramento, ampliarão o apoio a melhoria da gestão governamental federal pela CGU.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O indicador demonstra a relevância e o impacto das recomendações emitidas pela CGU, fornecendo meios de aferir o ganho proporcionado pelas atividades da auditoria interna na gestão governamental federal, e

³ Metodologia utilizada pela Portaria CGU nº 2379, de 31/10/2012.



em última instância os ganhos advindos para a sociedade. É um indicador de *accountability* da atividade de auditoria, demonstrando de forma inequívoca o apoio prestado pela CGU a melhoria da gestão governamental e ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão de recursos públicos.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Não há nada a acrescentar.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 2:

Apoio a melhoria da gestão governamental federal.

Indicador 2:

% de gestores públicos federais que consideram a atuação da CGU como, no mínimo, relevante em pelo menos 5 linhas de ação⁴.

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
%	52,73	2011	P	52,73	52,73	55	55	60	60	Pesquisa
			P(a)	52,73	52,73	55	55	60	60	
			A	52,73	52,73	79,1				

ANÁLISE DO INDICADOR

O indicador visa colher a percepção dos gestores sobre os trabalhos realizados pela CGU de forma complementar ao de quantificação de benefícios financeiros para subsidiar a avaliação do componente. A questão central do indicador é trazer a percepção do gestor que já teve interações com a CGU em suas linhas de atuação para subsidiar a avaliação da relevância desses processos. Busca captar pela percepção dos gestores quais processos de trabalho da SFC agregam mais valor a gestão governamental federal.

A construção metodológica deste indicador e a operacionalização de sua medição traz desafios, como por exemplo a definição de qual o nível do gestor responsável por fornecer a percepção desejada, a necessidade ou não de ser apenas uma opinião por entidade auditada, a ausência de experiência por muitos dos gestores nas diversas linhas de atuação, a dificuldade de endereçamento dos questionários aos gestores definidos como público-alvo, dentre outras. Com base no exposto, adotou-se para fins de medição do indicador as respostas dos gestores que manifestaram opinião em pelo menos cinco das sete linhas de atuação da CGU.

ANÁLISE DE RISCOS

Os principais riscos associados ao componente derivam do baixo grau de maturidade de institucionalização das políticas públicas nos responsáveis pela sua condução, fragilidades dos arranjos interinstitucionais associados, em especial quando há descentralização de recursos. Acrescente-se ainda, insuficiência de estrutura e alta rotatividade dos gestores condutores das políticas públicas – implicando em reiniciar a construção da relação de confiança–, eventualmente a preponderância de decisões políticas sob as técnicas e limitações da capacidade operacional da Auditoria Interna bem como fragilidades em sua atuação a serem mitigadas no âmbito deste Projeto em curso.

⁴ A pesquisa registra a percepção dos gestores sobre a relevância da ação CGU para sua gestão em 6 linhas: capacitação e orientação a servidores e gestores; avaliação da execução dos programas de governo.



LIÇÕES APRENDIDAS

A participação dos gestores desde a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria amplia a probabilidade de implementação das recomendações que propiciam a melhoria da gestão governamental federal. A emissão de opinião estruturada com base em metodologia de suporte estatístico também proporciona menores resistências quando às opiniões de auditoria, facilitando o convencimento dos gestores sobre a necessidade de implementação das recomendações.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

As reavaliações dos fluxos de trabalhos em curso na SFC, em especial dos relacionados com as fases de planejamento e monitoramento, sempre buscando uma maior aproximação com os gestores, permitirão a manutenção, e mesmo, a ampliação do apoio a melhoria da gestão governamental federal pela CGU.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A natureza do trabalho da Secretaria Federal de Controle Interno é de apoio ao gestor federal. A percepção do gestor é insumo essencial para o direcionamento dos esforços da SFC em termos de planejamento e avaliação de resultados.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Não há nada a acrescentar.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 2:

Apoio a melhoria da gestão governamental federal.

Indicador 3:

Quantidade de Ouvidorias Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov.

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Ouvidorias	0	2013	P	0	0	0	50	100	100	Relatório OGU
			P(a)	0	0	0	50	100	100	
			A	0	76	76				

ANÁLISE DO INDICADOR

ANÁLISE DE RISCOS

LIÇÕES APRENDIDAS

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

QUESTIONÁRIO NÃO RESPONDIDO

A meta geral foi alcançada com mais de 320 ouvidorias acessíveis.

O questionário relativo a este indicador de resultado não foi respondido.

A análise foi realizada com base no Questionário do Produto C2.P4.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social.

Indicador 1:

Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão (STPC).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Nº de acessos (em milhares)	0	2013	P	0	20	30	40	50	50	Acesso a ferramenta de colaboração on-line para o controle social (Portal do Cidadão) ampliado
			P(a)	0	20	30	40	50	50	
			A	0	0	0				

ANÁLISE DO INDICADOR

ANÁLISE DE RISCOS

LIÇÕES APRENDIDAS

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

QUESTIONÁRIO NÃO RESPONDIDO

O Indicador não será considerado em função da descontinuação do Produto C3.P7.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social.

Indicador 2:

Quantidade de acessos ao Portal da Transparência (STPC).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Nº de acessos (em milhares)	921	2013	P	950	970	1.000	1.050	1.151	1.151	Estatísticas de acesso ao Portal da Transparência (Google Analytics)
			P(a)	950	970	1.000	1.050	1.151	1.151	
			A	1.217,40	1.361,00	1.464,71				

ANÁLISE DO INDICADOR

O Portal da Transparência tem, anualmente, batido recordes de acesso, mesmo antes da publicação da sua nova versão. Isso ocorre devido à vasta gama de informações hoje disponíveis no site: receitas e despesas públicas, convênios firmados, transferências de recursos a estados e municípios e outros favorecidos, punições aplicadas a entidades sem fins lucrativos, informações sobre servidores públicos, inclusive sua remuneração, entre outras.

Outro fator determinante para esse crescimento é o cenário atual do país. Dadas as recentes descobertas sobre diversos esquemas de corrupção, a população tem se sentido mais *empoderada* para fiscalizar e denunciar. O Portal da Transparência é uma ferramenta que objetiva justamente potencializar o controle social.

ANÁLISE DE RISCOS

Um grande risco para o projeto é alteração no modelo de consumo de bases de dados da administração pública federal, promovidas pelo Decreto Nº 8.789/2016. O novo modelo pressupõe que os órgãos que utilizam dados de sistemas gerenciados por outros órgãos, deverão adquirir nova interface de acesso às bases, por meio de contrato a ser firmado com o SERPRO.

O Portal atual recebe os dados por meio extrações em arquivos com layout predefinido e esse modelo está sendo utilizado desde o lançamento do Portal, em 2004.

O novo modelo exigirá que a CGU desenvolva consultas SQL específicas para extração dos dados dos sistemas atualmente hospedados no SERPRO. Além do aumento de custo, haverá uma curva de aprendizado até que a equipe da CGU esteja plenamente apta a desenvolver as necessárias consultas SQL.

LIÇÕES APRENDIDAS

Considerando que o Portal não é um sistema transacional que “produz” informações de gestão, mas sim um sistema de estruturação e apresentação de dados “gerados” em diversos outros sistemas do Governo Federal, será necessário estreitar ainda mais o relacionamento com os órgãos gestores de tais sistemas, especialmente a STN e o MPOG.



SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

Para garantir a sustentabilidade do número de acessos ao Portal, é necessário garantir a correta e tempestiva carga dos dados que alimentam a ferramenta. Como já mencionado, são essencialmente dados oriundos de sistemas estruturantes do Governo Federal.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O Portal da Transparência está entre os produtos previstos no Componente 3 do Projeto Proprevine, qual seja: Promoção da Transparência e Controle Social.

O desenvolvimento do sistema está intrinsecamente relacionado com o objetivo desse componente, que é "...desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos ...".

O Portal da Transparência é essencialmente uma ferramenta que visa a dar publicidade a informações sobre a gestão orçamentária, financeira e administrativa do Governo federal. A sociedade bem informada transforma-se em agente ativo de controle social. O portal é então um meio para alcançar o objetivo do Componente 3.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais.

Indicador 1:

Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
UF's	20	2014	P	20	20	24	27	27	27	Mapa da Transparência
			P(a)	20	20	24	27	27	27	
			A	20	24	26				

ANÁLISE DO INDICADOR

O planejado era atingir 24 UFs com LAI regulamentada em 2016. Foram atingidas 26 UFs (apenas o estado do Amapá não possui LAI regulamentada). O alcançado, portanto, superou o planejado.

ANÁLISE DE RISCOS

Limitação de recursos orçamentários e financeiros (compromete as ações de capacitação sobre a LAI em estados e municípios).

LIÇÕES APRENDIDAS

Além de estimular os entes federativos a regulamentarem a LAI, seria importante fomentar a divulgação dos normativos locais na internet em local de fácil visualização pelo cidadão.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

É importante fortalecer a capacidade operativa da instituição para atender as demandas dos entes federativos por ações de promoção da transparência e controle social. Além disso, novas frentes de atuação que visam à melhoria da transparência dos entes federativos pode contribuir para o alcance dos efeitos pretendidos.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Ao regulamentar a LAI, os entes públicos traduzem as regras genéricas e abstratas da LAI às suas especificidades locais, o que confere maior efetividade ao exercício do direito de acesso às informações públicas e, conseqüentemente, fortalece o controle social, a transparência pública e a gestão participativa dos recursos e decisões públicos.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Acredita-se que a Escala Brasil Transparente (EBT), iniciativa desenvolvida pela instituição com o propósito de avaliar a transparência pública de estados e municípios brasileiros, mostrou-se fundamental para o aumento expressivo da quantidade de entes federativos que passou a cumprir os critérios de avaliação utilizados e que também são determinações da LAI. Entre esses critérios destacam-se o atendimento virtual de pedidos de acesso à informação e a regulamentação local da Lei.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DE INDICADORES DE EFEITO (OUTCOME).

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais.

Indicador 2:

Percentual de municípios de mais de 100 mil habitantes (incluindo capitais) com regulamentação da LAI localizada (STPC).

Previsto x Realizado:

Unidade de Medida	Linha de Base	Ano da Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
				Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
%	24	2014	P	24	24	30	40	45	45	Mapa da Transparência
			P(a)	24	24	30	40	45	45	
			A	30	45	53				

ANÁLISE DO INDICADOR

O planejado era atingir 30% dos municípios com mais de 100 mil habitantes com LAI regulamentada em 2016. Foram atingidos 59,3%. O alcançado, portanto, superou o planejado.

ANÁLISE DE RISCOS

Limitação de recursos orçamentários e financeiros (compromete as ações de capacitação sobre a LAI em estados e municípios).

LIÇÕES APRENDIDAS

Além de estimular os entes federativos a regulamentarem a LAI, seria importante fomentar a divulgação dos normativos locais na internet em local de fácil visualização pelo cidadão.

SUSTENTABILIDADE DO EFEITO

É importante fortalecer a capacidade operativa da instituição para atender as demandas dos entes federativos por ações de promoção da transparência e controle social. Além disso, novas frentes de atuação que visam à melhoria da transparência dos entes federativos pode contribuir para o alcance dos efeitos pretendidos.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Ao regulamentar a LAI, os entes públicos traduzem as regras genéricas e abstratas da LAI às suas especificidades locais, o que confere maior efetividade ao exercício do direito de acesso às informações públicas e, conseqüentemente, fortalece o controle social, a transparência pública e a gestão participativa dos recursos e decisões públicos.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE

Acredita-se que a Escala Brasil Transparente (EBT), iniciativa desenvolvida pela instituição com o propósito de avaliar a transparência pública de estados e municípios brasileiros, mostrou-se fundamental para o aumento expressivo da quantidade de entes federativos que passou a cumprir os critérios de avaliação utilizados e que também são determinações da LAI. Entre esses critérios destacam-se o atendimento virtual de pedidos de acesso à informação e a regulamentação local da Lei.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

**Relatório Final de
Avaliação Intermediária de Programa**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

QUESTIONÁRIO APLICADO

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Faça um breve relato das ações desenvolvidas até 30/06/2016 para a implementação do produto.

ANÁLISE DO INDICADOR

Explique brevemente os fatores que determinaram o desvio entre o planejado e o alcançado. Indique as principais dificuldades encontradas na implementação do produto.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Apresentar ações adotadas ou sugestões de encaminhamento para mitigar as dificuldades apresentadas.

ANÁLISE DE RISCOS

Identifique os possíveis riscos para a conclusão do produto.

LIÇÕES APRENDIDAS

Descreva eventuais lições aprendidas decorrentes da implementação deste produto.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Descreva as ações necessárias para a sustentabilidade do produto.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Descreva em que medida você entende que este produto contribuiu ou irá contribuir para o alcance de efeitos (*outcomes*) e futuros impactos na população objetivo do projeto.

Descreva quais os benefícios que este produto trouxe ou qual a probabilidade de que os benefícios esperados ocorram no futuro.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Se for o caso, descreva as alterações propostas para o produto durante a implementação do projeto.



Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à

Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P1:

Proposta de política de comunicação (ASCOM)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	31.702,51	59.782,70	59.782,70	59.782,70	59.782,82	270.833,33
P(a)	31.702,51	5.615,38	88.405,98	88.405,98	88.405,99	270.833,33
A	0,00	4.250,94	0,00	0,00	0,00	4.250,94

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P				1		1	Publicação de norma em BI
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Não houve ações desenvolvidas até 30/06/2016 para a implementação do produto. Em janeiro de 2017, incluímos duas ações para melhoria da política de comunicação.

ANÁLISE DO INDICADOR

Entre os fatores que contribuem para o desvio entre o planejado e o alcançado está a mudança de chefia da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), a partir de janeiro de 2016. A atual gestão não participou da definição do produto. Outro motivo é a generalidade na definição do produto "C1.P1 - Política de Comunicação". A principal dificuldade encontrada na implementação é a falta de capacidade operacional (recursos humanos) para gerir corretamente e tempestivamente os recursos de planejamento do Proprevine. A gestão é feita pela própria chefia em concomitância com as demais demandas finalísticas de comunicação interna e externa de todo o órgão.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Redefinição de ações e prioridades para alcance do produto em 2017 e 2018. Para aditamento do Plano de Aquisições 2017, solicitamos à DIPLAD a inclusão:

1 - Equipamento Audiovisual (Foto e Vídeo): R\$ 30 mil

2 - Material Publicitário - Confecção de Grids de Entrevista (Banner Móvel): R\$ 12 mil

ANÁLISE DE RISCOS

Risco de não execução financeira do recurso disponível por conta da generalidade do produto e falta de planejamento da ASCOM. As aquisições e ações pretendidas precisam ser melhor identificadas e definidas



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P2:

Reestruturação de salas de videoconferência (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	62.957,38	16.552,32	16.552,32	16.552,32	16.552,33	129.166,67
P(a)	62.957,38	85.500,14	13.426,03	13.426,03	13.426,03	129.166,67
A	3.388,44	76.737,01	0,00	0,00	0,00	80.125,45

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Salas	0	P			4			4	Salas reestruturadas
		P(a)		4				4	
		A		4				4	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Desde 2012 a CGU vem investindo na implantação de solução corporativa de videoconferência como medida de racionalização de despesas de deslocamento e ganho de eficiência administrativa. No Ano 1 (2014), foram adquiridos 4 novos equipamentos de videoconferência, desde então instalados nas três salas de oitava e no Gabinete da Corregedoria-Geral da União.

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta foi alcançada com antecipação de um ano e investimento inferior ao montante planejado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não há dificuldade a ser mitigada.

ANÁLISE DE RISCOS

Produto já concluído.

LIÇÕES APRENDIDAS

A articulação entre todas as áreas da CGU garantiu o pleno aproveitamento da solução de videoconferência, cujos benefícios alcançam a todas as funções institucionais do órgão.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Houve incorporação dos custos de manutenção e melhoria contínua do serviço ao orçamento anual da CGU, com o fim de assegurar a eficiência e eficácia da ferramenta.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P3:

Proposta de **modelo de gestão por competências** (DGI)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	193.332,00	289.998,00	0,00	0,00	483.330,00
P(a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A	0,00	193.332,00	289.998,00	0,00	0,00	483.330,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P					1	1	Portaria de formalização do modelo
		P(a)					1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

No acordo de cooperação técnica entre a UFPA e a CGU para implantação do modelo de gestão por competências, foi apresentado o cronograma de realização das atividades da seguinte maneira: 1) Análise Documental da Instituição; 2) Oficina sobre Mapeamento de Competências para servidores da CGU; 3) Identificação de competências essenciais da instituição; 4) Identificação das competências setoriais: gerenciais e técnicas; 5) Avaliação das lacunas de competências; 6) Entrega do relatório final de Mapeamento de competências da CGU e 7) Entrega e Treinamento do GestCom.

As etapas 1, 2, 3 foram entregues no ano de 2015; a etapa 4 entregue em junho/2016 e as etapas 5, 6 e 7 entre agosto e dezembro/2016.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não houve.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não houve.

ANÁLISE DE RISCOS

Projeto implantado até Dezembro/2016.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Necessidade de atualização permanente de cumprimento das etapas e do cronograma.
- Necessidade de comunicação tempestiva entre os envolvidos.
- Necessidade de documentar e arquivar documentos relacionados ao projeto.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P4:

Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado (DGI)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	295.280,77	77.221,47	77.221,47	77.221,47	77.221,49	604.166,67
P(a)	295.280,77	18.041,21	195.318,00	195.318,00	195.318,02	604.166,67
A	171,44	13.875,12	14.090,31	0,00	0,00	28.136,87

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Sistema	0	P					1	1	Sistema implantado e validado
		P(a)					1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A implantação do produto deveria dar-se pela implementação de sistemas informatizados voltados para as atividades de gestão interna do Ministério, a biblioteca virtual da CGU e a aquisição para licenças da ferramenta CAD.

A aquisição de Licenças Ferramenta CAD, compatível com as versões comerciais do AutoCAD, visa a obtenção de um software do tipo CAD — *computer aided design* ou projeto assistido por computador — utilizado principalmente para a elaboração de peças de desenho técnico em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D).

Essa foi uma demanda iniciada em 2014 e que não foi adquirida no mesmo ano, sendo necessário orçamento em 2015 para sua aquisição.

Já a Biblioteca Virtual originou de uma proposta para atender demandas identificadas no diagnóstico de capacitações internas 2014 e nas Oficinas de Planejamento Estratégico realizadas pela DIPLAD, abrangendo áreas afetas à CGU, alcançando os servidores do Órgão Central e, principalmente, das Unidades Regionais.

Desse modo, diante da demanda das áreas da CGU, da sua ampla competência legal e da inserção no processo de educação continuada, a então Coordenação-Geral de Documentação e Informação iniciou o processo em busca de fornecedores para a contratação de uma Biblioteca Digital.

Dessa forma, realizou-se uma contratação direta (em conformidade com o item 3.6 da GN 2349-9) com a Editora Fórum, sendo disponibilizadas duas séries de títulos de obras, cujo link para acesso encontra-se disponível para qualquer servidor da CGU, na Intranet.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P5:

Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística (DGI)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	4.060,05	31.276,65	31.276,65	31.276,65	31.276,67	129.166,67
P(a)	4.060,05	30.769,23	32.799,14	32.799,14	32.799,16	129.166,67
A	0,00	0,00	27.491,04	0,00	0,00	27.491,04

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P			1			1	Metodologia implantada e validada
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Até 30 de junho de 2016, a equipe de pesquisadores do CDT/UNB realizou visitas técnicas em todas as áreas finalísticas da CGU, reunindo-se com interlocutores indicados pelas próprias áreas, para coleta de informações necessárias à elaboração da metodologia. Como o Órgão passou por diversas mudanças no período do projeto, houve necessidade de realizar um aditivo ao Termo de Execução Descentralizada - TED, prorrogando o prazo inicialmente previsto para a entrega dos produtos. A metodologia foi entregue em 23 de setembro de 2016. Os demais produtos (Taxonomia, Código de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos) foram entregues em dezembro do mesmo ano.

ANÁLISE DO INDICADOR

Embora tenha sido necessária a prorrogação do prazo para a entrega do produto, não houve necessidade de se alterar a medição do indicador, pois o produto foi entregue dentro do ano previsto.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

O projeto inicial levantou alguns pontos de atenção para mitigação de possíveis dificuldades, como por exemplo levantamento da disponibilidade de agenda das áreas e prazo de devolução das respostas pelas áreas. O planejamento realizado permitiu que as diversas intercorrências do período não prejudicassem a entrega dos produtos.

ANÁLISE DE RISCOS

O maior fator de risco para a tempestiva entrega do produto referia-se à disponibilidade das áreas para a realização dos diversos levantamentos necessários, bem como a pontualidade na entrega das informações pelas áreas.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P6:

Núcleos de especialização (DIE)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	119.791,66	119.791,66	119.791,66	119.791,69	479.166,67
P(a)	0,00	0,00	159.722,22	159.722,22	159.722,23	479.166,67
A	0,00	0,00	2.853,80	0,00	0,00	2.853,80

OBSERVAÇÃO: Conforme o disposto no **DESPACHO DIEGP** para a **COPAV**, de **27/03/2017** (Documento SEI nº **0312640**, referente ao Processo nº **00190.106327/2016-70**): “A medição intermediária do Progresso Financeiro no exercício 2016 (até 30/06/16) é **US\$ 1.426,90**, e não **US\$ 2.853,80**, como está registrado”.

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Núcleos de especialização criados	0	P				1	1	2	Núcleos de especialização criados
		P(a)				1	1	2	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto C1.P6 do Projeto PROPREVINE tem como meta a criação de dois núcleos de especialização: o núcleo especializado em ciência de dados e o núcleo de especialização em gestão de dados.

Para consecução deste objetivo foram desenvolvidas as seguintes ações no exercício de 2016:

- Mapeamento de competências – Anexo I da Nota Técnica nº 15/2016/CGODP/DIE/SE-CGU;
- Plano de Capacitação - Anexo II da Nota Técnica nº 15/2016/CGODP/DIE/SE-CGU; e
- Capacitações na área de inteligência - Nota Técnica nº 16/2016/CGIE/DIE/SE-CGU.

O principal insumo necessário à concretização dessas metas é a capacitação: é preciso que os servidores do ODP participem dos cursos e treinamentos necessários à aquisição das competências relevantes de cada núcleo.

Salientamos que, embora a finalização da criação do primeiro núcleo só esteja prevista para 2017, é pertinente destacar que ela só é possível a partir da realização de capacitações continuadas, que foram iniciadas no ano de 2016, de maneira a viabilizar a conclusão do primeiro núcleo até 2017. Ressaltamos ainda que as metas do PROPREVINE para 2016 nesse componente já acumulam as metas de 2015, não realizadas devido à impossibilidade orçamentária ocorrida na época.



Com base nesse mapeamento, e com base no orçamento disponível para capacitação do ODP no PROPREVINE, identificaram-se 23 cursos e 8 conferências que permitiriam suprir as necessidades de treinamento mais prementes (cf. Anexo II - "Plano Detalhado de Capacitação - ODP" - da Nota Técnica 15/2016/CGODP/DIE/SE-CGU, de 25 de maio de 2016).

Em meados de 2016, porém, o orçamento disponível para capacitação do ODP no PROPREVINE foi contingenciado. Como resultado, nenhum dos 23 cursos previstos foi realizado. E das 8 conferências previstas, houve participação em apenas 5:

- IEEE EM-RITE 2016 (*5th IEEE International Workshop on Empirical Methods for Recognizing Inference in Text*);
- KDD 2016 (*Conference on Knowledge Discovery and Data Mining*);
- DEXA/EGOVIS 2016 (*International Conference on Electronic Government and the Information Systems Perspective*);
- ISWC 2016 (*International Semantic Web Conference*);
- EAI 2016 (*International Conference on Digital Forensics & Cybercrime*).

Houve participação também no WCARS 2016 (*World Continuous Auditing & Reporting Symposium*), priorizado em virtude de convite da *Rutgers University* (organizadora do evento), cuja equipe de mineração de dados quis conhecer o trabalho do ODP e trocar experiências.

Planejamento para o exercício de 2017

Assumindo que os recursos relevantes no PROPREVINE sejam descontingenciados, em 2017 deveremos executar o restante do plano de capacitação de 2016 (ou seja, quase todo ele). Além disso, devemos acrescentar alguns treinamentos voltados para sistemas governamentais (SIASG, SICONV, etc).

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta definida para o produto prevê a criação de dois núcleos de especialização, um em 2017 e outro em 2018. Durante o exercício de 2016 foram desenvolvidas algumas atividades de capacitação necessárias para implementação dos núcleos. No entanto, conforme já explicado, nenhum dos 23 cursos planejados foram executados por conta de restrições orçamentárias. Logo, o alcance da meta de criação de um núcleo ainda em 2017 está em risco.

Dentre as dificuldades apresentadas na implementação das capacitações elencamos a falta de padronização interna, no tocante ao processo de solicitação/aprovação dos cursos. Para corrigir a falha, no decorrer do exercício foram implementados fluxos internos e padronizados procedimentos visando a otimização do processo de solicitação de capacitações no âmbito do PROPREVINE.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Definições antecipadas dos cursos a serem solicitados e observância dos fluxos e dos procedimentos padronizados.

Já a questão orçamentária está fora do controle da equipe responsável pela execução do produto C1.P6.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P7:

Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE (DIE)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	77.812,50	115.963,54	115.963,54	115.963,54	115.963,55	541.666,67
P(a)	77.812,50	181.148,96	111.360,85	111.360,85	111.360,87	541.666,67
A	26.435,14	27.655,23	221.351,71	0,00	0,00	275.442,08

OBSERVAÇÃO: Conforme o disposto no **DESPACHO DIEGP** para a **COPAV**, de **27/03/2017** (Documento SEI nº **0312640**, referente ao Processo nº **00190.106327/2016-70**): “A medição intermediária do Progresso Financeiro no exercício 2016 (até 30/06/16) é US\$ 103.178,82, e não US\$ 221.351,7, como está registrado”.

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Atividades operacionais de inteligência	0	P		2	3	4	4	4	Nº de operações de inteligências realizadas por ano
		P(a)		2	3	4	4	4	
		A		2	3				

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto C1.P7 do Projeto PROPREVINE tem como meta a Modernização de Processos de trabalho, com uso intensivo de tecnologia, tendo como parâmetro de verificação o número de atividades operacionais de inteligência executadas.

O objetivo deste componente C1 - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU é apoiar a modernização e melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoal e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas. O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens.

Para consecução do produto C1.P7 foram desenvolvidas as seguintes ações até o exercício de 2016:

Exercício 2014: Aquisição de SOFTWARE - Virtualização de computador do tipo Servidor;

Exercício 2015: Aquisição de equipamentos fotográficos e Aquisição de equipamentos forenses;

Exercício 2016: Aquisição de ferramenta de “Backup”; Aquisição de Hardware para Big Data – 2 Discos para Teradata; e Aquisição de equipamentos tipo lâmina – Servidor arquivo

O Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU, especificamente no que se refere ao produto C1.P7, será consubstanciado na implementação de dois laboratórios: Um laboratório de Big Data e Um laboratório de Análise e Computação Forense.



Justificativa para implantação de um laboratório de Big Data:

As aquisições fazem parte do projeto de estruturação de uma área de Big Data na CGU/DIE. Atualmente a DIE administra mais de 50 bases de dados, representando um volume superior a 6 Terabytes. Uma estrutura de Big Data permitirá otimizar os trabalhos de análise de dados e criação de conhecimento estratégico.

O principal problema da não criação de uma infraestrutura de Big Data é a impossibilidade de se utilizar as técnicas e ferramentas mais avançadas na área de análise de dados, o que limita o trabalho da Diretoria, inclusive afetando demandas de outras áreas, como as que estão sendo atualmente solicitadas pela SFC.

Justificativa para implantação de um laboratório Computação Forense:

O Regimento Interno da CGU prevê, dentre as atribuições da DIE, a atividade de análise de dados e criação de relatórios a partir da cópia de mídias e material computacional apreendidos em investigações da própria CGU, dos ministérios ou em parceria com outras instituições de controle e investigação. Na maior parte das vezes, as informações geradas servem para subsidiar a instrução de processos disciplinares contra servidores públicos. O volume dessas demandas é crescente e a estrutura de análise existente na área é pequena, com apenas duas máquinas e duas licenças do software investigativo FTK. Com a ampliação dessa estrutura visa-se tão somente adaptá-la à realidade.

Resultados Internos e Externos a serem alcançados com a implantação destes laboratórios:

Internos: Incremento na produtividade da geração de informações estratégicas a partir de grande volume de dados, permitindo a utilização de técnicas e ferramentas avançadas de análise.

Externos: Oferecimento de relatórios gerenciais e analíticos aos gestores governamentais com maior rapidez e com a utilização de técnicas mais avançadas, que só serão viáveis a partir da criação dessa estrutura.

Em última instância, ressaltamos que as informações produzidas com a utilização da computação forense e das técnicas de Big Data permitirão um melhor desempenho das futuras operações de inteligência realizadas no âmbito da CGU, uma vez que tais operações representam o meio de verificação deste produto no projeto PROPREVINE.

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta definida para o produto prevê a realização de um total de 4 (quatro) operações de inteligência, com a seguinte distribuição temporal:

	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Meta Geral
Quantidade Prevista	2	1	1		4

No exercício de 2015 e no de 2016 foram executadas as atividades previstas no produto C1.P7, portanto, o andamento do projeto está em conformidade com o cronograma planejado.



Como a implantação dos laboratórios de Big Data e de Análise e Computação Forense não foi concluída, o trabalho em parcerias com outras unidades internas da CGU e órgãos de inteligência do governo federal ficou restrito, impossibilitando ampliar as atividades de operação de inteligência.

Durante a aquisição do software de computação forense, realizada no ano de 2016, houve uma grande dificuldade com a quantidade limitada de fornecedores no Brasil de soluções adequadas às necessidades da CGU. Embora o processo licitatório tenha sido concluído e a empresa vencedora tenha apresentado uma proposta satisfatória, por motivos internos da empresa, há um risco dela desistir da licitação. Como a segunda colocada teve um valor muito maior que a primeira, pode ser que a licitação seja frustrada.



AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Com a implantação dos laboratórios de Big Data e de Análise e Computação Forense, a DIE poderá ampliar sua atuação, desenvolvendo trabalhos conjuntos com outras unidades internas da CGU e outros órgãos de inteligência do governo federal.

Para resolver a dificuldade de fornecedores de soluções adequadas no Brasil para software de computação forense, entramos em contato com fornecedores internacionais sugerindo que participassem da licitação através de parceiros/representantes brasileiros. Só assim conseguimos fornecedores suficientes para viabilizar a licitação.

Já em relação ao problema com a empresa vencedora, vislumbramos a realização de outra licitação. Como alternativa, estamos estudando a possibilidade de adquirir a ferramenta diretamente com o fornecedor internacional, proprietário do software necessário.

ANÁLISE DE RISCOS

Dentre os riscos elencamos os seguintes fatores:

- Atraso na implantação dos laboratórios de Big Data e de Análise e Computação Forense;
- Contingenciamento orçamentário/financeiro;
- Dificuldade de aquisição de software de computação forense, devido a quantidade restrita de fornecedores no Brasil;
- Destacamos, também, a questão relacionada a evasão de servidores, tendo em vista que apesar do projeto/produto (Laboratórios: Big Data e de Análise/Computação Forense) prever a capacitação de grande parte da equipe disponível, no entanto, o quadro de pessoal está sujeito a redução por diversas formas, tais como: transferências, posse em outro cargo, aposentadorias e outras.

LIÇÕES APRENDIDAS

A necessidade de desenvolver trabalhos conjuntos com outras unidades de inteligência visando troca de experiências e, conseqüentemente, ampliação de conhecimentos técnicos na área.

Além disso, é preciso encontrar alternativas para aquisições de produtos internacionais, quando há restrições para contratação de soluções nacionais.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Recursos financeiros suficientes para manutenção da Infraestrutura dos laboratórios montados.

Firmar parcerias com outras unidades de inteligência para trabalhos conjuntos.

Definição de um perfil mínimo de capacitação a ser alcançado pelos servidores, como forma de manutenção da equipe formada, independente da evasão do quadro funcional.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A criação do laboratório de Big Data e do laboratório de análise e computação forense no âmbito da CGU, contribuirá significativamente para o Fortalecimento de sua Capacidade Operacional.

A Estruturação do Laboratório Forense da CGU possibilitará a extração de informações essenciais em processos de investigação onde ocorrem apreensão de material computacional ou outras mídias, como tablets ou telefones celulares.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P8:

Estrutura institucional de capacitação e modernização (DIPLAD)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	146.979,17	292.213,54	292.213,54	292.213,54	292.213,54	1.315.833,33
P(a)	146.979,17	239.220,26	336.747,39	336.747,39	336.747,40	1.315.833,33
A	66.370,89	151.470,21	58.785,25	0,00	0,00	276.626,35

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P					1	1	Divulgação e amplo acesso a todos os servidores da CGU
		P(a)					1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Por meio do produto C1.P8 (Estrutura institucional de capacitação e modernização), a instituição realizou ações nos eixos de capacitação e modernização institucional.

Considerando o eixo das capacitações, foram realizadas diversas capacitações para os servidores que abrangeram cursos de curta-duração, especialização, mestrado e doutorado em instituições nacionais e internacionais, tais como: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Lavras, Centro Universitário de Brasília, George Washington University, InternationalAnti-CorruptionAcademy entre outras instituições.

Do ponto de vista da modernização institucional, houve o desenvolvimento do Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2019 (Portaria nº 50.223/2015) estabelecendo objetivos estratégicos, que foram definidos em consonância com a Visão da CGU e que deverão ser alcançados até o ano de 2023.

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta física para este produto está prevista para o Ano 5 (2018).

As ações de capacitação dependem da celebração de instrumentos que podem demorar mais do que o planejado para a sua conclusão, esta dificuldade ocorre em razão da existência de trâmites próprios em cada instituição parceira.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P9:

Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos (DSI)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	186.847,95	192.871,34	192.871,34	192.871,34	192.871,36	958.333,33
P(a)	186.847,95	81.036,15	292.432,39	292.432,39	292.432,40	958.333,33
A	0,00	31.599,40	53.255,84	0,00	0,00	84.855,24

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Unidades	3	P		29	41	25		95	Número de unidades
		P(a)		29	41	25		95	
		A		17	41			58	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto “Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos” está atingindo seu objetivo, mas a forma de sua implementação vem se atualizando durante o passar do tempo.

Quando o projeto foi concebido ele englobava a concretização de fluxos de trabalho envolvendo processos e documentos eletrônicos no âmbito da CGU, utilizando-se de uma plataforma de Gestão Eletrônica de Documentos – GED. A CGU já havia uma iniciativa em andamento da construção de um sistema que já atendia alguns requisitos necessários chamado SGI - Sistema de Gestão de informações. Naquele tempo havia sido implementado em 3 unidades da SEDE.

Em março de 2015, a CGU decidiu por substituir o sistema SGI pelo SEI - Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

O SEI foi escolhido como a solução de processo eletrônico no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assim, foi necessário redirecionar o projeto para atender as necessidades da implementação desse sistema na CGU.



Foram adquiridos por este produto no Proprevine as seguintes soluções de infraestrutura de TI: servidores de rede (Lâminas) para instalação da aplicação, solução de backup (TSM), balanceadores de carga entre os servidores para prover alta disponibilidade, licenças de máquinas virtuais (Vmware), compra de alguns computadores, além da realização de capacitação das regionais na utilização do sistema.

ANÁLISE DO INDICADOR

Apesar do projeto estar com o indicador um pouco abaixo da meta (58 unidades), este ano conseguiremos atingir todas as unidades, pois foi implementado um projeto de outsourcing de impressoras na SEDE, que possuem scanners acoplados aos equipamentos, facilitando a transformação de documentos físicos em digitais, evitando assim a aquisição de scanners de pequeno porte. Outro ponto importante foi a aquisição de certificados digitais em 2016 e a implantação de mais de 78 processos no SEI conforme descrição abaixo:

Área	Fluxo/Processo
CRG	Gestão do Siscor (Orientação sobre processo disciplinar)
CRG	Gestão do Siscor (Integração das unidades do Sistema de Correição)
CRG	Gestão do Siscor (Normatização da atividade disciplinar)
DGI	Aquisições / contratações (DISPENSA/INEXIGIBILIDADE)
DGI	Aquisições / contratações (OUTROS)
DGI	Gestão de Contratos
DGI	Fiscalização de Contratos
DGI	Inventário de bens móveis e imóveis
DGI	Obras de engenharia e arquitetura
DGI	Nomeação/designação, exoneração/dispensa para GR, cargos e funções comissionadas até DAS 4
DGI	Fluxo para nomeação e exoneração DAS 1 a 3
DGI	Fluxo para nomeação e exoneração para DAS 5 DAS 6 e NE
DGI	Movimentação interna
DGI	Movimentação externa
DGI	Legislação de Pessoal
DGI	Estágio Probatório
DGI	Participação em Programas de Pós Graduação
DGI	Ressarcimento de Certificação Profissional e bolsas de Estudo de Pós-Graduação e Idiomas estrangeiros
DGI	Cursos de Curta e Média Duração
DGI	Concurso
DGI	Promoção na carreira
DGI	Progressão funcional
DGI	Licença para capacitação
DGI	Propositura de normas
DGI	Gestão da Folha de Pagamento
DGI	Concessão de benefícios
DGI	Atendimento das demandas Judiciais
DGI	Devolução ao erário
DGI	Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição
DGI	Requisição de Servidores



Área	Fluxo/Processo
DGI	Suprimento de Fundos
DGI	Atendimento de demandas relativas a trilhas de auditorias
DGI	Consultas à SEGEP
DGI	Permuta CGU-STN
DIPLAD	Acordos de Cooperação - Não Onerosos
DIPLAD	Gestão de Riscos
DIPLAD	Gestão de Processos
DIPLAD	Planejamento Estratégico
DPIE	Produção de Informações Estratégicas - de ofício
DPIE	Grupo 1.1 - De Ofício - Exame Sistemático de Declarações de Renda
DPIE	Grupo 1.2 - De Ofício - Investigação Preliminar
DPIE	Produção de Informações Estratégicas - demandas externas à CGU
DPIE	Grupo 1.3 - Demandas Externas - Preliminar-Patrimonial
OGU	Capacitação de Agentes Públicos em Ouvidoria
OGU	Fale conosco
OGU	Atendimento às manifestações do cidadão
OGU	Pedido de desclassificação/reclassificação de informação
OGU	Reclamação contra omissão no regular processamento
SFC	Orientação Preventiva aos Gestores Públicos
SFC	Aferição de Resultados do Controle
SFC	Auditorias Compartilhadas
SFC	Realização de Auditoria de Recursos Externos
SFC	Auditoria de Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG
SFC	Auditorias Transversais - RAG
SFC	Auditoria Anual de Contas
SFC	Atos de Pessoal - ação de controle <i>in loco</i>
SFC	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal
SFC	Avaliação da Execução de Programas de Governo (AEPG)
SFC	Operações Especiais
SFC	Fiscalização de recursos repassados à Estados e Municípios
SFC	Monitoramento das Recomendações
STPC	Gestão do Portal da Transparência
STPC	Construção e acompanhamento da implementação de planos de ação OGP
STPC	Gestão de Ações de Prevenção junto às unidades regionais da CGU
STPC	Gestão do Cadastro Pró-Ética
STPC	Análise de consultas de conflito de interesse
STPC	Coordenação da atuação do Brasil em convenções e foros internacionais anticorrupção
STPC	Atuação do Brasil nos mecanismos de avaliação
STPC	Cooperação Técnica Internacional
STPC	Cooperação Jurídica Internacional em matéria administrativa (Lei 12.846/2013)
STPC	Promoção de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P10:

Processos de Governança de TI revisados e internalizados (DSI)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	349.326,25	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,43	1.162.668,46	5.000.000,00
P(a)	349.326,25	459.475,23	1.370.876,63	1.370.876,63	1.370.876,64	5.000.000,00
A	427.894,87	301.111,47	264.726,98	0,00	0,00	993.733,32

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Processos	0	P				7	8	15	Número de processos
		P(a)				7	8	15	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto "Processos de Governança de TI revisados e internalizados" foi concebido a partir de uma consultoria de Governança de TI realizada pela Pinkscan, que realizou uma avaliação de maturidade de processos de Gerenciamento de Serviços de TI baseado no COBIT 4.0. O diagnóstico foi que quase todos os processos de tecnologia da informação estavam no estágio 2 do COBIT. O indicador deste produto é o aumento de maturidade do nível 2 do COBIT para o nível 3 em 15 processos de TI.

Os seguintes processos já foram planejados, desenhados e estão sendo implementados:

Nº	PROCESSOS
1	AI6 Gerenciar Mudanças
2	AI7 Instalar e Credenciar Soluções e Alterações
3	PO10 Gestão de Projetos
4	PO4 Definição dos Processos, Organização e Relacionamentos de TI
5	DS9 Gerenciar a Configuração
6	DS8 Gerenciar Service Desk e Incidentes
7	DS10 Gerenciar Problemas
8	AI2 Adquirir e Manter Aplicações de SW
9	PO2 Definição da Arquitetura da Informação
10	PO3 Determinação da Direção Tecnológica
11	DS13 Gerenciar Operações
12	PO1 Definição de Plano Estratégico de TI



Já foram adquiridos e implementadas as soluções de Gestão de Serviços de TI – ITSM, servidores de redes, solução de backup, balanceadores de carga, firewall, análise de dados – Qlikview e a realização de treinamentos.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica, porque até o momento o indicador continua zerado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.

ANÁLISE DE RISCOS

Este projeto é extremamente complexo e existem vários riscos na sua implantação:

- Dificuldade para se atingir o nível 3 em alguns processos;
- Metodologia de medição da maturidade ineficiente;
- Despriorização do projeto no Comitê de TI.

LIÇÕES APRENDIDAS

Deve-se prever, em futuras implementações de projetos como este, a possibilidade de atualização da metodologia de avaliação, como é o caso desse projeto que utilizou o COBIT 4.0, mas hoje já está desatualizado, pois a versão 5.0 é a vigente e não é mais possível alterar o projeto nessa etapa da implantação.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Para a sustentabilidade deste produto, é preciso renovar todo ano o suporte e atualização da solução que sustenta o sistema.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Com a implantação desse projeto a CGU estará mais preparada, por meio da Tecnologia da Informação, a atender com efetividade as demandas dos órgãos e da sociedade.

As seguintes vantagens para a este órgão serão atingidas quando finalizar o projeto:

- Redução de custos
- Ganho em experiência e em especialização
- Melhoria na eficiência e competitividade
- Implementação rápida de novas tecnologias
- Maior foco na área de negócio
- Redução dos riscos
- Aumento da segurança e da conformidade
- Estrutura de TI mais resiliente e segura

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Não se aplica.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P11:

Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	39.583,33	39.583,33	39.583,33	39.583,34	158.333,33
P(a)	0,00	18.315,00	46.672,77	46.672,77	46.672,79	158.333,33
A	0,00	13.634,65	2.392,45	0,00	0,00	16.027,10

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Instrumento	0	P					1	1	Relatório
		P(a)					1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Trata-se de criar condições para a estruturação e gestão das informações produzidas no exercício da competência de instância recursal da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública federal. Durante o período, foram adquiridos computadores (Ano 2) e licenças para o software Adobe Pro XI (Ano 3).

A primeira ação dotou a área de infraestrutura para a produção de conhecimento; já a segunda permitiu que a área disponibilizasse em meio web os pareceres produzidos, visto que haveria a necessidade de obliteração de dados pessoais no âmbito dos pareceres.

Atualmente, os pareceres são constituídos de tal forma que prescindam de obliteração, o que permitiu a automatização da atualização da base de dados de consultas, atualmente disponível para consulta web, com indexação e busca em plataforma Solr (disponível em <http://buscaprecedentes.cgu.gov.br/busca/SitePages/principal.aspx>).

O projeto prevê ainda benchmarking internacional, de tal forma que no ano 3 serviu para financiamento de viagens para troca de experiência nas duas redes regionais existentes sobre a matéria (a Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA e a Rede Iberoamericana de Proteção de Dados Pessoais – RIPD).

A utilização de recursos para melhoria dos processos de trabalho, em especial na agregação de inteligência nos processos de triagem, distribuição e análise de precedentes também se encontram no escopo do produto.

ANÁLISE DO INDICADOR

Ao dotar os processos de análise de recursos de LAI de inteligência, o produto contribui para o indicador relativo ao nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.



ANÁLISE DE RISCOS

Os principais riscos dizem respeito à capacidade de implantação dos processos desenvolvidos, por parte da TI da CGU, dos produtos desenvolvidos com o intuito de dotar de inteligência os sistemas de gerenciamento de processos da LAI.

LIÇÕES APRENDIDAS

A implantação deste projeto esteve muito mais adstrita à capacidade operacional da CGU e da equipe envolvida do que dos recursos orçamentários disponíveis.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

O fato de as soluções de TI terem sido desenvolvidas pela CGU garantem a sustentabilidade do produto como infraestrutura. De outra parte, a disponibilização da base de dados de precedentes, por si só, já permite que outras ferramentas possam, no futuro, possibilitar soluções que aprimorem o produto.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O produto permite, do ponto de vista do público interno, dotar de maior coerência e segurança as posições da CGU frente os casos que lhe são levados ao conhecimento por meio da LAI. Além disso, permite, ainda, que tal coerência não esteja em dissintonia com os standards existentes internacionalmente.

Externamente, além de garantir a transparência do processo de julgamento e, com isso, contribuir para a sua legitimidade, vem oferecendo à sociedade importante repositório de precedentes, os quais têm sido utilizados para embasamento de solicitações de acesso à informações, estudos acadêmicos e mesmo embasamento de decisões de outros órgãos da Administração.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Em razão da necessidade de aprimoramento dos sistemas, aponta-se como conveniente a alteração conforme quadro abaixo.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
0,00	13.634,65	2.392,45	71.153,11	71.153,12	158.333,33

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
						1	1	Relatório



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P12:

Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,34	133.333,33
P(a)	0,00	15.384,62	39.316,23	39.316,23	39.316,25	133.333,33
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Solução	0	P			1			1	Relatório
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O projeto previa a criação de sistema que permitisse a automação do projeto Coleta OGU, que buscava agregar dados sobre o perfil das ouvidorias federais. O projeto evoluiu a medida que a integração das ouvidorias federais também o fez, de tal forma que parte das informações coletadas passaram a ser prescindíveis na medida em que as ouvidorias aderiam ao sistema e-Ouv. Adicionalmente, houve contratação de fábrica de software para a criação de um sistema que permitisse tal coleta, o qual seria integrado no e-Ouv. Tal contratação, todavia, não utilizou recursos do PROPREVINE.

Já outras informações complementares passaram a ser coletadas por meio de formulários temáticos desenvolvidos por meio do LimeSurvey.

ANÁLISE DO INDICADOR

Considero que, embora não tenham sido utilizados recursos do PROPREVINE para a execução deste produto, a entrega do ano 3 (sistema Coleta) foi executada. Quanto ao indicador do componente 1, o produto repercute sobre o nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.

ANÁLISE DE RISCOS

Não se aplica.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P13:

Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	141.637,09	454.174,06	454.174,06	454.174,06	454.174,06	1.958.333,33
P(a)	141.637,09	277.752,93	524.091,53	524.091,53	524.091,53	1.958.333,33
A	108.305,81	187.849,68	0,00	0,00	0,00	296.155,49

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Processos	0	P					32	32	Número de processos
		P(a)					32	32	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Em 2014, havia interesse na adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2014 (Ministério do Planejamento) para contratação de empresa especializada de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais, porém foi verificado que um órgão que tinha aderido à Ata estava enfrentando dificuldades com o fornecedor e realizou rescisão unilateral, assim considerando a fragilidade da contratação, a CGU decidiu por não realizar a adesão.

Desde 2015, a CGU adota o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos. Na estratégia de implantação do Sistema, que teve como meta a institucionalização de 100% do processo eletrônico na CGU, houve a necessidade de mapear os processos de trabalho para uso do processo eletrônico, que foi realizada pelas unidades com a orientação da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Atualmente, o SEI está sendo plenamente utilizado pelas diversas unidades da CGU.

O processo de trabalho relacionado ao tratamento das denúncias recebidas pela CGU teve o desenvolvimento de sistema próprio, que permite a apuração de denúncias de maneira simultânea pelas unidades, além da existência das informações estruturadas para as análises sobre o tema.

Prevê-se ainda contratações visando o aperfeiçoamento da gestão de processos.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P14:

Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	62.500,00
P(a)	0,00	0,00	20.833,33	20.833,33	20.833,34	62.500,00
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Metodologia comparada	0	P	0	0	0	2	0	2	Comparativo de metodologias utilizadas em outros países
		P(a)	0	0	0	2	0	2	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle foi normatizada na Portaria CGU 2.379/2012 que institui sistemática de quantificação e registro dos benefícios do Controle Interno e dos prejuízos identificados. Recentemente o processo previsto na portaria foi revisado e começou a ser implantado em sistema informatizado, com previsão de conclusão em março de 2017.

ANÁLISE DO INDICADOR

O indicador prevê que a metodologia desenvolvida seja revista por meio de comparação com outras metodologias similares utilizadas em outros países. Os recursos previstos seriam utilizados para condução de visitas a outras unidades de auditoria interna visando aprimoramento da metodologia da CGU. Durante o processo de revisão da portaria observou-se que os principais pontos que necessitavam de ajustes poderiam ser realizados apenas por meio de revisão documental, assim as visitas a outros países não foram priorizadas.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

As dificuldades para execução do produto estão relacionadas a disponibilidade de pessoal para condução de mais uma revisão desse processo e disponibilidade orçamentária em face aos demais projetos da Secretaria Federal de Controle Interno.

ANÁLISE DE RISCOS

O produto será descontinuado, não sendo razoável o dispêndio de esforço na análise de riscos associados ao Produto.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P15:

Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle (SFC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	703.581,09	824.104,72	824.104,72	824.104,72	824.104,75	4.000.000,00
P(a)	703.581,09	1.301.832,79	831.326,96	831.326,96	831.326,97	4.499.394,77
A	204.186,32	881.213,80	278.315,04	0,00	0,00	1.363.715,16

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Processos	0	P	0	0	0	9	9	18	Número de processos
		P(a)	0	0	0	9	9	18	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto está relacionado com a implantação de novas metodologias de trabalho e a revisão de processos de trabalho da Secretaria Federal de Controle Interno. Os planos Operacionais da SFC de 2016 e 2017 contemplam diversas ações alinhadas com esse produto dentre as quais pode-se elencar:

1. Planejamento da Auditoria com base em Critérios de Risco;
2. Aprimoramento da sistemática de elaboração do Plano Anual de Auditorias da CGU;
3. ProQualidade: Programa que institui os processos de avaliação e fomento a qualidade das ações de controle da SFC;
4. CGUproj – Sistema de gestão dos trabalhos da Secretaria Federal de Controle;
5. Implantação do sistema de gestão dos Benefícios;
6. Aprimoramento da plataforma de divulgação dos resultados da SFC à sociedade
7. Aprimoramento da gestão de operações especiais.

ANÁLISE DO INDICADOR

Apesar da defasagem na execução financeira associada diretamente a este produto (50%), a SFC vem conduzindo esforços na priorização de ações que impactem não apenas esse indicador, mas contribuam para o resultado do projeto, mensurado por meio dos indicadores de componente e do próprio projeto. Considerando que alguns dos processos a serem incorporados necessitam de ações de capacitação e disseminação de forma ampla para sua implementação na cultura organizacional, e não apenas o desenvolvimento metodológico e de sistemas de suporte, faz-se necessário priorizar os investimentos relacionados visando o atingimento das metas estabelecidas.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 1:

Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

Produto C1.P16:

Aparelhamento da Corregedoria Geral da União (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	30.208,33	30.208,33	30.208,33	30.208,34	120.833,33
P(a)	0,00	11.240,92	36.530,80	36.530,80	36.530,81	120.833,33
A	0,00	5.521,18	3.189,93	0,00	0,00	8.711,11

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Aparelhamento	0	0	0	0	0	0	1	1	Verificação de execução orçamentária e recebimento dos bens adquiridos
		P(a)	0	0	0	0	1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O aparelhamento da CRG contemplou conjunto de aquisições de equipamentos e soluções de tecnologia, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, além da realização, em outubro de 2016, do 1º Encontro dos servidores das Unidades Regionais da CGU nas atividades de correição, que reuniu em Brasília 23 servidores de 18 unidades regionais deste Ministério para discussões técnicas acerca das ações correionais por elas diretamente executadas.

ANÁLISE DO INDICADOR

Observa-se até o Ano 3 (2016) baixa execução do montante planejado (inferior a 10% do total previsto para os 5 anos de execução do Programa), em razão dos sucessivos cortes orçamentários sofridos no período. Ainda assim, os produtos executados atendem plenamente aos parâmetros de verificação definidos como meta de progresso físico.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Os impactos dos cortes orçamentários são analisados pelo Comitê de Coordenação Estratégica do Proprevine, instância competente para decisão quanto ao posicionamento estratégico da CGU face às dificuldades inerentes ao atual contexto orçamentário do país.

ANÁLISE DE RISCOS

Risco de baixa execução do produto em razão de restrições orçamentárias.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P1:

Cursos de capacitação em Procedimentos Disciplinares (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	62.250,00	119.854,16	119.854,16	119.854,16	119.854,19	541.666,67
P(a)	62.250,00	56.413,48	151.544,29	151.544,29	151.544,31	541.666,67
A	30.620,30	31.745,83	735,54	0,00	0,00	63.101,67

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Servidores capacitados	0	P	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000	Verificação da lista de presentes no curso
		P(a)	1.000	955	1.000	1.000	1.000	5.000	
		A	1.045	1.199	1.140			2.244	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A Corregedoria-Geral da União mantém portfólio de ações voltadas à qualificação e atualização técnica em matéria correcional, com oferta de vagas nos seguintes cursos:

- Curso de Formação para Membros de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – presencial (parceria ESAF)
- Curso de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas – presencial
- Curso de Sindicância Patrimonial – presencial
- Curso de Processo Disciplinar para Empresas Estatais - presencial
- Curso de Aperfeiçoamento da Atividade Correcional nas Corregedorias Seccionais – presencial
- Curso de Provas no PAD – EAD (parceria ESAF/ENAP)
- Estudo de Caso no PAD – EAD (parceria ESAF/ENAP)
- Curso de Deveres, Proibições e Responsabilidades dos Servidores Públicos Federais – EAD (parceria ILB)

ANÁLISE DO INDICADOR

Superação da meta afixada para o primeiro triênio do Programa, com investimento inferior ao montante planejado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não foram identificadas dificuldades significativas até o momento.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P2:

Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	150.000,00
P(a)	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
A	0,00	0,00	20.247,98	0,00	0,00	20.247,98

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Sistema	0	P			1			1	Sistema implantado
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Trata-se de desenvolvimento de sistema web que permita integrar as Ouvidorias federais. Em dezembro de 2014, foi lançado o sistema e-Ouv, que tem por objetivo promover a integração sistêmica entre ouvidorias federais. Ao longo do período, ele conseguiu abarcar 35% das ouvidorias existentes.

Em 2016, foram utilizados recursos a fim de dar suporte ao sistema (aquisição de pacotes – servidores tipo lâmia e balanceadores IDC).

Em 2016 foi planejada (e deverá ser executado em 2017), a integração das bases de dados de ouvidorias públicas (migrando a estratégia de uma perspectiva de integração pela entrada da manifestação para uma perspectiva de integração pela base de dados das ouvidorias); bem como a criação de um modelo de barramento padrão para sistemas de ouvidoria, que permitam a integração de ouvidorias de diferentes entes e poderes.

ANÁLISE DO INDICADOR

A integração plena através de um único sistema de ouvidoria somente seria possível por meio de norma que obrigasse as unidades de ouvidoria de outros órgãos a aderirem a tal sistema. Na inexistência de um Decreto que crie o Sistema Federal de Ouvidorias, tal norma não parece possível em um horizonte próximo. A solução foi, portanto, adotar estratégias complementares, utilizando-se das prerrogativas dadas pelo Decreto 824/2013 e 8.910/2016, a fim de que tal integração viesse por meio da obrigação de informar que as ouvidorias possuem em relação à OGU. Nesse sentido, a integração plena deverá ocorrer somente em 2017, por meio dos expedientes listados no item anterior. Este produto repercute percentualmente em todos os indicadores do componente: ao ampliar a oferta de informações à CGU, amplia, potencialmente, os benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos desta instituição; amplia, igualmente, a



proporção de gestores que qualificam como relevante a atuação da CGU e amplia, finalmente, os acessos às ouvidorias federais.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Implantação de plataforma para recebimento de informações das ouvidorias, fortalecimento dos canais institucionais no âmbito da rede nacional de ouvidorias, e ampliação de esforços para aprovação e publicação do Decreto de criação do SISOUV – Sistema Federal de Ouvidorias.

ANÁLISE DE RISCOS

Possibilidade de descumprimento da obrigação de entrega de informações, entrega em formato não compatível com o definido pela OGU.

LIÇÕES APRENDIDAS

Neste caso, a proposta inicial ancorou-se em iniciativa de normatização que se encontrava fora da governabilidade da unidade executora, o que fez com que esta tivesse de adaptá-la ao longo do tempo. A própria ideia de canal único vem sendo objeto de questionamento, na medida que não prioriza a experiência do usuário e as peculiaridades dos serviços prestados pelas unidades de ouvidoria.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

A normatização do sistema federal mostra-se como principal elemento para a garantia da sustentabilidade do produto. Quanto à solução de TI, uma vez que esta foi desenvolvida pela CGU, há poucos riscos de solução de continuidade. O que se espera, todavia, é que a solução possa evoluir para um pacote cada vez mais atrativo às ouvidorias, a fim de que se possa ampliar a adesão destas, principalmente das maiores, ao produto.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A integração das ouvidorias é peça fundamental para o aumento da segurança jurídica dos usuários das ouvidorias públicas, ao permitir uma maior aderência aos padrões de atendimento e instrumentos adequados de monitoramento.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Em vista dos apontamentos, mostra-se conveniente ampliar o escopo do produto, a fim de que possa abarcar as ações de integração (barramento, integração de bases).

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
		20.247,98	64.876,01	64.876,01	150.000,00

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
						1	1	Sistema Implantado



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P3:

Kits de apoio às atividades das ouvidorias (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	864,58	34.825,52	34.825,52	34.825,52	34.825,53	140.166,67
P(a)	864,58	0,00	46.722,22	46.722,22	46.722,23	140.166,67
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Kits	0	P			26			26	Kits entregues
		P(a)			26			26	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Inicialmente, previa-se a criação de kits com equipamentos necessários ao atendimento efetuado pelas ouvidorias (mesas, cadeiras, computadores). Esta proposta surgiu como resultado do relatório produzido pela UFMG a pedido do MJ sobre a precarização das ouvidorias federais. Contudo, ao longo do tempo, a proposta perdeu sentido na medida em que a situação de precarização inicialmente relatada naturalmente se reverteu.

Por tal motivo, solicitou-se, em 2016, a descontinuação deste produto.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.

ANÁLISE DE RISCOS

Não se aplica.

LIÇÕES APRENDIDAS

A ideia inicial encontrou conjunto de problemas para a sua execução. O primeiro era que a previsão de entregas era inferior ao total de ouvidorias federais (300), assim, seria necessário fazer um diagnóstico geral a fim de estabelecer prioridades. Este diagnóstico, no entanto, somente poderia ser feito se todas as ouvidorias pudessem ser integradas. Além do mais, do ponto de vista conceitual, mostrou-se pouco



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P4:

Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	142.369,31	224.824,34	224.824,34	224.824,34	224.824,34	1.041.666,67
P(a)	142.369,31	90.594,15	317.024,17	317.024,17	317.024,18	1.041.666,67
A	0,00	1.647,11	15.915,32	0,00	0,00	17.562,43

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Portal	0	P				1		1	Portal implantado
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Este produto encontra profunda complementaridade com o C2.P2, de tal forma que o histórico de implantação é o mesmo. Enquanto naquele caso o produto diz respeito às integrações de sistemas; neste, o que se busca é o desenvolvimento de sistemas. Em 2014, com o lançamento do e-Ouv, iniciou-se o processo de criação de soluções tecnológicas para ouvidorias públicas. Em 2016, além da plataforma de recebimento de manifestações, também se desenvolveu a Sala de Ouvidorias – plataforma de monitoramento. Este componente consumiu recursos oriundos do PROPREVINE aquisição de licenças de software para QlikView, bem como equipamentos. Neste mesmo ano, desenvolveu-se o Banco de Denúncias, sistema para tratamento desta espécie de manifestação de ouvidoria.

Em 2017, pretende-se a ampliação deste “ecossistema” do e-Ouv, a fim de desenvolver sistema para tratamento e gerenciamento de fluxos de manifestações, plataforma de serviços para conectores com dispositivos móveis e mídias sociais, melhorias da plataforma de recebimento de manifestações e ampliação da sala de ouvidorias no âmbito do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas (Portaria 1.864/2016).

Em paralelo ao sistema, foi desenvolvido o site www.ouvidorias.gov.br, que se tornou o maior portal brasileiro sobre o tema. Atualmente, o desafio é ampliar o engajamento no site. O portal conta com a lista das ouvidorias federais, bem como a lista de ouvidoras-gerais estaduais e daquelas ouvidorias aderentes ao Programa de Fortalecimento de Ouvidorias.

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta geral já foi alcançada, com mais de 320 ouvidorias acessíveis.



AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Estabelecimento de estudos e estratégias para ampliação do engajamento nos canais de ouvidoria e no portal, por parte dos cidadãos; e de ampliação do uso dos produtos de TI por parte das ouvidorias.

ANÁLISE DE RISCOS

Os maiores riscos dizem respeito hoje ao engajamento público nos canais de ouvidoria. Tais riscos podem ser mitigados pela melhoria dos canais, mas aspectos conjunturais tendem a apresentar maior relevância neste sentido.

LIÇÕES APRENDIDAS

Neste caso, mais uma vez a implantação deste projeto esteve muito mais adstrita à capacidade operacional da CGU e da equipe envolvida do que dos recursos orçamentários disponíveis.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

O desenvolvimento interno, bem como a gestão interna dos conteúdos tendem a ser fator de bastante relevância quanto à sustentabilidade. A ampliação do Ouvidoras.gov.br para uma plataforma colaborativa de ouvidorias também é um fator que deverá contar para a sustentabilidade do produto.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Assim como no componente C2P2, a existência de sistemas aderentes às padronizações propostas pela OGU é peça fundamental para o aumento da segurança jurídica dos usuários das ouvidorias públicas.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Em vista das evoluções do sistema e do portal, creio que seja conveniente que a meta seja levada a 2018, com o novo cronograma de desembolsos.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
0,00	1.647,11	15.915,32	512.052,12	512.052,12	1.041.666,67

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
						1	1	Portal implantado



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P5:

Cursos de capacitação em Ouvidoria (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	625.000,00
P(a)	0,00	26.153,85	199.615,38	199.615,38	199.615,39	625.000,00
A	0,00	10.657,51	8.459,95	0,00	0,00	19.117,46

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Cursos	0	P		14	17	20	17	68	01 relatório elaborado ao final de cada evento realizado
		P(a)		14	17	20	17	68	
		A		20	16			36	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Este produto diz respeito à Política de Formação Continuada em Ouvidoria – PROFOCO, a qual compreende cursos à distância, presenciais, oficinas e seminários. Os recursos do PROPREVINE vêm sendo utilizados para financiar os custos das turmas presenciais e dos eventos.

Em 2014, na modalidade presencial, a PROFOCO ofereceu 8 turmas (220 capacitados), em 2015, com recursos PROPREVINE, ofereceu 22 turmas (923 capacitados) e, em 2016, 37 turmas (1.250 capacitados). Além disso, em setembro de 2016, o seminário Semana de Ouvidoria e Acesso à Informação emitiu 1.073 certificados.

O calendário de 2017 prevê a replicação dos números de 2016, bem como o oferecimento de um curso de certificação em ouvidoria modalidade EAD, o qual não contará com recursos do Programa.

ANÁLISE DO INDICADOR

Desde 2014, considerando também os cursos em EAD, a PROFOCO já atingiu mais de 8.691 pessoas, devendo chegar próximo à marca de 15 mil pessoas até 2018 – número, estima-se, superior ao total de agentes públicos trabalhando em ouvidoria no poder executivo federal. Certamente este alcance contribui para o indicador de % de gestores públicos federais que consideram a atuação da CGU relevante em pelo menos 5 linhas de ação.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.



ANÁLISE DE RISCOS

Não se aplica.

LIÇÕES APRENDIDAS

O oferecimento de turmas sob demanda (para além das turmas de calendário regular) demonstrou-se um importante propulsor da Política, responsável por quase dobrar a quantidade de turmas oferecidas em 2016 a um custo relativamente baixo.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

As turmas sob demanda apresentam-se como elemento importante para garantir a sustentabilidade do produto, uma vez que os custos são suportados preponderantemente pelo demandante. Além disso, a virtualização dos cursos também permite a sua manutenção a baixo custo.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A capacitação é um dos elementos que garantem a padronização do atendimento em ouvidoria, por meio da qualificação profissional de seus agentes. Além disso, a capacitação presencial cria espaços de diálogo entre as partes, consolidando as redes de ouvidorias e colocando a OGU no papel de sua principal fomentadora.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
	10.657,51	8.459,95	302.941,27	302.941,27	625.000,00

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
			22	37	21	20	100	Relatórios anuais de acompanhamento da PROFOCO



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P6:

Publicações da OGU (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00
P(a)	0,00	2.307,69	82.564,10	82.564,10	82.564,11	250.000,00
A	0,00	13.904,99	4.099,27	0,00	0,00	18.004,26

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Publicações	0	P		1	2	3	2	8	Publicações produzidas
		P(a)		1	2	3	2	8	
		A		2	2			4	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A OGU produziu e publicou material com orientações e entendimentos da CGU em assuntos de ouvidoria e acesso à informação no âmbito das ouvidorias públicas.

Em 2016 foram publicados os seguintes materiais:

- “Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU” – 1.000 (mil) exemplares
- “Manual de Ouvidoria Pública, edição revisada e ampliada da Coleção OGU” – 2.000 (dois mil) exemplares.
- “Coletânea de Acesso à Informação, 3ª edição, revista e ampliada” – 2.000 (dois mil) exemplares – outubro/2016
- Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal – 4.000 (quatro mil) – agosto/2016

ANÁLISE DO INDICADOR

As publicações da OGU em matéria de ouvidoria e acesso à informação têm se consolidado como principais referências neste tema na Administração Pública Federal, esgotando-se rapidamente após seu lançamento. Este alcance contribui para o indicador de % de gestores públicos federais que consideram a atuação da CGU relevante em pelo menos 5 linhas de ação.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

As principais dificuldades para atingimento da meta dizem respeito à falta de priorização deste produto em cenários de insuficiência orçamentária. Nesse sentido, uma das possibilidades aventadas seria a priorização de e-books, com publicação em meio físico de pequenas tiragens. Tal solução, embora atenda à meta física



do Programa, não se apresenta como solução que priorize a eficiência do gasto, visto que o custo unitário do exemplar impresso tenderia a aumentar, e o impacto da publicação, a diminuir.

ANÁLISE DE RISCOS

Insuficiência de orçamento para o projeto.

LIÇÕES APRENDIDAS

As dificuldades e riscos apresentados impediram, ao longo do tempo, que se pudesse trabalhar desde uma perspectiva planejada ao longo do ano para as edições.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Não se aplica.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A medida inscreve-se junto às demais medidas de capacitação, sendo meio de disseminação de conhecimento e entendimentos, aumentando a segurança jurídica na relação entre cidadão e Estado.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
	13.904,99	4.099,27	100.000,00	131.995,74	250.000,00

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
			0	4	2	4	8	Publicações produzidas



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P7:

Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no portal (SFC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	62.917,12	192.604,05	192.604,05	192.604,05	192.604,06	833.333,33
P(a)	62.917,12	28.846,15	268.162,39	268.162,39	268.162,40	896.250,45
A	0,00	0,00	16.332,90	0,00	0,00	16.332,90

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Módulos	0	P			1	2	1	4	1) Monitoramento 2) Solicitação de informações 3) Encaminhamento de relatórios 4) Execução das Auditorias
		P(a)			1	2	1	4	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto a ser entregue é um sistema informatizado que registrará todas as fases do processo de auditoria e fiscalização permitindo a participação direta dos gestores em todas as etapas. Em 2015 foi implantado o sistema Monitor que abrange o processo de follow-up das recomendações, o primeiro dos módulos implantados que permite a interação direta com os gestores.

Em 2016, o projeto foi reestruturado buscando atender as necessidades de convergência com as normas internacionais de auditoria, geradas a partir dos aprimoramentos dos processos componentes do Produto C1.P15, incorporando ao mesmo uma visão abrangente. Em função da busca de compatibilização dos produtos, suas etapas foram redefinidas. O projeto agora conta com as fases de Planejamento das Auditorias (Universo Auditável, Gestão de Risco e Plano Anual de Auditoria), Execução (Check lists, Relatórios e Papéis de Trabalho), Monitoramento (follow-up) e Divulgação de Resultados a sociedade. Em 2017, o desenvolvimento da etapa de planejamento da auditoria será levado para priorização no Comitê de TI da CGU.

ANÁLISE DO INDICADOR

As entregas atualmente estão dentro do cronograma previsto.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Em função da restrição de pessoal na Diretoria de Tecnologia da Informação, optou-se por utilizar uma fábrica de software para continuar o desenvolvimento dos produtos.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P8:

Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (APF) (CGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	218.750,00	218.750,00	218.750,00	218.750,00	875.000,00
P(a)	0,00	0,00	291.666,66	291.666,66	291.666,68	875.000,00
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Plataforma	0	P					1	1	Modelo validado
		P(a)					1	1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A CGU e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) determinaram, aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas a gestão de riscos, controles internos e governança. As orientações foram publicadas por meio da Instrução Normativa nº 01, de 10.05.2016.

Em dezembro de 2016, o MP desenvolveu uma Metodologia de Priorização para implementação interna das orientações expedidas, que também serve como referencial para adoção pelos demais órgãos. O método tem por finalidade classificar os processos da unidade visando estabelecer quais terão prioridade no levantamento e gerenciamento dos riscos e controles internos da gestão e os respectivos prazos. Considerando os custos envolvidos de implantação por ferramentas de mercado voltadas para a iniciativa privada, também se encontra em andamento o desenvolvimento de requisitos para disponibilização de um sistema que possa servir aos órgãos interessados.

Considerando que dentre as atribuições da Auditoria Interna pelas normas internacionais encontra-se a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos da gestão, justificando-se portanto a necessária parceria da CGU com o MP. Iniciada por meio da construção dos conceitos estabelecidos pela IN nº 01, será necessário o prosseguimento nas demais fases quer sejam de capacitação sobre o tema, consultoria aos gestores, bem como no de disponibilização de sistema para utilização pelos órgãos da Administração Federal. Esse desenvolvimento em parceria será essencial para a incorporação da cultura de gestão de riscos pela Administração Pública, proporcionando maior alcance dos objetivos e melhoria nos serviços prestados a sociedade. O MP iniciou o desenvolvimento do sistema por meio de recursos próprios. Espera-se que a CGU, por meio do Proprevine, possa vir a suportar financeiramente o



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P9:

Sistema de conflito de interesses (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	21.614,58	130.013,02	130.013,02	130.013,02	130.013,03	541.666,67
P(a)	21.614,58	40.209,38	167.152,43	167.152,43	167.152,43	541.666,67
A	0,00	0,00	11.007,98	0,00	0,00	11.007,98

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Sistema	0	P			1			1	Acesso ao sistema mediante site institucional da Controladoria-Geral da União
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) começou a ser desenvolvido em 2013, a fim de permitir que os agentes públicos sujeitos à Lei nº12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) pudessem ter os seus questionamentos sobre a existência de situações de conflito de interesses respondidos de maneira rápida e simples. O sistema foi inaugurado em 9 de julho de 2014, tendo recebido, desde então, mais de 2500 consultas. Em 2016, a fim de aprimorar o sistema, resolvendo algumas deficiências e trazendo novas funcionalidades, foi solicitado que o SeCI passasse por uma nova etapa de desenvolvimento. Além disso, também em 2016, foram desenvolvidas ações complementares que tem em vista o aprimoramento da sistemática de prevenção do conflito de interesses. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento de um curso para capacitar o pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal responsável por fazer a análise preliminar das consultas, além de ações de divulgação do sistema e da temática de conflito de interesses para os agentes públicos sujeitos à referida Lei.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não houve desvio entre a meta planejada e alcançada. Apesar disso, a principal dificuldade na implementação do produto se deu na falta de agilidade na comunicação entre a fábrica de software, a área de tecnologia de informação da CGU (DTI) e a área-fim (CGINT), além de problemas no próprio desenvolvimento do software, ocasionados pela baixa qualidade da fábrica de software.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Sugerimos a adoção de metodologia mais moderna para desenvolvimento de software, com menor ênfase em documentos formais como casos de uso e regras de negócio, acompanhada de ferramentas



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P10:

Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
P(a)	0,00	56.756,00	147.748,00	147.748,00	147.748,00	500.000,00
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P				1		1	Metodologia disponível no site institucional da Controladoria-Geral da União
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O objetivo inicial do projeto consistia no desenvolvimento de uma proposta de metodologia que pudesse avaliar de que maneira o tema da integridade estava sendo tratado nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A partir de estudos preliminares, percebeu-se que, mais que avaliar os sistemas de integridade, era necessário promover esse tema na administração pública federal. Assim, a partir de 2016, optou-se por uma atuação que tivesse como objetivo promover a adoção de planos de integridade por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A esse programa foi dado o nome de PROFIP (Programa de Fomento da Integridade Pública), cuja meta de ter a sua metodologia concluída e divulgada está prevista para 2017.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não houve desvio entre a meta planejada e alcançada, dado que a entrega da metodologia está prevista para 2017.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não há nenhuma ação a ser tomada para a correção/mitigação das dificuldades.

ANÁLISE DE RISCOS

O principal risco que pode impedir que o objetivo proposto seja alcançado é devido à alta necessidade de capacitação do corpo técnico responsável pelo desenvolvimento do projeto, dado ser um tema recente na gestão pública. Assim, a falta de recursos para essa capacitação pode fazer com que o produto não seja concluído no prazo previsto, ou que, ainda que concluído no prazo, tenha baixa qualidade.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P11:

Encontro de Corregedorias (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67
P(a)	0,00	0,00	55.555,55	55.555,55	55.555,57	166.666,67
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Encontros	0	P			1		1	2	Realização do encontro
		P(a)			1		1	2	
		A			1				

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

No exercício das competências de Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a Corregedoria-Geral da União (CRG) promove a articulação entre as diversas unidades correcionais que integram o Sistema, sempre com vistas à disseminação de conhecimentos e ao alinhamento de entendimentos.

É neste contexto que se inserem os Encontros de Corregedoria, conferência bienal que promove o debate dos principais temas da área correcional com expoentes nas diversas esferas de atuação pública.

A quarta edição do evento foi realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2016, reunindo 300 representantes de 74 órgãos e entidades do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal e de 6 Governos Estaduais e Municipais.

ANÁLISE DO INDICADOR

Cumprimento da meta afixada para o Ano 3 (2016) do Programa com investimento inferior ao montante planejado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Dificuldade na contratação de serviço de evento dentro dos parâmetros de custo e qualidade desejados (propostas recebidas muito superiores ao orçamento disponível no exercício). Na quinta edição do Encontro de Corregedorias, a ser realizada no Ano 5 (2018) do Programa, prevê-se o início das gestões para a contratação ainda no primeiro trimestre do exercício, a fim de mitigar tais dificuldades.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P12:

Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,69	166.666,67
P(a)	0,00	25.384,62	47.094,01	47.094,01	47.094,03	166.666,67
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Eventos	0	P		1		1		2	Eventos realizados
		P(a)		1		1		2	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A partir da entrada em vigor da Lei nº 12.846/2013 (Lei da Empresa Limpa - LEL), os diversos entes de todas as esferas da federação passaram a ter a responsabilidade de, caso seja detectado algum indício de ato contra a administração pública envolvendo alguma empresa, proceder à responsabilização desta. Assim, o presente produto tem como objetivo realizar eventos a fim de que todas as partes envolvidas na LEL (órgãos e entidades públicos e empresas privadas) estejam conscientes do papel que devem cumprir para que a referida Lei seja efetiva.

ANÁLISE DO INDICADOR

A meta de realização de um evento em 2015 para a divulgação da LEL foi postergada para o ano de 2016, quando ocorreu sua efetiva realização. Tal situação decorreu da necessidade redefinição das diretrizes estratégicas de divulgação da Lei, tendo em vista as diversas mudanças ocorridas na alta direção desta Pasta Ministerial.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

A principal ação a ser tomada é a contratação de empresa de eventos pela CGU.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 2:

Apoio à melhoria da gestão governamental federal

Produto C2.P13:

Kits da Corregedoria entregues nas Regionais da Controladoria-Geral da União (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,69	29.166,67
P(a)	0,00	2.307,69	8.952,99	8.952,99	8.953,00	29.166,67
A	0,00	0,00	2.869,67	0,00	0,00	2.896,67

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Kits	0	P		250	250	250	250	1.000	Kits entregues
		P(a)		250	250	250	250	1.000	
		A		698				698	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A Corregedoria-Geral da União edita e mantém atualizado conjunto de manuais que representam fonte de referência na matéria correcional, citados inclusive na jurisprudência das cortes do país. Para disseminar o material, confeccionou pen-card com a coleção de manuais em meio eletrônico (possibilitando a busca por termos e a citação de trechos dos documentos).

Vale ressaltar que os kits já incluíram o Manual de Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica, lançado em outubro de 2016.

No Ano 2 (2015) foram confeccionados total de 698 pen-cards, os quais foram distribuídos, no Ano 3 (2016), aos participantes do IV Encontro de Corregedorias e às Controladorias Regionais da União para disseminação todos os Estados da Federação. Para o último biênio do Programa, prevê-se a revisão do kit, agregando inovações ao material.

MANUAIS EDITADOS PELA CRG

- Manual de PAD
- Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar
- Coletânea de Legislação Disciplinar
- Manual de Direito Disciplinar para Empresas Estatais
- Manual de Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica

um

em

ANÁLISE DO INDICADOR

Cumprimento da meta afixada para os Anos 2 e 3 (2015-2016) do Programa com investimento inferior ao montante planejado.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P1:

Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	52.083,33	52.083,33	52.083,33	52.083,34	208.333,33
P(a)	0,00	12.307,69	65.341,88	65.341,88	65.341,88	208.333,33
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Estudos	0	P		2	1	1		4	Relatório de acompanhamento de eventos realizados
		P(a)		2	1	1		4	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto visava a produção de estudo/consultoria acerca da atuação das autoridades garantes da Lei de Acesso à Informação no âmbito internacional. Tal estudo e monitoramento acabaram sendo objeto de Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA, com recursos obtidos por aquela organização junto ao Programa EuroSociAL II.

A Rede desenvolveu modelo de medição de indicadores de implantação da LAI nos países da América Latina, bem como um mecanismo de monitoramento anual do qual o Brasil faz parte.

Deste modo, não se fez necessário desembolso por meio do PROPREVINE.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica

ANÁLISE DE RISCOS

Não se aplica

LIÇÕES APRENDIDAS

Trata-se de situação em que as contingências orçamentárias da unidade obrigaram a que esta buscasse fontes alternativas de recursos por meio de parcerias. No caso concreto, a parceria multilateral permitiu que o resultado ganhasse em escopo e em sustentabilidade.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P2:

Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	21.583,33	21.583,33	21.583,33	21.583,34	86.333,33
P(a)	0,00	0,00	28.777,77	28.777,77	28.777,79	86.333,33
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Terminais	0	P				30		30	Relatório de acompanhamento
		P(a)				30		30	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Inicialmente, o produto previa a criação de terminais eletrônicos de atendimento em locais públicos. Tal produto foi descontinuado sob os mesmos argumentos utilizados no produto C2.P3.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Não se aplica.

ANÁLISE DE RISCOS

Não se aplica.

LIÇÕES APRENDIDAS

Não se aplica.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Não se aplica.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Não se aplica.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Pelos motivos expostos, o produto foi descontinuado.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P3:

Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	96.366,12	142.575,13	142.575,13	142.575,13	142.575,16	666.666,67
P(a)	96.366,12	282.535,57	128.043,70	128.043,70	128.043,70	666.666,67
A	0,00	384.050,73	47.378,32	0,00	0,00	431.429,05

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progresso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Proposta	0	P				1		1	Conteúdo e instrumentos de monitoramento da LAI disponíveis no site institucional
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Foram desenvolvidas diversas ações relativas à política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação, as quais são descritas a seguir:

1) Evento de capacitação de órgão

A RedeSIC é um evento que vem sendo realizado, desde 2014, como resultado da parceria entre o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo desse encontro é promover um espaço de cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informações ao Cidadão – SIC. A participação no encontro é uma oportunidade de alinhamento de entendimentos, compartilhamento de experiência e assistência mútua.

1º Encontro RedeSIC - 29 e 30 de Maio de 2014

2º Encontro RedeSIC - 20 e 21 de Novembro de 2014

3º Encontro RedeSIC - 24 e 25 de Junho de 2015

4º Encontro RedeSIC - 14 e 15 de Outubro de 2015

2) Publicações

De 2014 a 2016, foram produzidas ou atualizadas as seguintes publicações relativas à Lei de Acesso à Informação:



- Guia de publicação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal
- Guia para publicação do rol de informações classificadas e desclassificadas e de relatórios estatísticos
- Manual e-SIC - Guia para SICs
- Manual e-SIC - Guia para Cidadãos

3) Monitoramento da Lei

Para verificação do atendimento aos pedidos de informações por parte dos órgãos e entidades, a CGU analisa os relatórios estatísticos do e-SIC e a pesquisa de satisfação do requerente. Os relatórios, disponíveis na Internet, permite que o cidadão, também, monitore o cumprimento da Lei de Acesso, verificando o desempenho dos órgãos e entidades na prestação de informações à população. Durante esse acompanhamento periódico é possível identificar desvios e recomendar ações para correção dos problemas.

Além dessas avaliações quantitativas, a equipe da CGU verifica o atendimento aos pedidos, a partir de denúncias, reclamações ou durante a avaliação do recurso de 3ª instância. Sempre que necessário é realizado contato com os órgãos. Na maioria dos casos, os órgãos corrigem sua postura.

A CGU também desenvolveu projeto que avaliou a qualidade das respostas dadas aos requerimentos feitos com base na LAI, a fim de identificar possíveis problemas na qualidade das respostas a pedidos de acesso à informação, de forma a embasar a realização de ações corretivas.

Para aumentar a capacidade de verificação da Transparência Ativa, a CGU criou formulário online que possa ser preenchido pelos órgãos com informações sobre o cumprimento das obrigações de transparência ativa. Os dados informados serão verificados pela equipe da CGU, mas, dessa forma, o monitoramento ficará mais fácil e ágil. O objetivo é abranger todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (cerca de 300).

ANÁLISE DO INDICADOR

Os atrasos ou dificuldades encontradas na implementação do produto deveu-se a problemas relacionados a falta de ferramentas automatizadas para identificação de irregularidade ou inadimplência dos órgãos em relação ao cumprimento do normativo – o que dificulta o processo de monitoramento. Também a falta de estrutura tecnológica e de apoio para capacitação dificulta a implementação de uma política mais estruturante para formação dos gestores no tema.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

- Automatização de processos de monitoramento;
- Obtenção de ferramenta para gestão documental dos processos de monitoramento;
- Publicações de orientações em formato de FAQ no site www.lai.gov.br;
- Produção de orientações em formatos de vídeo ou infográficos.

ANÁLISE DE RISCOS

Atraso ou outros problemas nos processos de monitoramento devido à falta de ferramentas para automatização do acompanhamento e da gestão documental.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Necessidade de adaptar o formato das publicações à internet, com recursos mais interativos;
- Importância de adaptar as ações de capacitação (RedeSIC) a públicos diferentes;



- Importância da definição de fluxos e de processos automáticos para o desenvolvimento das atividades de monitoramento da Lei.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Os produtos estão adequados e são sustentáveis para o alcance dos objetivos do projeto, no entanto, podem ser melhorados por meio de ferramentas de automatização e de gestão documental, adaptação dos conteúdos a formatos mais apropriados à internet, além de produção de conteúdo com foco em públicos específicos.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Os produtos contribuíram para o alcance dos objetivos do projeto, pois possibilitaram:

- a) A capacitação de servidores e a sensibilização de cidadãos sobre o direito de acesso à informação;
- b) A identificação de problemas na operacionalização da Lei e a correção deles, por meio das ações de monitoramento.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P4:

Cursos de Ensino a distância em transparência e controle social (EaD) (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	13.833,33	184.041,66	184.041,66	184.041,66	184.041,69	750.000,00
P(a)	13.833,33	2.568,36	248.509,87	248.509,87	248.509,87	750.000,00
A	1.902,02	837,31	0,00	0,00	0,00	2.739,33

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Cursos	0	P				7		7	Acesso à plataforma da Escola Virtual mediante site institucional da Controladoria-Geral da União
		P(a)				7		7	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Por parte da STPC, está prevista a elaboração de um curso no âmbito do Programa Um Por Todos e Todos Por Um. Empresa especializada no desenvolvimento de cursos à distância será contratada para a implementação do produto.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica. Execução do produto não iniciada.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

A contratação de empresa especializada foi uma ação adotada porque a instituição não dispõe de pessoas com conhecimento na área. Assim, caberá aos servidores da CGU apenas a produção do conteúdo dos cursos.

ANÁLISE DE RISCOS

Demora na contratação da empresa especializada e restrição orçamentária que possa comprometer a contratação.

LIÇÕES APRENDIDAS

Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando ao cumprimento do cronograma pré-estabelecido.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P5:

Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	57.213,59	79.446,60	79.446,60	79.446,60	79.446,61	375.000,00
P(a)	57.213,59	67.469,62	102.510,12	102.510,12	102.510,14	375.000,00
A	0,00	3.680,57	28.034,26	0,00	0,00	31.714,83

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Modelo	0	P			1			1	Conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional: www.cgu.gov.br/governoaberto
		P(a)			1			1	
		A			1			1	

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O Brasil faz parte da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*) desde a sua criação, em setembro de 2011. Atualmente, junto com outras 75 nações, o país tem o compromisso de fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais, prevenir e combater a corrupção, melhorar a prestação do serviço público e promover a participação social e o acesso à informação pública.

As ações relativas à Parceria para Governo Aberto são operacionalizadas por meio de um “Plano de Ação Nacional”. Nesse documento, cada país participante deve especificar quais são os seus compromissos perante os desafios propostos pela Parceria e delimitar as estratégias e atividades para alcançar os objetivos relativos aos princípios e às diretrizes da OGP. Os planos de ação nacionais possuem duração de até dois anos.

Em 2013, foi lançado o 2º Plano de Ação brasileiro. Para corrigir os erros do processo de construção do plano anterior, uma das principais preocupações foi promover o maior envolvimento do governo e da sociedade civil. Assim, além da articulação junto aos órgãos, da criação de novos mecanismos de participação e da realização de eventos e reuniões, virtuais e presenciais, a CGU, que atua como Secretaria Executiva da OGP no Brasil, constituiu um grupo de trabalho com a Secretaria-Geral da Presidência da República e mais 10 organizações da sociedade civil para discussão de propostas e ações em governo aberto. O resultado foi um plano firmado entre 19 órgãos do Governo Federal e com 52 compromissos.



A insatisfação da sociedade civil e o problema de sua efetiva participação nos processos de construção dos planos de ação nacionais, no entanto, persistiam. Diante desse cenário, a formulação do 3º Plano de Ação do Brasil foi marcada por uma mudança metodológica significativa em relação aos planos anteriores e assegurou a construção de compromissos mais dinâmicos e objetivos, bem como o aprimoramento da colaboração entre governo e sociedade.

A nova metodologia foi desenvolvida em conjunto por representantes do governo (por meio do Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Governo Aberto – GE-CIGA) e da sociedade civil (pelo Grupo de Trabalho de Assessoramento ao GE-CIGA, formalmente instituído pela Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014. Também conhecido como GT da Sociedade Civil, esse grupo teve o processo seletivo regido pelo Edital nº1/2015, no qual as próprias entidades da sociedade civil escolheram seus representantes).

Segundo essa metodologia, a discussão dos desafios e a definição dos compromissos deveriam acontecer por meio da realização de oficinas de cocriação, ou seja, reuniões que contariam com a participação paritária de especialistas do governo e da sociedade civil em temas definidos.

No primeiro semestre de 2016, iniciou-se o trabalho de construção do 3º Plano de Ação Nacional com a realização de 22 oficinas de cocriação, enquanto o restante das oficinas ocorreu no segundo semestre de 2016. Ressalte-se que 105 pessoas participaram das 27 oficinas de cocriação, sendo 48 representantes de governo (dos níveis federal, estadual e municipal) e 57 representantes da sociedade civil, entre os quais se incluíram representantes da academia e do setor privado, conforme sugere a OGP.

ANÁLISE DO INDICADOR

A principal entrega relativa ao Produto C3.P5 no ano de 2016 foi a materialização do processo de elaboração do 3º Plano de Ação Nacional na OGP. Dessa forma, o 3º Plano de Ação foi concluído em dezembro de 2016 e 16 compromissos, os quais envolvem 40 órgãos do Governo Federal (incluindo TSE, Procuradoria-Geral Eleitoral e Câmara dos Deputados), 07 representantes de Governos Estaduais, 03 representantes de Governos Municipais, 55 da sociedade civil e 01 do setor privado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

A principal ação a ser adotada para mitigar as dificuldades seria o aprimoramento do processo de acompanhamento das ações do Plano junto aos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Ademais, a melhoria dos mecanismos de comunicação acerca do trabalho desenvolvido pela Parceria para Governo Aberto se apresenta essencial para corrigir as dificuldades apresentadas.

ANÁLISE DE RISCOS

Dentre os possíveis riscos, destaque-se que a falta de comprometimento dos órgãos do Poder Executivo no processo de implementação dos compromissos do 3º Plano de Ação pode comprometer o alcance integral do objetivo do Projeto.

LIÇÕES APRENDIDAS

Pela experiência adquirida na implementação de Planos anteriores, percebeu-se que o acompanhamento da execução das ações pactuadas deve ser feito de forma contínua, uma vez que muitos órgãos não se comprometem de forma plena à execução dos compromissos acordados.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

- Capacitação dos órgãos do Poder Executivo sobre Governo Aberto e sobre a importância do desenvolvimento da Parceria para Governo Aberto (OGP);
- Auxílio aos órgãos no processo de monitoramento da execução dos compromissos do 3º Plano Nacional;



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P6:

Novo Portal da Transparência (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	530.827,11	179.793,22	179.793,22	179.793,22	179.793,23	1.250.000,00
P(a)	530.827,11	192.886,92	244.962,41	244.962,41	244.962,41	1.250.000,00
A	322.225,85	20.385,70	42.183,29	0,00	0,00	384.794,84

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Portal	0	P			1			1	Acesso ao Portal da Transparência mediante site oficial: www.portaldatransparência.gov.br
		P(a)			1			1	
		A			0,5				

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O escopo do projeto de desenvolvimento do Novo Portal da Transparência engloba, em linhas gerais, as seguintes ações:

1. Aquisição de infraestrutura (hardware e software) para desenvolvimento e disponibilização do novo Portal na Internet;
2. Desenvolvimento do Data Warehouse do Portal (DW) - reestruturação das bases de dados do Portal atual, inclusive com a incorporação de novos dados;
3. Desenho de nova interface web focada no usuário, com linguagem acessível, ferramenta de busca "googlelike" e gráficos que permitam uma melhor compreensão dos dados de gestão orçamentária, financeira e administrativa do Governo Federal disponíveis nas bases do Portal;
4. Desenvolvimento do sistema, de acordo com a nova interface, e acessando o novo DW;
5. Produção de material educativo sobre assuntos afetos ao Portal;
6. Produção de novos conteúdos estáticos.



A tabela a seguir apresenta o progresso realizado em cada ação.

Ação	Progresso
1 - Aquisição de infraestrutura	50%
2 – Desenvolvimento do DW	51% ⁵
3 – Desenho de nova interface Web	100%
4 – Desenvolvimento do Sistema	31% ⁶
5 – Produção de material educativo	0%
6 – Produção de novos conteúdos estáticos	0%

ANÁLISE DO INDICADOR

Tendo em vista as informações anteriormente descritas, com base na estimativa de esforço prevista para cada uma das ações, entende-se que 50% do produto foi desenvolvido até o momento.

O atraso no cronograma deve-se, em grande medida, a:

- Alterações estruturais no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), principal fonte das informações publicadas no Portal: tais mudanças implicaram em revisão dos trabalhos de construção do armazém de dados (data warehouse) e também no desenho da nova interface.
- Revisões orçamentárias: atrasos e limitações nos recursos empregados para a reestruturação do Portal ocorridas impactaram na execução de algumas etapas do projeto.
- Inclusão de novas etapas para maior participação social, garantindo desenvolvimento de um produto alinhado às expectativas da sociedade: o processo foi revisto e contou com testes de usabilidade com cidadãos voluntários, reunião com organizações da sociedade civil (OSCs), pesquisa online em parceria com a Universidade de Brasília; revisão das perguntas e sugestões do “Fale Conosco”, pesquisa de agrupamento de informações (cardsorting) para desenho da Home.
- Alteração no modelo de consumo de bases de dados da administração pública federal, promovidas pelo Decreto Nº 8.789/2016. O novo modelo pressupõe que os órgãos que utilizam dados de sistemas gerenciados por outros órgãos, deverão adquirir nova interface de acesso às bases, por meio de contrato a ser firmado com o SERPRO.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Dentre os problemas listados acima, o item d) é o mais crítico no momento. Ressalte-se que o Portal da Transparência não é um sistema transacional que “produz” informações de gestão. Trata-se de um sistema de estruturação e apresentação de dados “gerados” em diversos outros sistemas do Governo Federal: SIAFI, SICONV, SIAPE, SCDP, SIASG, entre outros.

O Portal atual recebe os dados por meio extrações em arquivos com layout predefinido. No modelo atual, não é necessário que a equipe da CGU entenda a estrutura interna das bases de dados de tais sistemas.

O novo modelo exigirá que a CGU desenvolva consultas SQL específicas para extração dos dados dos sistemas atualmente hospedados no SERPRO. Além do aumento de custo, visto que se pagará por extrações que antes não eram cobradas, haverá uma curva de aprendizado até que a equipe da CGU esteja plenamente apta a desenvolver as necessárias consultas SQL.

⁵ Relatório de acompanhamento do novo Portal – Projeto DW (Sprint 22)

⁶ Relatório de acompanhamento do novo Portal – Projeto Desenvolvimento (Sprint 30)



Ações a serem adotadas para mitigar o impacto desse problema:

- Negociar com o SERPRO uma licença temporária gratuita de acesso ao novo serviço de fornecimento de dados, mesmo antes de formalizado o contrato com a referida empresa pública;
- Contratar consultoria especializada nos sistemas mais críticos utilizados pelo Portal, a exemplo do SIAFI, para que possamos diminuir a curva de aprendizado.
- Buscar apoio dos órgãos gestores dos sistemas estruturantes do governo federal para a internalização de conhecimento sobre a estrutura interna de seus sistemas.

ANÁLISE DE RISCOS

Riscos identificados:

- Novas restrições orçamentárias e financeiras, que inviabilizem as aquisições e contratações ainda não realizadas; Probabilidade: Alta
- Instabilidades no novo serviço provido pelo SERPRO para acesso às bases de dados, como intermitência do serviço e reduzida capacidade de processamento e transferência de dados para o ambiente da CGU; Probabilidade: Média

LIÇÕES APRENDIDAS

- Cronograma e disponibilidade de projetos de alto porte, que integram bases de fontes diferentes e não necessariamente harmônicas entre si do ponto de vista tecnológico, devem ser flexibilizados para serem compatibilizados com eventuais mudanças imprevistas,
- Revisões orçamentárias e de equipe se fazem frequentes e necessárias para manutenção de projetos complexos de porte que integram fontes fragmentadas;
- Participação social deve estar presente em todas as fases do projeto, visto que o uso primordial da ferramenta é o de controle social

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

- Revisão do orçamento para contemplar novo custo anual estimado para manutenção do novo Portal na Internet, considerando novos custos, entre eles: acesso a dados, hospedagem.
- Manutenção de equipe própria para gestão e desenvolvimento do novo Portal, de modo a solucionar rapidamente problemas de carga de dados, entre outros.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O Novo Portal da Transparência está entre os produtos previstos no Componente 3 do Projeto Proprevine, qual seja: Promoção da Transparência e Controle Social.

O desenvolvimento do sistema está intrinsecamente relacionado com o objetivo desse componente, que é "...desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos ...".

O novo Portal da Transparência é essencialmente uma ferramenta que visa a dar publicidade a informações sobre a gestão orçamentária, financeira e administrativa do Governo federal, utilizando-se de linguagem cidadã e com interface amigável, de modo a facilitar a compreensão destas informações por parte da sociedade. A sociedade bem informada transforma-se em agente ativo de controle social.



ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Portal	0					1	1	Acesso ao Portal da Transparência mediante site oficial: www.portaldatransparencia.gov.br



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 3:

Promoção da transparência e do controle social

Produto C3.P7:

Portal do cidadão (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	260.416,66	260.416,66	260.416,66	260.416,69	1.041.666,67
P(a)	0,00	0,00	347.222,22	347.222,22	347.222,23	1.041.666,67
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Portal	0	P				1		1	Acesso ao portal mediante site institucional da Controladoria-Geral da União
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

ANÁLISE DO INDICADOR

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

ANÁLISE DE RISCOS

LIÇÕES APRENDIDAS

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		

QUESTIONÁRIO NÃO RESPONDIDO



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
Secretaria Executiva
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional



Banco Interamericano de Desenvolvimento

Não foi feita a análise do indicador uma vez que o **produto será descontinuado**, conforme informado no Relatório de Progresso do 1º Semestre de 2016.



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P1:

Unidades ODP estaduais (DIE)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00
P(a)	0,00	0,00	83.333,33	83.333,33	83.333,34	250.000,00
A	0,00	3.651,69	2.426,61	0,00	0,00	6.078,30

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Unidades	2	P	2	2	3	4	5	5	Quantidade de ODPs instalados nos Estados
		P(a)	2	2	3	4	5	5	
		A	2	2	3				

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

No ano de 2012, a CGU, com o objetivo de incrementar o controle dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo, iniciou a implantação do modelo do ODP nos estados brasileiros, sendo este projeto denominado ODP.estadual.

Os estados da Bahia e de Santa Catarina foram os dois primeiros estados pilotos a implantarem o modelo. Esses estados, além de receberem capacitação técnica, foram beneficiados com doação de equipamentos tecnológicos, adquiridos pela CGU, com recursos provenientes do Acordo de Cooperação Técnica ATN/AA-12006-BR firmado entre a CGU e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo o Acordo encerrado em 2016.

Após o sucesso do trabalho desenvolvido naqueles dois entes, foi aprovada a estratégia pela CGU e dado prosseguimento à implantação nos demais estados da federação, por meio de recursos provenientes do PROPREVINE.

Após a aprovação, a estratégia de implantação do modelo ODP, expressa na Carta Consulta, documento que fornece informações detalhadas sobre o projeto, foi divulgada para os órgãos de controle interno estaduais, por meio de seminários realizados, durante o período de 20 à 28/10/2015, em cinco cidades polos regionais, a saber: Florianópolis/SC, São Paulo/SP, Salvador/BA, Brasília/DF e Belém/PA.

Para definição da marca ODP, a ASCOM elaborou o Manual de Identidade Visual do ODP, documento técnico, contendo recomendações, especificações e normas essenciais para a utilização da marca do



Observatório da Despesa Pública-ODP pelos integrantes da Rede ODP, com o objetivo de preservar suas propriedades visuais e facilitar a correta propagação, percepção, identificação e memorização da marca. Após a divulgação, os estados que manifestaram interesse em aderir à Rede ODP, firmaram Acordo de Cooperação Técnica com a CGU, dando início a implantação.

As etapas para implantação compreendem:

- Implantação dos canais físicos - disponibilizar um ambiente físico (salas), equipamentos (mobiliário, hardwares e softwares) e equipe mínima, formada por 1 coordenador e 1 analista de sistemas – TI, ambos com dedicação exclusiva, e 2 analistas de informações, sendo 1 exclusivo e outro por prazo determinado, e o apoio administrativo.
- Certificação dos canais físicos;
- Capacitação dos servidores dos estados e
- Implantação, por adesão à Rede, de 3 unidades ODP.*municipal*, na capital e nos 2 municípios de maior Produto Interno Bruto (PIB), do respectivo estado.

A CGU/DIE preparou material didático para realização da capacitação técnica dos servidores estaduais, que ocorreu nos meses de junho e outubro/2016.

Após a capacitação, cada ODP.*estadual* realizou o estudo ‘Compras estaduais’, que será apresentado em seminários previstos para ocorrerem na CGU, em fevereiro/2017.

Atualmente, são signatários do Acordo de Cooperação Técnica e implantaram unidades ODP.*estaduais* os Estados do Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, além dos municípios de Recife e São Paulo.

No decorrer dos trabalhos com os ODPs.*estaduais*, surgiu o interesse de alguns Tribunais de Contas Estaduais (TCE) em aderir à Rede ODP, tendo como projeto piloto o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que foi implantado no 1º semestre/2016.

Com a implantação exitosa do piloto realizado no TCE/SC, o objetivo é expandir o modelo ODP.*estadual* para os demais Tribunais de Contas nos estados e no DF, que ocorrerá a partir de ações coordenadas e estruturadas entre a União e os Tribunais interessados, a partir de 2017.

ANÁLISE DO INDICADOR

A Rede ODP, por ser formada em parceria com estados e tribunais de contas, apresenta uma realidade diversa para cada ente, que influencia na implementação do produto conforme planejado.

Cada parceiro tem suas dificuldades, seja na área de recursos humanos, seja na área de infraestrutura, que impactam a execução do projeto.

Como exemplo, destacamos a dificuldade de alguns parceiros em obter um canal de comunicação para possibilitar a conversa interativa entre os membros da Rede ODP, seja a aquisição de um equipamento de videoconferência ou, até mesmo, uma solução mais simples, como a aquisição de um aplicativo de comunicação via internet, menos oneroso.

No entanto, o maior dificultador encontrado é a consolidação das bases de dados pelos diversos entes, ponto este que será tratado ao longo de 2017 para facilitar a elaboração dos estudos e troca de informações entre os entes da Rede ODP.



Na CGU/DIE, a dificuldade encontrada é a quantidade de servidores insuficiente para realizar as diversas ações previstas no projeto.

Outro item dificultador é a falta de equipamentos de ponta (hardwares e softwares) para assegurar rapidez e melhoria na execução de ações inerentes ao projeto pelo estado.

A falta de pessoal e de recursos financeiros têm inibido ações que trariam um resultado ainda mais satisfatório no controle dos gastos públicos e combate à corrupção.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Quanto aos estados e tribunais de contas a atuação é sensível, pois são entes de outra esfera e poder, mas a DIE tem apoiado os parceiros prestando orientações técnicas para superar algumas dificuldades na área da tecnologia e capacitação de recursos humanos.

A CGU/DIE, coordenadora do projeto, irá fomentar a consolidação das informações estratégicas, afim de mitigar as dificuldades encontradas. Para tanto, estará propondo parceria com o TCU, com a finalidade de unir as informações naquele ente e por conseguinte, a CGU/DIE capturará as informações para disponibilizar para todos os integrantes da Rede ODP.

ANÁLISE DE RISCOS

O maior risco para a conclusão do projeto é o contingenciamento de recursos orçamentário-financeiro à nível federal e estadual.

No nível federal, há uma previsão de corte orçamentário na ação Portal da Rede ODP que impactará na interação e intercâmbio de informações entre os membros da Rede ODP.

O objetivo do Portal da Rede ODP é criar uma Solução Tecnológica em plataforma web para o monitoramento dos gastos públicos e a divulgação dos estudos produzidos pelos integrantes da Rede ODP (órgãos de controle interno e de controle externo), conforme abordado no item anterior.

As informações dos governos estaduais e do governo federal estarão armazenadas em uma infraestrutura tecnológica preparada para realizar os cruzamentos das bases de dados, gerando informações estratégicas e de apoio à gestão. Os resultados dos cruzamentos das bases de dados estaduais e federal originários dos estudos temáticos serão migradas para o Portal da Rede ODP.

Caso a previsão de corte orçamentário se confirme, a implantação do Portal da Rede ODP será adiada, postergando a criação de um mecanismo ágil e eficiente de intercâmbio e troca de informações entre os integrantes da Rede ODP.

LIÇÕES APRENDIDAS

Devido a diversidade de parceiros que tem tido dificuldades na implantação do projeto, há a necessidade de a CGU/DIE pesquisar e apresentar soluções, muitas vezes não vislumbradas pelos parceiros, para superação dos obstáculos.

Podemos citar como exemplo a diversidade na comunicação, onde foi providenciada uma solução de videoconferência de baixo custo para utilização pela Rede ODP, Skype for Business OnLine (SfB). Concomitantemente, esta solução também evitará custos elevados com diárias e passagens.



SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

- Interação mútua entre os membros da Rede ODP;
- Recursos financeiros suficientes para continuidade da implantação do projeto no âmbito federal e estadual;
- Compromisso com o cronograma definido para a execução do projeto.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A implantação do modelo ODP nos estados e tribunais contribuirá para o fortalecimento do controle dos recursos públicos federais e estaduais.

O objetivo é o intercâmbio e a troca de informações entre os entes federados para propiciar mudanças no quadro atual de desvio de dinheiro público que assola o Brasil, nas diversas esferas de governo.

O controle conjunto e eficiente do dinheiro público minimizará o seu desvio, garantindo o devido emprego dos recursos públicos em bens e serviços a favor da população.

Além do controle necessário, a proposta é fornecer aos gestores públicos informações estratégicas da execução dos recursos, subsidiando-os na tomada de decisão e, conseqüentemente, melhoria da gestão dos recursos.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Quanto à execução, não há propostas para alteração do produto.

Quanto ao aspecto formal da Matriz de Resultados e Produtos, sugerimos alterar o produto 'C4P1 (DIE) – Unidades ODP estaduais' para 'C4P1 (DIE) – Unidades ODP federal, estadual e municipal', para clarificar a participação dos tribunais de contas no projeto, bem como outros entes públicos. Sugerimos, ainda, se possível, o aumento da meta de 5 para 10 ODP instalados.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
	US\$ 3,652.00	US\$ 9,792.00	US\$ 159,784.00	US\$ 76,772.00	US\$ 250,000.00

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Unidade	2	2	3	4	7	10	10	Quantidade de ODPs instalados



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P2:

Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União (OGU)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	37.177,08	24.247,39	24.247,39	24.247,39	24.247,42	134.166,67
P(a)	37.177,08	5.403,29	41.400,35	41.400,35	41.400,35	134.166,67
A	4.562,33	0,00	0,00	0,00	0,00	4.562,33

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Kits	0	P		8	9	9		26	Relatório de acompanhamen to
		P(a)		8	9	9		26	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto visa a dotar as superintendências da CGU de condições para o desempenho das funções de ouvidoria. Em 2014, foram comprados scanners para a digitalização de manifestações e inserção no sistema. Em 2017, os kits deverão abarcar a entrega de material didático para as superintendências.

ANÁLISE DO INDICADOR

Trata-se de ação que visa a fortalecer o controle nos governos estaduais e municipais. A atuação da OGU busca apoiar a implantação das ouvidorias estaduais e municipais por meio do Programa de Fortalecimento de Ouvidorias, bem como replicar a experiência acumulada como órgão garante da Lei de Acesso à Informação no âmbito federal. Nesse sentido, as superintendências atuam como agentes multiplicadores, de tal forma que a ação repercute diretamente nos indicadores do componente 4.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Até o presente, a ação tem sido executada de forma pouco ordenada. Em 2017, pretende-se executar projeto que, de forma sistemática, possa dotar as superintendências de material de apoio e de condições para exercício de atividades de ouvidoria previstas nos planos operacionais do biênio 2017-2018.

ANÁLISE DE RISCOS

Os principais riscos dizem respeito ao desenho do produto (dado a natureza polissêmica de sua descrição), bem como ao uso adequado do produto pelas superintendências, uma vez que muitas enfrentam problemas relativos à escassez de pessoal – problemas estes que os kits não teriam como solucionar.



LIÇÕES APRENDIDAS

As execuções de ações relativas a este produto iniciaram-se sem planejamento, de forma que o desenho do produto, em si, deu-se após o início do dispêndio. A partir desta experiência, pode-se perceber a necessidade da melhoria da gestão dos recursos do Programa.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Quanto ao material orientativo, a sua virtualização deverá suprir parte da demanda por impressão; quanto aos demais aspectos logísticos, tais como equipamentos, esta estará adstrita à garantia de fábrica.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A qualidade do esforço de multiplicação nos entes nacionais está vinculada diretamente à capacidade instalada junto às superintendências da CGU nos estados. Desta forma, ao dotar as superintendências de infraestrutura e material, possibilita-se o exercício de atividades de ouvidoria e a disseminação dos padrões de atendimento em níveis subnacionais.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Em razão do exposto em AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES, considera-se adequado o ajuste que segue:

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
4.562,33	0,00	0,00	64.802,17	64.802,17	134.166,67

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
						26	26	Relatório de acompanhamento



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P3:

Cursos para gestores dos entes subnacionais (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	-	239.583,33	239.583,33	239.583,33	239.583,34	958.333,33
P(a)	-	-	319.444,44	319.444,44	319.444,45	958.333,33
A	-	-	-	-	-	-

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Cursos	0	P			7			7	Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância
		P(a)			7			7	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Por parte da STPC, está prevista a elaboração de um curso sobre controles internos para governos estaduais e municipais. Uma empresa especializada no desenvolvimento de cursos à distância será contratada para a implementação do produto.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica. Execução do produto não iniciada.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

A contratação de empresa especializada foi uma ação adotada porque a instituição não dispõe de pessoas com conhecimento na área. Assim, caberá aos servidores da CGU apenas a produção do conteúdo dos cursos.

ANÁLISE DE RISCOS

Demora na contratação da empresa especializada e restrição orçamentária que possa comprometer a contratação.

LIÇÕES APRENDIDAS

Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando ao cumprimento do cronograma pré-estabelecido.



SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Faz-se imprescindível a existência de plataforma virtual de aprendizagem compatível com protótipo do curso (design, recursos gráficos e audiovisuais, etc.) para a disponibilização dos cursos.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Espera-se que o curso sobre controle interno possa contribuir para o fortalecimento da transparência nos governos estaduais e municipais.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

O suporte e orientações aos governos estaduais e municipais têm sido disponibilizado pela CGU em outros formatos além dos cursos à distância. Os cursos à distância ainda serão desenvolvidos e disponibilizados, contudo, serão enfatizadas outras estratégias para disseminação de conteúdo aos gestores subnacionais.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total
				136.904,76	136,904,76

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
						1	1	Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P4:

Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	62.917,12	67.604,05	67.604,05	67.604,05	67.604,06	333.333,33
P(a)	62.917,12	38.461,54	98.290,59	98.290,59	98.290,61	333.333,33
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Sistema	0	P				1		1	Acesso à ferramenta mediante site oficial da Controladoria-Geral da União
		P(a)				1		1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A CGU é responsável por monitorar o cumprimento da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal, verificando a implementação da Lei em todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Além disso, objetivando auxiliar estados e municípios na implementação da LAI e das demais legislações de transparência aplicáveis a tais entes (como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.º 101/00) e a Lei da Transparência - Lei Complementar n.º 131/09), a CGU editou a Portaria n.º 277, de 07 de fevereiro de 2013, que instituiu o programa Brasil Transparente, que busca promover uma administração pública mais transparente e aberta à participação social, bem como disseminar a Lei de Acesso à Informação e estimular seu uso pelos cidadãos.

Nesse contexto, propõe-se o desenvolvimento do Mapa Brasil Transparente, instrumento participativo de avaliação da transparência pública nos estados e municípios brasileiros.

A ferramenta deve prover uma interface inteligível e amigável, que permita a avaliação da transparência pública dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, por parte de três grupos de atores: cidadãos, gestores públicos; e órgãos de controle / sociedade civil organizada.

Sendo uma ferramenta de controle social, o sistema deve viabilizar que os cidadãos registrem a sua percepção quanto à qualidade dos portais de transparência pública dos órgãos públicos, bem como quanto à eficiência do serviço de acesso à informação de cada ente.



No que diz respeito à avaliação pelos próprios gestores, a ferramenta deverá permitir que representantes dos órgãos municipais, estaduais e federais registrem a auto avaliação quanto ao cumprimento das obrigações legais de transparência pública por sua respectiva instituição.

Por fim, a ferramenta deve permitir que órgãos de controle e organizações da sociedade civil organizada realizem “avaliação independente” da transparência pública de entes municipais, estaduais e federais. Portanto, a ferramenta deverá permitir três níveis de registro de opinião acerca da transparência pública de cada ente, instituição o órgão avaliado.

ANÁLISE DO INDICADOR

Não se aplica. Produto em fase de desenvolvimento.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Reuniões periódicas com a empresa responsável pelo desenho e implementação do sistema são realizadas com o objetivo de acompanhar o trabalho e mitigar as dúvidas sobre os requisitos.

ANÁLISE DE RISCOS

- Atraso da entrega do produto, uma vez que empresa especializada é que está responsável pelo desenvolvimento;
- Baixa adesão.

LIÇÕES APRENDIDAS

Há a necessidade de se definir orçamento específico para cada produto/projeto, visando o cumprimento do cronograma pré-estabelecido.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

Para que o produto possa atingir suas finalidades, é necessário um ambiente virtual compatível com as especificações técnicas do sistema.

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Benefícios externos à instituição:

O sistema está diretamente ligado ao fomento à participação social para ampliação da transparência pública de estados e municípios.

Para tanto, objetiva-se com o desenvolvimento do sistema:

- Permitir o acompanhamento da evolução da transparência e do acesso à informação, com a participação da sociedade e dos gestores
- Permitir que gestores possam conhecer a percepção da sociedade e a avaliação de instituições independentes sobre a transparência dos seus entes
- Possibilitar a análise comparativa de avaliações de transparência realizadas por diferentes atores
- Estimular a participação social, por meio do desenvolvimento de aplicativo móvel que permita uma interação com a sociedade para obter a sua percepção sobre a transparência da gestão pública em seu município e estado.
- Disponibilizar dados abertos, possibilitando a criação de outros instrumentos de visualização de transparência

Benefícios internos à instituição:

A CGU vem realizando, desde 2015, avaliações de transparência de estados e municípios por meio da aplicação da metodologia Escala Brasil Transparente (EBT).



Trata-se de projeto continuado desta Controladoria, envolvendo servidores da STPC e de todas as unidades regionais (por meio dos Núcleos de Ação de Prevenção). A cada rodada de avaliação de transparência, questionários de avaliação para entes federativos são respondidos e revisados por servidores do órgão central e das unidades regionais. Quando as respostas a esses questionários são consolidadas, o ranking de transparência é publicado em relatórios e apresentado graficamente em mapas, com escala de cores para representar a pontuação obtida.

Na última rodada da EBT, publicada em novembro de 2015, mais de 1500 entes federativos foram avaliados, o que demonstra a dimensão do volume de dados que são manipulados a cada rodada. Para os próximos anos, pretende-se cobrir todos os estados e municípios brasileiros.

Não se tem atualmente um sistema para registro das avaliações e observações dos auditores da CGU, nem mesmo para apresentação desses resultados e para visualização de evolução da transparência dos entes entre rodadas de avaliação de transparência.

Na primeira rodada de avaliação da EBT, planilhas excel foram utilizadas para registro dos dados de avaliação e o “MS Reporting Services” foi utilizado para apresentação dos relatórios de transparência. Na segunda rodada da EBT, o “Lime Survey” foi utilizado para coleta dos dados de avaliação e o “MS Reporting Services” para apresentação dos relatórios.

O uso compartilhado de planilhas excel ou de ferramenta customizada internamente pela STPC (Lime Survey) para o registro das avaliações de transparência é temerário. Tais ferramentas, da forma como vinham sendo utilizadas, não têm os devidos controle de versão, controle de acesso concorrente, e infraestrutura de backup apropriados para o nível de criticidade das informações manipuladas. A avaliações são publicadas e disponibilizadas em dados abertos para controle social. Eventuais erros nos arquivos, perda ou sobreposição de dados comprometem fortemente a ação da CGU, bem como a imagem da instituição.

O sistema Mapa Brasil Transparente, da forma como está sendo proposto, além de servir ao acompanhamento da evolução de transparência por parte da sociedade, também será utilizado pela CGU (órgão central e unidades regionais) para realização do seu trabalho de avaliação de transparência dos municípios. Desde 2015 são realizadas avaliações anuais (ou semestrais), até que se consiga dar cobertura a todos os estados e municípios brasileiros.

A ferramenta otimizará o trabalho realizado por servidores da casa, viabilizando aumento de produtividade, além de maior confiabilidade dos resultados gerados, pois eliminará os riscos trazidos pelo uso das ferramentas anteriormente disponíveis para essa finalidade (excel, lime survey).

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Não se aplica.

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		



--	--	--	--	--	--	--	--

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P5:

Sistema de gestão de ações de prevenção (STPC)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	145.833,33	145.833,33	145.833,33	145.833,34	583.333,33
P(a)	0,00	46.153,85	179.059,82	179.059,82	179.059,84	583.333,33
A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Sistema	0	P			1			1	Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional
		P(a)			1			1	
		A							

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

ANÁLISE DO INDICADOR

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

ANÁLISE DE RISCOS

LIÇÕES APRENDIDAS

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

RELAÇÃO COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA O PRODUTO

Novo Orçamento

Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total

Novo Indicador de Produto

Unidade de Medida	Linha de Base	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
		Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		

QUESTIONÁRIO NÃO RESPONDIDO



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
Secretaria Executiva
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional



Banco Interamericano de Desenvolvimento

O produto não possui execução até o momento e está em processo de reavaliação da unidade beneficiária (STPC).



**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à
Corrupção na Gestão Pública Brasileira
(PROPREVINE)**

ANÁLISE DOS INDICADORES DE PRODUTO

Componente 4:

Fortalecimento da transparência e dos sistemas de controle interno nos governos estaduais e municipais

Produto C4.P6:

Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção (CRG)

Progresso Financeiro

Previsto Ajustado Alcançado	Medições Intermediárias					Total
	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	
P	0,00	130.208,33	130.208,33	130.208,33	130.208,34	520.833,33
P(a)	0,00	2.000,00	172.944,44	172.944,44	172.944,45	520.833,33
A	0,00	0,00	46.100,65	0,00	0,00	46.100,65

Progresso Físico

Unidade de Medida	Linha de Base	Progre sso	Medições Intermediárias					Meta Geral	Meios de Verificação
			Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)		
Cursos	0	P			10	10	20	40	Relatório da CRG
		P(a)			10	10	20	40	
		A			14				

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

Em 2016 foram realizados cursos em 14 capitais brasileiras, capacitando mais de 780 representantes de governos estaduais e municipais.

ANÁLISE DO INDICADOR

Superação da meta afixada para o Ano 3 (2016) do Programa com investimento inferior ao montante planejado.

AÇÕES A SEREM ADOTADAS PARA CORREÇÃO/MITIGAÇÃO DAS DIFICULDADES

Dificuldades operacionais na realização de turma no interior dos Estados, o que ensejou a oferta de vagas nas capitais das Unidades Federativas.

ANÁLISE DE RISCOS

Risco de queda da demanda espontânea e baixo interesse do público alvo (especialmente se considerarmos o alto volume de agentes já capacitados). Risco de baixa disponibilidade de instrutores, em razão de sua atuação em outras atividades correcionais.

LIÇÕES APRENDIDAS

A parceria com as Controladorias Regionais da União foi fator de sucesso para a realização dos cursos.

SUSTENTABILIDADE DO PRODUTO

A partir dos bons resultados alcançados, vislumbra-se a contratação de serviço especializado para o redesenho do portfólio de cursos voltados para o fortalecimento da atividade correcional nos governos

